

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA: ESTRATÉGIAS DO PENSAMENTO E PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO**

**AS AÇÕES
POLÍTICO-PEDAGÓGICAS
DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA
RURAL - SAR**

**ORIENTADORA: PROF. DR. MARTA MARIA C. A. PERNAMBUCO
ORIENTANDO: CÍCERO GOMES CORREIA**

**NATAL – RN
2005**

CÍCERO GOMES CORREIA

**AS AÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS
DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marta Maria C. A. Pernambuco

**NATAL-RN
2005**

CÍCERO GOMES CORREIA

**AS AÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS
DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR**

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Marta Maria Castanho A. Pernambuco
UFRN

Severina Garcia de Araújo
UFRN

Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus
UFSE

Irene Alves de Paiva
UFRN

Aos meus pais Valdemiro Gomes Correia e Helena Gomes Correia, que, vindos do interior aprenderam com sabedoria as lições da vida, ensinando com simplicidade, a mim e aos meus irmãos o diálogo e a indignação com quaisquer formas de exclusão. Essas lições de vida estão marcadas em toda nossa trajetória de vida.

A companheira Josália Dantas da Silva que sempre me apoiou nos momentos mais difíceis de elaboração desse estudo, compreendendo minhas ausências, mesmo presente.

Aos meus filhos Flávia Clarice, Diogo Sérgio e Raul Terra, pela luz que me trouxeram para alumiar a caminhada na estrada. A minha neta Clara Beatriz e meu neto Flávio Davi, esperanças de um futuro melhor.

*Com paciência lutei
Nos sofrimentos da vida
Sempre aprendi bastante
Com esta viagem comprida
(Rafael Arcanjo – poeta de
São Rafael – in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Para realizar esse estudo contei com apoio de muitas pessoas. Com certeza não poderei retribuir a atenção que me foi dispensada em diferentes momentos. É um risco enumerar o nome de algumas e esquecer o de outras, mas, assumindo esse risco, destacarei aqueles que me incentivaram, estimularam de diversas formas para desenvolver esse trabalho de pesquisa.

Em primeiro lugar quero agradecer a Prof.^a Dra. Marta Maria Castanho A. Pernambuco, minha orientadora, por ter contribuído e acreditado na minha capacidade de superação de algumas dificuldades no processo de elaboração desse estudo. Nos momentos de acompanhamento sobre os rumos da pesquisa, foram elucidando-se os caminhos que eu deveria seguir conforme as exigências acadêmicas. A doação de seu tempo e sua competente orientação contribuiu, sem dúvida, para o enriquecimento deste estudo.

Agradeço também a Prof.^a Dra. Irene Alves de Paiva que me fez um desafio para fazer o Mestrado e, além disso, foi minha co-orientadora. Contribuiu, também, para a indicação de algumas leituras que sem dúvida estão presentes nessa dissertação. A sua experiência junto aos movimentos sociais do campo iluminou também, em alguns momentos de diálogo, o norte que eu deveria seguir.

As professoras que leram o meu trabalho e deram a sua contribuição, aos colegas de Mestrado, a atenção da Prof.^a Carmem, cedendo alguns de seus livros para meus estudos, a Prof.^a Dra. Severina Garcia de Araújo a qual fiz várias visitas em sua casa para entrevistá-la sobre a sua experiência na entidade aqui estudada.

Agradeço aos trabalhadores rurais com os quais partilhei essa experiência, aos técnicos do SAR que foram atores nos cenários que aqui resgatamos (Linete, Ilena, Antônia, Ana, Joscelito, Socorro, Marilene, Íris, Roberto, Geilsa, Paulo, Raimundo) e tantos outros que contribuíram de maneira indireta através dos documentos, pesquisas e relatórios que produziram para o registro das ações dessa Instituição.

Aos trabalhadores, animadores de base, lideranças, que já não estão mais entre nós, deixando os campos do agreste, sertão e litoral mais empobrecidos. Alguns destes, inclusive, contribuindo para este trabalho com as suas falas registradas em documentos.

A Sônia, atual coordenadora do SAR, que colocou todos os arquivos da Instituição à minha disposição.

Ao meu filho Diogo que me ajudou com os seus conhecimentos na parte gráfica desse trabalho.

A todos àqueles que contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1 – Tecendo os fios da memória	24
1.1 – Os cenários e os sujeitos sociais	25
1.2 – A Igreja Católica no meio rural	37
1.3 – O Movimento de Natal	45
1.4 – O Serviço de Assistência Rural	50
Capítulo 2 – A construção de uma concepção político-pedagógica	66
2.1 – Crise e mudanças no SAR	67
2.2 – Redefinindo as estratégias de trabalho do SAR	83
2.3 – As lutas do campo revigoram as ações político-pedagógicas	88
2.4 – Os sujeitos do processo educativo e pedagógico	100
2.5 – O Programa de Educação Política	104
Capítulo 3 – Ações e aprendizagens dos sujeitos	121
3.1 – Algumas reflexões sobre a metodologia	122
3.2 – A colheita de alguns frutos	145
Referências Bibliográficas	150

CORREIA, Cícero Gomes. **As ações político-pedagógicas do Serviço de Assistência Rural – SAR**. 2004. 153.p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em Educação. Natal, 2004.

RESUMO

Este trabalho resgata a história das ações político-pedagógicas do Serviço de Assistência Rural-SAR, da Arquidiocese de Natal, e analisa a contribuição dessas ações no processo de organização dos trabalhadores rurais nos movimentos sociais do campo. As ações educativas do SAR vão se dando numa permanente tensão entre o projeto pedagógico de uma Igreja em transformação e, uma pedagogia dos grupos, comunidades e movimentos sociais, que está centrada na ação cultural, na cultura vivida a partir de sua condição de sujeitos. Esta pesquisa revela que esta entidade cumpriu um papel estratégico para a Igreja de Natal na formação de lideranças de comunidade, num primeiro momento e de lideranças para os movimentos sociais. Antes da Ditadura Militar, a metodologia de trabalho desta entidade tinha como prioridade, partir da realidade vivida pelos trabalhadores rurais na perspectiva de que estes viessem a se qualificar para uma participação mais cidadã no chamado desenvolvimentismo. Durante o Regime Militar, a entidade vai avaliando suas atividades no novo contexto, até o momento em que redefine a linha de trabalho. Passa então a definir regiões e temáticas de atuação apoiando as lutas pela terra, campanhas salariais, organização de mulheres trabalhadoras rurais. A pedagogia de trabalho tem como um de seus suportes a pedagogia de Paulo Freire, privilegiando o diálogo como uma fonte de produção de conhecimentos da realidade vivida e em permanente transformação. As ações desta Entidade, junto aos grupos e movimentos sociais, produzem conhecimentos necessários para a organização dos trabalhadores rurais enquanto sujeitos individuais e sociais de um mundo em transformação. O processo de ação-reflexão das atividades pretendia, de forma criativa, a permanente produção de estratégias de luta dos trabalhadores. Pesquisar sempre, não se acomodar ao novo conhecimento adquirido na ação-reflexão, faz parte do ideário pedagógico desta Instituição. Buscava-se nesse processo de formação do homem e da mulher problematizar a realidade, criar espaços de ação-reflexão-ação sobre as lutas para uma possível transição de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, tendo em vista a transformação das estruturas que os oprime.

Palavras chave: ações político-pedagógicas, diálogo, ação-reflexão, formação na ação, participação.

CORREIA, Cícero Gomes. **Las acciones político-pedagógicas del Servicio de Asistencia Rural – SAR.** 2004. 156 p. Dissertación (Mestrado en Educación) – Universidad Federal de el Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduación en Educación. Natal, 2004.

RESUMO

Este trabajo resume la historia de las acciones político-pedagógicas del Servicio de Asistencia Rural - SAR, de la Arquidiócesis de Natal, y analiza la contribución de esas acciones en el proceso de organización de los trabajadores rurales en los movimientos sociales del campo. Las acciones educativas do SAR van se dando en una permanente tensión entre el proyecto pedagógico de una Iglesia en transformación y, una pedagogía dos grupos, comunidades y movimientos sociales, que está centrada en la acción cultural, en la cultura vivida a partir de su condición de sujetos. Esta pesquisa revela que esta entidad cumplió un papel estratégico para la Iglesia de Natal en la formación de los liderazgos de comunidad, en un primer momento e de liderazgos para los movimientos sociales. Antes de la Dictadura Militar, la metodología de trabajo de esta entidad tenía como prioridad, partir de la realidad vivida por los trabajadores rurales en la perspectiva de que estos vieses a se cualificar para una participación mas ciudadana en el llamado desenvolvimentismo. Durante el Régimen Militar, la entidad va valorando sus actividades en el nuevo contexto, hasta el momento en que redefine la línea de trabajo. Pasa entonces a definir regiones y temáticas de actuación apoyando las luchas por la tierra, campañas salariales, organización de mujeres trabajadoras rurales. La pedagogía de trabajo tiene como un de sus soportes a pedagogía de Paulo Freire, privilegiando el diálogo como una fuente de producción de conocimientos de la realidad vivida y en permanente transformación. Las acciones de esta Entidad, junto a los grupos y movimientos sociales, producen conocimientos necesarios para la organización de los trabajadores rurales mientras sujetos individuales y sociales de un mundo en transformación. El proceso de acción-reflexión de las actividades intentaba, de forma creativa, la permanente producción de estrategias de lucha de los trabajadores. Pesquisar siempre, no se acomodar al nuevo conocimiento adquirido en la acción-reflexión hace parte del ideario pedagógico de esta Institución. Se buscaba en ese proceso de formación del hombre y de la mujer cuestionar la realidad, crear espacios de acción-reflexión-acción acerca de las luchas para una posible transición de una conciencia ingenua para una conciencia crítica, teniendo en vista la transformación de las estructuras que los oprime.

Palabras llave: acciones político-pedagógicas, diálogo, acción-reflexión, formación en la acción, participación.

CORREIA, Cícero Gomes. **The political-pedagogic action on the Serviço de Assistência Rural – SAR (Rural Assistance Service – RAS)**. 2004. 156 p. dissertation (master in education) – Federal University of Rio Grande do Norte. Program of After-graduation in Education. Natal, 2004.

ABSTRACT

This program resumes the history of the political-pedagogic actions on the Serviço de Assistência Rural – SAR, of Natal archdiocese, and analyses the contributions of this actions on the process of rural workers organization in the social movements on the countryside. The educative actions of the RAS are happening in a permanent tension between the pedagogic project of a church in change and, a pedagogy of the groups, communities and social movements, that is centered in the cultural action, in the culture lived from its condition of citizens. This research reveals that this entity fulfilled a strategic attribution for the Natal's church on the formation of the community leaderships, at a first moment and leaderships for social movements. Before the military dictatorship, the work methodology of this entity had as priority, begin from the reality leaved by the rural workers in the expectation that these became to qualify themselves for a more citizen participation in the call development. During the military regime, the entity goes measuring their activities in the new context, until the moment that redefines the work line. Goes then defining regions and thematic of operation supporting the fights for land, salary campaigns, women agricultural workers organizations. The pedagogy of work has as one of its supporters the Paulo Freire's pedagogy, privileging the dialog as a source of production of knowledge from the reality leaved in a permanent transformation. The actions of this entity, with the groups and social movements, produces the necessary knowledge for the organization of the rural workers while individual and social subjects of a changing world. The process of action-reflection of the activities intended, by a creative form, a permanent production of strategies of fight of the workers. Research ever, not to make accommodate itself to the new knowledge acquired in the action-reflection it is part of the pedagogical idea of this Institution. One searched in this process of formation of the man and the woman to question the reality, to create action-reflection-action spaces on the fights for a possible transition of an ingenuous conscience for a critical conscience, in view of the transformation of the structures that oppresses them.

Key Words: political-pedagogic actions, dialog, action-reflection, formation in the action, participation.

LISTA DE SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
AP	Ação Popular
CERIS	Centro de Estatísticas e Investigações Sociais
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CENAP	Centro Nordestino de Animação Popular
CPC	Centros Populares de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTL	Centro de Treinamento de Lideranças
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CJP	Comissão de Justiça e Paz
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EQUIP	Escola Quilombo dos Palmares
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETARN	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JMC	Juventude Masculina Católica
JFC	Juventude Feminina Católica
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operaria Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MISERIOR	Misericórdia (Entidade católica alemã de ajuda financeira)
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MEB	Movimento de Educação de Base
MSTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MST	Movimento dos Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra
SAR	Serviço de Assistência Rural
SAAS	Secretariado Arquidiocesano de Ação Social
SIA	Serviço de Informação Agrário
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SERTE	Setor de Radio – TV Educação
SERAS	Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendemos resgatar a história das ações político-pedagógicas do Serviço de Assistência Rural – SAR, da Arquidiocese de Natal, e sua contribuição no processo de organização dos trabalhadores e movimentos sociais do campo. Entendemos *ações político-pedagógicas* como uma permanente tensão entre o projeto pedagógico de uma Igreja em transformação e, uma pedagogia dos grupos, comunidades e movimentos sociais que está centrada na ação cultural, na cultura vivida a partir da sua condição de sujeitos que os levam a lutar pela terra, moradia, melhores condições de vida, trabalho, direito à escola etc.

A literatura¹ sobre a ação da Igreja em Natal mostra que o SAR, num primeiro momento da sua criação, cumpriu um papel importante no planejamento das ações e estratégias do Movimento de Natal². Criou as condições para uma presença maior da Igreja Católica no meio rural, através de um *projeto de intervenção* ambicioso que visava contribuir para a formação, organização e integração dos trabalhadores rurais num projeto de desenvolvimento. Contribuiu, também, junto a outros movimentos da Igreja Católica, na redefinição da prática dos cristãos na sociedade, possibilitando novas tarefas para os leigos e novas reflexões teóricas e teológicas.

O SAR, enquanto parte de um projeto político pedagógico da Arquidiocese de Natal, foi construindo, ao longo dos anos, um conjunto de práticas educativas junto aos trabalhadores do campo. Essas práticas expressaram o

¹ Ver, entre outros, FERRARI (1968) e CAMARGO (1971).

² Nome dado pelo Pe. Tiago G. Cloin em um artigo publicado em uma Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (n° 85, julho de 62) que designava as ações sociais da Arquidiocese de Natal como “ação conjugada de evangelização e de ação social”, segundo FERRARI (1968).

resultado de ideologias em conflitos no contexto histórico em que se deram. A construção de uma ação educativa foi tramando, num complexo processo de mudanças da sociedade brasileira e no mundo, uma forma própria de ações educativas. Nesse sentido, buscou sua inspiração em outras experiências da América Latina (programas radiofônicos, associativismo) e nos documentos da Igreja, que procurava se adequar à nova ordem mundial. No contexto mais global, segundo Mainwaring (1989), *a Igreja internacional vinha encorajando uma renovação eclesial*, fazendo com que os bispos de várias partes do Brasil, e destacadamente no Nordeste, promovessem ações renovadoras. No entanto, depois do golpe de 64, alguns destes bispos retrocederam nas suas posições. Porém, os setores mais identificados com a incipiente *Igreja Popular* continuam recebendo estímulo da Igreja Internacional, especialmente de Roma e da Conferência de Medellín, realizada em 1968. Havia uma grande inquietação dos setores progressistas da Igreja frente à interrupção de várias experiências de educação popular. Sobre esse assunto Mainwaring (1989) nos diz que o documento de Paulo VI, *Populorum Progressio*, publicado em 1967, causou contentamento aos católicos progressistas de toda a América Latina. A encíclica criticava as nações ricas, por suas transações comerciais com o Sul, e insistia num desenvolvimento mais igualitário entre os países. Argumentava que os direitos a uma forma de vida decente e digna e a participação no processo político são aspirações justas de todas as pessoas.

A Igreja Nordestina, que ocupou um lugar proeminente na transformação da Igreja brasileira, passa a posicionar-se, em decorrência de vários fatores, a favor dos *pobres e oprimidos* no contexto de ditadura militar³ implantada com o golpe de 64.

³ Concordamos com Mainwaring na sua análise institucional da Igreja Católica, quando ele diz que as instituições religiosas nem sempre se tornam mais progressistas, caso uma sociedade se torne mais desigual ou repressora. Mudanças econômicas não fazem com que as instituições modifiquem automaticamente a sua identidade ou sua percepção da política. Algumas Igrejas regionais no Brasil (especialmente no Sul) e algumas outras localidades não passaram pela mesma transformação. Em outras sociedades latino-americanas, a Igreja Católica vivenciara regimes autoritários, repressores e elitistas, sem passar por uma mudança semelhante. Em outros períodos históricos no Brasil (1937-1945) a Igreja apoiou um regime autoritário.

No início dos anos 60, essa entidade fundou os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, posteriormente, num contexto de ditadura, foi mudando a sua linha de ação a partir das demandas dos movimentos sociais. Teve um papel fundamental no apoio às lutas dos trabalhadores rurais, atuando em várias frentes de luta (questão agrária, campanhas salariais nas áreas da cana (anos 80) e fruticultura (anos 1990), organização de grupos de mulheres trabalhadoras rurais, as quais contribuíram para a organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR).

Para o acompanhamento e apoio às lutas, as ações político-pedagógicas dessa entidade tinham como objetivo a conscientização dos trabalhadores rurais a partir da realidade local e dos problemas em que estavam inseridos. Esse trabalho se dava num contexto complexo e tenso de mudanças, onde frações das classes dominantes lutavam pela hegemonia política.

Nesse processo educativo, as questões do campo são tratadas como motivadoras das ações dos grupos nas comunidades, a partir de temas, como a participação na política, a conscientização, a democracia, o desenvolvimento, a construção de uma nova organização sindical e a luta pela Reforma Agrária.

As ações educativas, aqui estudadas como práticas que se pretendem como libertadoras de determinadas atitudes de acomodação, tiveram um importante papel na formação de sujeitos individuais e coletivos⁴ na luta por direitos. Na literatura⁵ já produzida sobre os movimentos sociais do campo, foi verificado que esses trabalhos ressaltam a importância dessa entidade no processo de rompimento de antigas relações sociais de clientelismo no campo, bem como sua articulação com vários atores sociais.

⁴ Usamos aqui a noção de sujeito coletivo, conforme Eder Sader, no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas, através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nas lutas.

⁵ Entre outros autores ver ARAÚJO (2001), CRUZ (2000), SILVA (1995).

Na segunda metade dos anos 50 até o golpe militar de 64, essa entidade desenvolveu ações que contribuíram para a organização dos trabalhadores rurais no Estado do Rio Grande do Norte. Nesse contexto, onde se destacavam idéias nacional-desenvolvimentistas, sob uma crise social, econômica e política, despontaram campanhas e movimentos de cultura popular em todo o país, destacadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo. A Igreja Católica, preocupada com a situação social e política, através do Serviço de Assistência Rural, criou os Sindicatos de trabalhadores rurais, um sistema de radiodifusão educativa com o MEB (Movimento de Educação de Base) e envolveu-se em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos. Em outro momento, em meados dos anos 70 e 80, retoma suas ações a partir das lutas dos trabalhadores rurais, inspiradas, desta vez, numa linha teológica libertadora.

As ações dessa entidade, nesse contexto de intensos debates, sobre a situação e a organização dos trabalhadores do campo frente aos desafios do *desenvolvimento* no Nordeste, estão situadas no campo da Educação Popular.⁶ Para dar conta desse propósito, temos as seguintes indagações: qual foi a contribuição deste Serviço da Igreja no processo de organização e conscientização dos trabalhadores do campo? Que tipo de lideranças foram formadas nesse processo? Para tentar responder a essas questões, priorizamos trabalhar na análise das principais ações deste Serviço.

Para compreender melhor o conteúdo das ações, recolhemos dados dos planos de trabalho, relatórios, boletins, cartilhas, registro do processo

⁶ O significado de “*Educação popular*” é entendido de formas diferentes entre vários autores. Para Carlos. R. Brandão, *é a educação que os grupos populares proporcionam a si próprios, como uma classe social e através de suas instituições legítimas da classe. É uma forma de educação não enquadrada em programas tipo professor/aluno.* Já Vanilda Paiva considera como educação popular *a instrução elementar e como luta pela educação popular, a luta em favor do ensino primário.* Neste trabalho, entendemos educação popular como aquela que serve como instrumento para que o povo se organize e se mobilize para lutar por seus direitos na sociedade. No caso do SAR, a educação popular tinha o sentido de luta pelos direitos das classes trabalhadoras. Temos consciência da complexidade dessa noção conceitual, mas entendemos que o fato de pensar educação popular dessa forma nos aproxima mais das concepções do SAR num contexto de mudanças, principalmente quando se fala em *Igreja dos pobres.*

organizativo de grandes mobilizações, temas discutidos nos Dias de Estudos, relatórios de cursos e seminários de formação de lideranças e entrevistas feitas com trabalhadores, bispos e com a equipe técnica em diferentes momentos da história do SAR.

Analisamos as ações do SAR, em um primeiro momento, no período de transição da realidade brasileira, anterior ao golpe militar de 1964, a qual possibilitou a efervescência dos mais diferentes tipos de manifestações por mudanças políticas, econômicas, culturais, na perspectiva da melhoria de vida, trabalho e inclusão das classes subalternas nas discussões e decisões das políticas públicas. A educação popular introduz novos elementos na concepção de trabalho do SAR, possibilitando uma discussão maior das questões relacionadas aos direitos e à participação.

No segundo momento, da transição do regime militar para a democracia, surgem novos discursos, novas formas de elaboração de práticas pedagógicas e um revigoramento e surgimento de vários atores sociais, procurando contribuir, à sua maneira e especificidade, para as lutas sociais dos trabalhadores do campo, na perspectiva de construção de outro projeto político. Vários setores da sociedade no campo das esquerdas vinham tentando construir esboços de propostas para um projeto político para o Brasil. No nosso entender, havia fragmentos de um projeto, mas muito distantes da realidade brasileira. Na verdade, os entendimentos dos processos de formação da sociedade brasileira não eram assimilados dialeticamente, mas mecanicamente. No campo pedagógico, Paulo Freire contribuiu para o entendimento de que apenas as formas dialógicas, respeitadas dos saberes e dos processos mentais dos sujeitos envolvidos darão conta de que o processo educativo promova a transição das formas menos conscientes, não reflexivas de pensar, para uma consciência intencionada, mais reflexiva. Essas inovações de Paulo Freire dizem respeito aos conteúdos, mais principalmente a maneira de pensá-los.

As ações político-educativas do SAR tinham como base e inspiração os documentos oficiais da Igreja, sobretudo aqueles relacionados a uma teologia libertadora. Desde o início da sua fundação, uma das preocupações primordiais era a de promover o homem do campo, levando-o a refletir sobre a importância da sua participação na construção de uma nova sociedade onde não houvesse nem explorados nem oprimidos. Para isso, era necessário não só compreender as lutas dos trabalhadores, mas o porquê da necessidade da organização destes.

No campo, as práticas educativas das entidades ligadas à Igreja Católica, seguiam, de certa forma, o ideário da Ação Católica Brasileira, que se enraizou profundamente nas ações pastorais da Arquidiocese de Natal. Segundo Wanderley (1984) as idéias do Pe. Henrique de Lima Vaz, um dos intelectuais da Igreja, intentavam superar interpretações idealistas e marxistas de consciência, buscando o elemento estrutural da consciência histórica na *consciência moderna*, suas relações com a cultura e ideologia, e a força do cristianismo na formulação dessa consciência.⁷

Podemos verificar, implícita ou explicitamente, nas obras consultadas (CAMARGO, 1971; FERRARI, 1968; PAIVA, 1980; WANDERLEY, 1984), alguns aspectos das idéias de intelectuais das ciências sociais e da educação, traduzidas, de certa forma, para o ideário de entidades e pastorais da Igreja Católica, que atuavam no campo (SAR, MEB, ACR⁸ e, posteriormente, a Pastoral de Juventude do Meio Popular), disseminadas através dos padres, alguns

⁷ Sobre essa questão ver o livro de Luiz Eduardo W. Wanderley “*Educar para transformar: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base*”. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1984 (p. 115).

⁸ A Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR) surgiu em Pernambuco, de onde se espalhou em duas direções: ao norte, passando pelo interior dos Estados nordestinos, passou a implantar grupos de base até no Maranhão; ao sul, penetrando por Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, ramificou a sua influência até a diocese de Teófilo Otoni. Esse Movimento articulava suas bases através de três equipes regionais e de uma coordenação central, auxiliada por um secretariado permanente com sede em Recife. Vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil através do Conselho Nacional de Leigos. Em 1974, a ACR filiou-se à Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos (FIMARC). Alexandre Sgrechia. Tese de Dissertação de Mestrado defendida em 1981, pelo Departamento de Antropologia da PUC-SP.

bispos e educadores populares, que foram sendo filtradas por cada sujeito individual e coletivo.

Nesse trabalho, analisaremos alguns elementos das ações político-pedagógicas desta entidade, que possivelmente contribuíram para a formação de consciências mais críticas dos trabalhadores rurais.

Essa entidade passou por uma série de mudanças desde a sua criação em 1949. Durante toda a década de 70, iniciou-se um processo de discussão sobre a construção de uma nova dinâmica do trabalho nas localidades onde atuava. Veremos também que, ao longo dos anos 80, a equipe técnica passou a priorizar os conflitos de terra no Estado, acompanhando todas as manifestações contra a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves no Vale do Açu. Para isso, teve que passar por um processo de mudanças na organização interna da equipe técnica, e se articular, localmente, com outros movimentos sociais; no Nordeste, com a Pastoral Rural e, nacionalmente, com a CPT. Em meados dos anos 80, passou a trabalhar na área canavieira, tendo em vista a formação das direções dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais para as Campanhas Salariais. Todas essas ações passaram a estar contidas no Programa de Educação Política.⁹

Compreender essas ações em contextos diferenciados, conforme a dinâmica constitutiva do processo político-pedagógico deste Serviço e os resultados de suas ações junto aos grupos de trabalhadores rurais em várias localidades da Arquidiocese de Natal, elucidará melhor os avanços proporcionados por estas ações, ou nos fará perceber a insistência de alguns aspectos culturais que continuam impedindo a formação de consciências mais críticas e solidárias.

⁹ O Programa de Educação Política foi criado em 1972, abrangendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O conjunto desses Estados era denominado pela Igreja de Regional NE II.

O trabalho de pesquisa

Há vários anos, venho juntando alguns dados sobre o Serviço de Assistência Rural – relatórios de grandes encontros, depoimentos de trabalhadores, através de gravações em diferentes períodos, planos de trabalhos, entrevistas em jornais, publicações e cartilhas do Programa de Educação Política do Regional Nordeste II¹⁰ - tendo em vista o conhecimento de alguns aspectos das idéias que fundamentaram e inspiraram todos aqueles que desenvolveram esse trabalho (idéias implícitas e explícitas das estratégias de pensamento), bem como compreender o sentido das suas ações educativas junto às comunidades rurais.

Parte desse material foi selecionado e classificado para a elaboração deste estudo, que tem como objetivo esclarecer alguns aspectos das ações político-pedagógicas do SAR. O material recolhido ajudou a esclarecer algumas questões aqui levantadas. No entanto, os silêncios implícitos nesse processo de construção dos esclarecimentos foram exigindo mais informações e tivemos que busca-las para suprir algumas questões.

Fontes secundárias nos ajudaram a reconstruir o contexto em que foram sendo tecidas as concepções de educação popular, conscientização, opressor/oprimido, educação política/politização, desenvolvimento, comunidade, que orientaram as ações dessa entidade da Igreja.

Elaboramos também um roteiro de entrevista semi-estruturada, para ouvir outras pessoas sobre as ações político-educativas do SAR. As pessoas entrevistadas são membros ligados aos movimentos sociais do campo, sindicalistas, responsáveis pelo trabalho social da Igreja nas comunidades rurais e associações de assentamentos, membros da equipe técnica, militantes da

¹⁰ A igreja católica no Brasil é dividida em várias regionais. No Nordeste, por exemplo, o Regional NE II envolve os seguintes Estados: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio grande do Norte.

Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR e antigos educadores do Movimento de Educação de Base – MEB (Departamento de Natal).

Entrevistamos os trabalhadores que participaram ou continuam participando, de alguma forma, de atividades nos grupos ou movimentos sociais. Nessas entrevistas, ouvimos as impressões sobre as ações desenvolvidas, os planejamentos e práticas dos trabalhadores, muitas vezes não registradas em nenhum dos documentos que consultamos. Esses depoimentos contribuíram para mudar, em alguns momentos, os rumos das informações que tínhamos colhido em fontes secundárias sobre as ações desenvolvidas no trabalho.

Sistematizamos esse trabalho em torno de três capítulos.

No primeiro capítulo, procuramos resgatar e analisar, dentro de alguns parâmetros definidos, o contexto em que foi criado o SAR, como se desenvolveu o seu pensar e agir pedagógico, as lutas dos trabalhadores rurais, as mudanças econômica e política, o surgimento de novas formas de ação educativa, tendo em vista a compreensão dos novos/velhos problemas, num momento de transição da sociedade brasileira. Destacamos alguns documentos da Igreja Católica, que foram fundamentais para respaldar as ações de vários setores e agentes pastorais que trabalhavam numa perspectiva de mudança das estruturas da sociedade (social, econômica, política, cultural), bem como as idéias de intelectuais cristãos e não-cristãos, que contribuíram nesse processo.

No segundo capítulo, detemo-nos na construção de uma descrição das ações político-pedagógicas do SAR, na qual colocamos alguns elementos do discurso oficial construído ao longo da história da Igreja Católica, que fundamentaram o seu projeto político-pedagógico, bem como idéias minoritárias que estimularam a reflexão pedagógica do trabalho, contribuindo para a redefinição de suas estratégias, dos seus objetivos, da metodologia, dos instrumentos de trabalho, da criação dos grupos de articulação nas comunidades. Esse debate, nem sempre muito claro nas discussões da equipe, possibilitou a

ampliação do trabalho de articulação junto a outras entidades, numa clara intenção de somar esforços, tendo em vista ações educativas que pudessem influir na mudança da realidade em que se encontravam os trabalhadores do campo. Analisaremos também as formas de acompanhamento e apoio do trabalho do SAR às ações dos trabalhadores.

Procuramos ainda esclarecer a importância e o alcance do Programa de Educação Política como centro fundamental das ações da equipe técnica. Esse programa foi sendo repensado à medida que as ações vão se dando junto às comunidades e aos movimentos sociais em vários Estados do Nordeste: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Verificamos que o Plano de trabalho elaborado para o ano de 1980 já apresentava a *nova linha de atuação do SAR*, enfatizando o trabalho de Educação Política como o principal programa. Nesse sentido, procuramos esclarecer a importância e o significado deste Programa, nessa nova fase, depois de um longo processo de avaliação de suas ações com o CERIS.¹¹ A luta pela democratização da terra, o apoio às oposições sindicais e a promoção de várias atividades sobre eleições e partidos políticos serão fundamentais nas ações educativas, ao longo dos anos 80.

No terceiro, analisaremos as ações dessa entidade da Igreja e a sua contribuição para uma educação popular do campo. Vários trabalhadores que participaram desse processo educativo hoje são lideranças do Movimento Sindical, do MST e do poder público local, contribuindo para a formação de novas lideranças do campo.

¹¹ Orgão criado em 1962 com o apoio da CNBB quando a idéia força do desenvolvimento estava no centro das atenções. O CERIS desenvolveu suas pesquisas, reuniu dados e informações, preparou diagnósticos, acompanhou, financiou e preparou iniciativas sociais. Foi acumulando experiências nas áreas de saúde; economia popular; mundo do trabalho; segurança alimentar; poder local; gênero; pastorais sociais entre outras.

CAPÍTULO 1

TECENDO OS FIOS DA MEMÓRIA

1.1. Os cenários e os atores sociais

A partir da década de 1940, inicia-se um cenário favorável à generalização dos movimentos sociais. Estes começam a perder seu caráter local, a articular formas mais abrangentes de organização. Adquirem, assim, outra qualidade. Tendem a fazer a crítica da situação de vida e trabalho dos que vivem nos campos e procuram novas formas de inserção na sociedade.

Referindo-se a esse período, Leonilde Medeiros (1989), diz que



é nesse momento (...) que surgem propostas políticas diversas, vinculando a realidade dos trabalhadores do campo com os projetos de desenvolvimento para o País. Forjam-se, então, as bandeiras que até hoje são centrais nas suas lutas: os direitos trabalhistas, a previdência social e principalmente a reforma agrária.

Esses movimentos surgem num momento em que grandes transformações se processavam no País: intensificava-se o processo de industrialização; redefinição do papel da agricultura na economia; constituição de um projeto desenvolvimentista, e as lutas dos trabalhadores rurais, provocando a emergência de novos sujeitos. Na linguagem política da época: não se fala mais em colonos, parceiros etc., mas em *camponeses* (MEDEIROS, 1989, p. 14).

No período que vai de 1945 a 1964, começaram a vir à luz diversos conflitos no campo e se procurou, pela primeira vez, dar-lhe uma articulação maior, através de bandeiras de lutas comuns. Nesse período, a sociedade brasileira viveu seu primeiro ensaio democrático, embora marcado por restrições à liberdade de organização partidária, pela presença de um sindicalismo vinculado ao Estado, por sucessivas crises políticas e, principalmente, pela negação, aos trabalhadores do campo, do direito de organização e de direitos sociais já há algum tempo conquistados pelos trabalhadores urbanos. É época de intensa industrialização, diferentes forças sociais discutiam projetos de desenvolvimento para o País. Nesse debate, a agricultura era considerada atrasada e pouco capaz de responder às necessidades que a indústria colocava. É nesse quadro que as lutas emergiram, politizando determinadas bandeiras e impondo a necessidade do reconhecimento político dos camponeses e trabalhadores do campo.

Referindo-se aos anos 1960 a 1964, Wanderley (1984) nos diz que

o populismo dos setores dominantes gerara seu antídoto, isto é, o fortalecimento progressivo de setores populares, com intensa mobilização política de vários seguimentos da sociedade civil. Os setores populares reivindicavam maior



participação na política econômica e salarial, na luta pelas reformas de base. O campo foi sacudido pela ação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais; os sindicatos urbanos organizavam greves constantes; o Movimento Estudantil se politizara na discussão dos temas nacionais e se organizava com ressonâncias amplas no cenário político; a campanha antiimperialista encontrava respaldo numa política externa independente. Essa emergência de sujeitos coletivos populares através dos movimentos operário e camponês pressionava as outras classes sociais no sentido de uma tomada de posição. (...) Políticos, professores, estudantes e técnicos polarizavam-se contra ou a favor.

Na sociedade, de uma maneira geral, surgiram várias organizações que, através das mais diversas reivindicações, conquistaram alguns direitos trabalhistas, e a questão da reforma agrária entra na ordem do dia. Esse período de grande efervescência social e política encerrou-se com o golpe militar de 1964¹².

Nesse caldo político borbulhante, desenvolveram-se diversas experiências que tinham como centro de suas discussões a questão do desenvolvimento e da democracia no Brasil. Em nível nacional, podemos destacar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955, projetou-se como centro formulador de uma ideologia desenvolvimentista no País, com suas análises globalizantes. Podemos citar também, no Nordeste: as Ligas Camponesas; as experiências dos Centros Populares de Cultura – CPC; o Movimento de Cultura Popular – MCP; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal; a primeira experiência de Paulo Freire, em Angicos/RN; o trabalho de educação popular, desenvolvido pelo Movimento de Educação de Base – MEB, e do Serviço de Assistência Rural, entre outros.

No período que se encerra com o golpe militar de 64, desenvolveram-se experiências abrangentes de organização de vários setores da sociedade. As lutas dos trabalhadores do campo, através de suas

¹² O golpe de Estado de 1964 depõe o presidente João Goulart e põe fim à “democracia populista” iniciada em 1946. Fruto de uma coalizão civil e militar, o golpe configura a ascensão de um novo bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira – nacional e internacional –, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada, de caráter civil, de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por esse conjunto autoriza-nos a qualificá-lo como uma elite dominante.



reivindicações imediatas, articularam-se com demandas que questionavam determinadas formas de exercício de poder, das quais a concentração de terra era o maior símbolo. Evidentemente, isso ocorreu numa conjuntura muito particular, ligada ao nacional-desenvolvimentismo, ao populismo e ao crescimento do movimento operário.

Nesse contexto, especificamente em 1959, Paulo Freire escreve *Educação e Atualidade Brasileira*, no qual propõe reconstruir criticamente o contexto brasileiro da época, partindo de referências e análises buscadas nos intelectuais brasileiros vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB. Nessa obra, fruto de suas reflexões sobre a realidade da época, Freire apresenta suas idéias, sem cair nos exageros do voluntarismo isebiano, uma relativa crença na fase de transição pela qual passava o Brasil de então. Reconhecia mesmo que o momento se apresentava como uma oportunidade histórica para a construção de uma sociedade desenvolvida, mais livre e justa. No entanto, revela, simultaneamente, certa desconfiança, demonstrando ter consciência dos limites políticos do populismo, porque via, na massificação própria do regime, um recuo em relação à transitividade conquistada pelos processos estruturais da economia e da urbanização.

Para Romão (2001), é aqui que pode estar a discordância de Freire em relação aos isebianos: possibilidade de “involução” para a “consciência transitiva ingênua”. Certamente é daí que deriva a sua opção pela pedagogia – mesmo não sendo pedagogo de formação – como instrumento de luta pela libertação dos oprimidos. Havia uma preocupação de Freire com a educação naquela realidade, em relação a três aspectos: educação e humanização; educação e desenvolvimento; educação e democracia. Essas questões levantadas continuaram a ser debatidas, inclusive no período aqui estudado.

Conforme Romão (2001), uma marca “ingênua” típica dos pensadores brasileiros da época, foi o otimismo democrático. Essa



“ingenuidade” era resultante da percepção da contradição estrutural do pacto populista, na medida que, para funcionar, o populismo necessitava da emergência do povo na arena política – ainda que como “parceiro fantasma” ou como massa de manobra. Ora, quanto mais avançava essa emergência, mais se ameaçava a própria sobrevivência do populismo. Quanto mais o povo participa, mais o povo caminha para a sua superação, pois sua essência se constrói na *simulação da participação*, e seu limite estrutural é o bloqueio à verdadeira socialização do processo decisório. Aos poucos, as iniciativas começam a escapar do controle dos líderes populistas. Por outro lado, se ele não consegue constituir a massa como base social de sustentação política, mais rapidamente é eliminado pela oposição conservadora. Dizendo de uma maneira mais simples, se o populismo não funcionar, seus adversários o aniquilam; se funcionar, cava a própria sepultura, pela superação dos limites por ele propostos, à medida que a massa emersa na arena política tende a se transformar em um povo e em sujeito de sua própria história. “Tende a se transformar”; não dissemos “se transforma”, porque essa virtualidade tem de ser atualizada pela ação educativa libertadora. E é nesse ponto que Paulo Freire avança em relação aos autores que consultou para escrever sua obra (ROMÃO, 2001)¹³.

Numa concepção diferente da de Romão (2001), Vanilda Paiva (1980), afirma que

Freire proclama seus ideais desenvolvimentistas e nacionalistas dentro de uma interpretação da realidade que coincide em aspectos fundamentais com aquelas desenvolvidas pelos isebianos (de forma mais clara e explícita em 1959 que em 1965). (...) Grande parte daquilo que nos

¹³ Estamos nos referindo aqui aos trabalhos de diversos autores vinculados ao ISEB e citados em *Educação e Atualidade Brasileira*. Esses autores são: Hélio Jaguaribe (*Condições Institucionais do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, ISEB, 1957); Roland Corbusier (Situação e alternativas da cultura brasileira. In ISEB, org. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1956); Nelson Werneck Sodré (*As classes sociais no Brasil*) Rio de Janeiro, 1957; e Estudo histórico-sociológico da cultura brasileira. In ISEB, org. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1956); Álvaro Vieira Pinto (*Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1959) e textos de Alberto Guerreiro Ramos, entre outros. Paulo Freire teve contato também com a obra de K. Jaspers, através do livro *Razão e anti-razão do nosso tempo*, traduzido por Álvaro Vieira Pinto e, com outros teóricos, seja através dos intelectuais isebianos ou das próprias obras (Zevedei Barbu, Ortega y Gasset, Gabriel Marcel, Simone Weil, entre outros).



apresenta Freire em seus trabalhos de 1959 e de 1965 não é uma mera análise da “atualidade brasileira”, mais uma interpretação da história brasileira. Esta opção nos parece resultar, em primeiro lugar, de uma aceitação prévia das linhas do debate isebiano e dos resultados e das análises dos “isebianos históricos” em relação a “atualidade brasileira”: esta foi a base sobre a qual ele começou a pensar a problemática educacional no final dos anos 50, mas exatamente porque o seu problema concentrava-se sobre o binômio “educação e política”, em função da busca da educação necessária àquela sociedade “em trânsito” que se democratizava, ele centrou sua análise sobre a formação política do país. O eixo de seu trabalho é a busca de explicações para a contradição que ele acreditava encontrar na sociedade brasileira, entre “a emersão do povo na vida política” e a “sua inexperiência democrática”.

Essa discussão sobre a emersão do povo na política atravessou por vários momentos na história política brasileira, o que possibilitou uma permanente atualização em relação a determinadas teorias elaboradas sobre esse processo. Não podemos dizer que a matriz teórica em que Freire se fundamentou permaneceu estática em sua obra. Podemos ver que um dos centros dos seus trabalhos é a *transitividade de uma consciência ingênua para uma consciência crítica*. O próprio autor diz também que, num processo educativo *dialógico*, o educador se educa sendo permanentemente desafiado por novas questões.

O período seguinte mostrará a fragilidade das classes populares na luta pela hegemonia na política brasileira.

Como conseqüência da fragilidade do populismo, a partir do golpe de 1964, instala-se uma conjuntura de intensa repressão, atingindo os movimentos operários, as Ligas Camponesas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e sobre os mais diversos setores que se opuseram ao regime militar. Esse cenário repercutia no campo da educação e da cultura. Campanhas, movimentos de educação e cultura popular, despontavam em todos os pontos do País, notadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo. A matrícula no ensino fundamental aumentou no período (1960-1964), enquanto uma parcela dos estudantes universitários, através da UNE (União Nacional dos Estudantes), engajou-se na luta pela organização da



cultura, com vistas a uma transformação estrutural da sociedade brasileira. Greves, mobilizações, assembléias, crescimento das organizações sindicais, como já dissemos anteriormente, faziam parte do contexto da época. A Igreja Católica preocupava-se com a situação social e política, organizando várias ações no campo da educação, chegando a criar o MEB e se envolver em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos¹⁴.

Nesse contexto, havia uma luta entre os vários atores sociais do campo. As Ligas Camponesas no início dos anos 1960 se expandiram para 10 Estados, se estruturando em comitês regionais. Contavam com intelectuais que passaram a ser dirigentes e elaborar as suas estratégias e as táticas. Para Leonilde Medeiros (1989), as ações de ocupação de terras, só seriam desencadeadas por esse movimento já no final da sua atuação.

Nesse mesmo cenário, a educação popular e os processos formativos a partir das ações dos sujeitos coletivos e individuais continuavam a ser repensados. Novos elementos serão acrescentados à análise da realidade, para um melhor esclarecimento da continuidade e da construção de pedagogias libertadoras, em contraposição às pedagogias de conformação, conservadoras.

Durante o regime militar, desencadeou-se, por parte dos movimentos sociais do campo, uma intensa “caminhada no chão da noite”, como diz Martins.¹⁵ Configurou-se então uma conjuntura de intensa repressão, tanto sobre os movimentos operários como sobre os movimentos sociais do campo. As lutas do campo, que haviam experimentado um processo inicial de articulação, atomizaram-se, isolaram-se, porém não desapareceram. Muito

¹⁴ No Rio Grande do Norte, Aluizio Alves recebeu o apoio de setores do Clero, quando foi candidato ao Governo, inclusive vinha participando dos grandes eventos promovidos pelo Movimento de Natal. Para se ter uma idéia dessa aliança, o candidato a vice-governador é o então Monsenhor Walfredo Gugel, membro da hierarquia da Igreja Católica que, inclusive, depois de um contraditório processo político, o sucederia como governador do Estado. Walfredo Gugel foi eleito em 1965. Ver o livro *“Anotações do meu caderno”*, de Ticiano Duarte. Sebo Vermelho, Natal, RN, 2000.

¹⁵ Para aprofundar mais esse assunto, ver o livro de José de Souza Martins *“Caminhada no Chão da Noite”* que trata da crise ideológica e política dos grupos de mediação, que se interpõem entre as lutas das classes subalternas e o processo político.



pelo contrário. A modernização conservadora da agricultura que se verificou, amplamente respaldada pela política agrícola do Estado; a opção pela manutenção de uma estrutura de propriedade concentrada no campo, jogando por terra as esperanças em uma reforma agrária; o estímulo oficial da ocupação da fronteira pelo grande capital, intensificaram os conflitos, as lutas de resistência (MARTINS, 1983; MEDEIROS, 1989). Do ponto de vista organizativo, o período foi marcado, em que pese a repressão, pela constituição de um sindicalismo rural centralizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)¹⁶.

Embora pouco eficaz no sentido de impedir despejos e garantir os direitos já conquistados, esse sindicalismo consolidou-se como porta-voz das bandeiras históricas dos trabalhadores. Ao lado dele, também setores da Igreja tornaram-se canais de expressão dos anseios desse grupo social, denunciando a miséria e a opressão, de que eram vítimas, e também buscando colaborar na sua organização. Para Palmeira (1985),

a continuidade das organizações sindicais e o progressivo afastamento da Igreja do campo sindical permitiram que, num tempo relativamente curto, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, apesar da vigilância e da repressão constantes se reestruturasse em estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde tinha raízes mais fundas, e partisse para a retomada de sua Confederação Nacional em 1968.¹⁷

É importante assinalar que, mesmo se emancipando da tutela da Igreja Católica, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais carrega marcas profundas da formação pedagógica dessa instituição. Muitos

¹⁶ Leonilde Sérvolo de Medeiros assinala, no seu livro *História dos Movimentos Sociais no Campo*, que, com a regulamentação, em 1962, da sindicalização rural, instituiu-se uma verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuavam no campo em busca do reconhecimento dos seus sindicatos. Como a legislação só permitia a existência de um sindicato em cada município, tratava-se de conseguir a carta sindical o mais rapidamente possível, quer através do pronto encaminhamento da documentação necessária ao Ministério do Trabalho, quer através de barganhas e pressões no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural(...). Como o controle sobre um grande número de entidades também garantiria o controle sobre a federação a ser criada em nível estadual, e como esse mecanismo se repetiria para a direção da confederação, em âmbito nacional, é fácil perceber o interesse das forças políticas em terem em suas mãos o maior número possível de sindicatos. De certa forma, esse processo contribuiu para uma centralização do sindicalismo rural.

¹⁷ Ver texto de Moacir Palmeira "A diversidade da luta no campo: **luta camponesa e diferenciação do campesinato**, no livro organizado por Vanilda Paiva **Igreja e questão Agrária**: Edições Loyola, São Paulo, 1985.



sindicalistas continuam fiéis aos métodos da Ação Católica¹⁸ no campo, o que nos leva a constatar nesta pesquisa que as ações e concepções do sindicalismo no campo continuam culturalmente influenciadas pelas idéias de setores da Igreja Católica. Podemos constatar isso quando emergiram as oposições sindicais no campo nos anos 80, no período de consolidação da Teologia da Libertação.

O período 1964-1969 traz um progressivo endurecimento do regime, com a conseqüente eliminação dos escassos espaços liberalizantes. Segundo Germano (2000), *esse processo de endurecimento pode ser encarado como uma reação às mobilizações sociais; à ofensiva do movimento estudantil, notadamente em 1968, a tropeços eleitorais; a eventuais conflitos entre o Executivo e o Legislativo, e ao surgimento de grupos armados de oposição ao Regime.*

No campo, é importante assinalar que, em 1968, o MSTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais) incluía apenas 680 sindicatos e 11 Federações estaduais. No entanto, é a partir desse ano que os trabalhadores retomam a Confederação e colocam na sua direção os setores mais atuantes de um movimento em larga medida sufocado. Conforme Palmeira (1985),

essa nova direção nacional iria “puxar” o movimento atraindo seus segmentos mais conservadores para posição de defesa dos interesses efetivos dos trabalhadores rurais, colocando a reforma agrária no centro de suas reivindicações e, através da criação de novos sindicatos e federações, bem como da sindicalização em larga escala, implantando o movimento em nível nacional. Seis anos depois, já havia federações em todos os Estados, e o número de sindicatos havia mais que triplicado.

¹⁸ Depois de introduzir na organização eclesial, formas especializadas de ação, a Ação Católica criou o método **ver, julgar e agir**, da Juventude Operária Católica (JOC) que introduzia toda uma maneira diferente de compreender a pedagogia da educação da Fé. Ainda que restrito inicialmente ao meio operário. A simplicidade do método e sua facilidade operacional, integrando a fé e a vida, fizeram dele o embrião de todo o processo futuro de planejamento pastoral.



Voltando a um período anterior a esse contexto histórico, um dado que nos parece fundamental para o qual Palmeira (1985) nos chama a atenção, é o fato de que, nas áreas onde a mobilização foi mais profunda, no período em que antecedeu o regime militar, houve uma espécie de internalização da luta após 1964, ao invés dos grandes movimentos,

a resistência cotidiana interferiu no próprio processo produtivo, com as disputas permanentes entre trabalhadores e patrões na delimitação das tarefas diárias na área canavieira, ou impedindo a destruição de lavouras, como nos incontáveis casos de disputa pela posse da terra por todo o país, em todas elas, direta ou indiretamente, está presente a referência sindical (PALMEIRA, 1985).

Nas áreas “novas”, sobretudo a partir de 1974, destaca-se o trabalho político-educativo da Igreja em defesa dos posseiros. Quando essa referência sindical não se dá desde o início, é para a forma sindical que tende a organização dos trabalhadores, estimulados, de certa forma, pelos setores progressistas¹⁹ da Igreja.

No fim dos anos 1970, surgiram os primeiros sinais de enfraquecimento do regime militar. O chamado *milagre econômico*²⁰ havia se esgotado. Diversos setores da sociedade empreendiam formas de lutas, que tornavam mais visíveis as contradições que se acumularam nos anos mais obscuros; reapareceram as greves; muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo não só novas formas de expressão como também uma crítica radical à estrutura sindical. A luta pela anistia e a condenação econômica e política ao regime ganharam força.

¹⁹ Entendemos aqui como *progressistas* aqueles setores que se opunham às idéias tradicionalistas da Igreja Católica, mesmo dentro de uma estrutura relativamente estável própria do catolicismo mundial e profundamente hierárquica, mas que estavam sensíveis aos novos desafios do mundo numa perspectiva das classes oprimidas.

²⁰ Entre 1964 e 1980, o Brasil concentrou mais de um quarto de todo o desenvolvimento industrial do *Terceiro Mundo*; ampliou, diversificou e elevou o nível técnico da produção nos campos e fábricas. Ao término do governo Geisel, o Brasil estava entre as dez economias com produto Interno Bruto (PIB) e era a economia mais industrializada do Terceiro Mundo. Após um período de reajuste (1965-1967), tem início, a partir de 1968, um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como “milagre brasileiro” (1968-1973).



Os anos 1970, enfim, foram, no Brasil, tempos de profundas mudanças econômicas e políticas, provocando a emergência vigorosa de novas demandas sociais. O Estado burocrático-autoritário, que se estabeleceu com a ditadura militar, fechou, no entanto, até mesmo os precários canais de expressão e de negociação de interesses e conflitos mantidos pelo populismo²¹. Nesse contexto de ausência de canais de interlocução, emergem *novos movimentos sociais* como captadores dessas novas demandas sociais. Sua ação abre novos espaços ou “**lugares**” para a ação política. Na ausência de espaços legítimos de negociação de conflitos, o cotidiano, o local de moradia, a periferia, o gênero, a raça tornam-se espaços e questões públicas, lugares de ação política, constituindo-se sujeitos com identidades e formas de organização diferentes daquelas do sindicato e do partido.²²

Sobre essa questão, Eder Sader (1988) destaca, na constituição desses novos sujeitos, o papel especial desempenhado por algumas “matrizes discursivas” comprometidas com projetos de ruptura, provenientes do sindicalismo, da Igreja e de concepções marxistas. Essas “matrizes” renovam-se, nos anos 70, em decorrência de “crises” geradas por grandes derrotas – como a derrota da luta armada – ou pela perda da capacidade de apelo – da Igreja – ao seu *público* tradicional. Fragilizadas, elas relativizam suas “verdades”, fragmenta-se sua racionalidade totalizadora e abrem-se ao conhecimento de outros sujeitos e outros significados. Ao invés de fechar-se em conceitos abstratos e impostos sobre “o fazer histórico-social do proletariado”, deixa-se *educar por ele*²³, abrem-se aos silêncios e ao fazer, até então, interpretado de modo totalizante por vanguardas políticas, eclesiais ou intelectuais.

Deixar-se educar mutuamente emerge como nova referência, gerando uma relação mais permeável entre essas “matrizes discursivas” e os sujeitos populares. Afirmando a reciprocidade entre educador

²¹ A esse respeito ver o estudo de Guilermo O'Donnell: Sobre o corporativismo e a questão do Estado. Cadernos Departamento de Ciência Política. FFCH, UFMG, nº 3, março 1976.

²² Para aprofundar este assunto ver o importante trabalho de Eder Sader (1988): **Quando novos personagens entraram em cena**, Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.

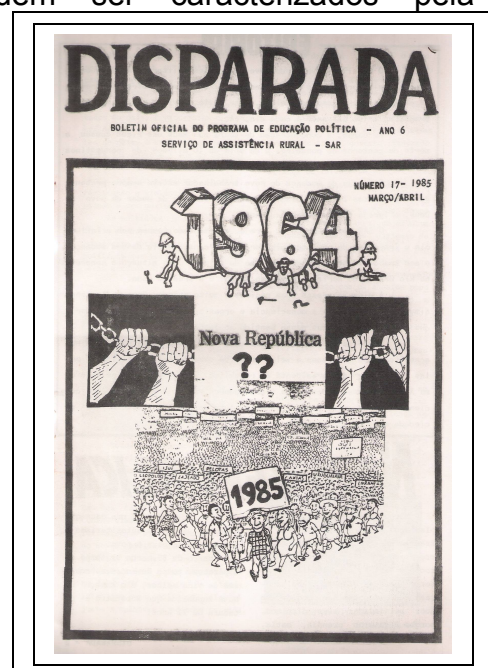
²³ Sobre essa questão, ver o livro de Cornelius Castoriadis (1979) *La Experiencia del Movimiento Obrero*. Vol. 1. Barcelona. Ed. Tusquets.



e educando, a “educação popular” abre lugar para a elaboração coletiva e crítica da vida individual e social das classes populares. Constitui espaços que possibilitam dessacralizar hierarquias e autoridades, onde se constroem novos conhecimentos, e se elaboram coletivamente projetos de transformação social, que levam esses setores, excluídos da agenda pública, a ocupá-la, provocando a constituição de uma esfera pública²⁴.

Temos, assim, nos anos 1970 e 1980, uma fase vigorosa de emergência dos “novos movimentos sociais”, os quais se organizam como espaços de ação reivindicativa, que recusam relações subordinadas, de tutela ou de cooptação, por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições. Esses novos sujeitos constroem uma vigorosa cultura participativa e autônoma, multiplicando-se por todo o País, e constituindo uma vasta teia de organizações populares que se mobilizam em torno da conquista, da garantia e da ampliação de direitos, tanto os relativos ao trabalho como à melhoria das condições de vida no meio urbano e rural, ampliando sua agenda para a luta contra as mais diversas discriminações.

Se os anos 1970 podem ser caracterizados pela disseminação de uma multiplicidade de organizações populares de base, nos anos 80 temos a sua articulação entre movimentos, cujas expressões mais fortes são a construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Partido dos Trabalhadores, um partido que, no dizer de Lula, seu fundador, nasce da percepção de que os trabalhadores precisam, também, fazer política partidária, para garantir “na lei” as conquistas obtidas nas lutas reivindicativas. Um partido que se pensa



²⁴ Sobre esse assunto, ver o trabalho de J. Habermas: *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 1984.



como expressão, na política *maior*, de toda a mobilização social desse período, do espaço público construído pelas lutas dos trabalhadores. No campo, como resultado das lutas de resistência dos trabalhadores rurais, especificamente no Sul e Centro-Sul do País, é criado o Movimento dos Sem Terra – MST²⁵.

O processo constituinte, o amplo movimento de participação popular na Constituinte, que elaborou emendas populares à Constituição e coletou subscrições em todo o País, marca o momento de inflexão e uma nova fase dos movimentos sociais. Nesse momento, as experiências da fase anterior, predominantemente reivindicativa, de ação direta ou de rua, são sistematizadas e traduzidas em propostas políticas mais elaboradas e levadas aos canais institucionais conquistados, como a própria iniciativa popular de lei que permitiu as emendas constituintes.

Nesse quadro, as lutas do campo se diversificaram e se intensificaram, trazendo à cena política, não só a sempre renovada luta pela terra, mas também greves de assalariados rurais em diversas regiões, lutas dos pequenos produtores modernizados e integrados por melhores preços para seus produtos.

Leonilde Medeiros (1989), nos lembra que no bojo desses conflitos, surgiram propostas distintas para o campo, que se expressavam, quer na constituição de oposições sindicais, críticas em relação a linha da CONTAG, quer na formação do Movimento dos Sem Terra. A Igreja, apoiando muitas dessas lutas e reivindicações que emergiam, manteve uma presença entre os diversos segmentos dos trabalhadores.

Medeiros acrescenta ainda que também, no início dos anos 80, verificou-se um encontro entre o novo sindicalismo, que surge nas cidades, e as organizações de trabalhadores do campo, especialmente através do processo de construção de uma central sindical. O debate, que em torno dessa questão se verificou e que acabou por gerar duas centrais – CUT e CGT – foi

²⁵ O MST foi fundado oficialmente no 1º Encontro Nacional realizado nos dias 21 e 22 de janeiro de 1984. Marilene Gomes da Silva, da equipe do SAR participou deste Encontro.



rico de conseqüências para as entidades sindicais, trazendo a elas novos temas e novos questionamentos

1.2. A Igreja católica no meio rural

Sem entrar numa análise mais complexa da institucionalidade da Igreja, até porque não é o foco deste trabalho, entende-se que a mesma apresenta-se simultaneamente como um corpo de fiéis que compartilham uma religião e por um Estado (Vaticano). Vista dessa forma, a Igreja permite e exige análises de níveis, ângulos e aspectos muito variados. No entanto, permanece como questão maior o entendimento de para onde aponta seu movimento global, qual o fio condutor da sua evolução, sem perder a perspectiva de que esse fio vai sendo tecido dentro de uma complicada trama. Nesta, a tradição e a lógica peculiar à instituição desempenham um papel nada desprezível, na qual se cruzam – nacional e internacionalmente – forças e tendências sociais (PAIVA, 1985). Tal compreensão exige que se levem em conta as interconexões e mediações que se colocam entre as diversas instâncias e concepções da Igreja, considerando os interesses institucionais no seu quadro próprio, ou seja, de uma instituição que – em nome do transcendente – visa, primordialmente, à difusão da fé e à manutenção da sua unidade.

Conforme Vanilda Paiva (1985)²⁶, tem sido várias as interpretações sobre o sentido das mudanças observadas na Igreja brasileira. Entre elas, encontram-se desde estudos históricos e sociológicos com amplitude, orientação e níveis de sofisticação diversos (BRUNEAU, 1974 e 1975; DELA CAVA, 1975 e 1978; MOEREIRA ALVES, 1979; MAINWARING, 1983) a análise das idéias dominantes na área católica, com ênfase sobre o peso da ideologia nacionalista e desenvolvimentista, difundida no País desde os anos 50 (ROMANO, 1979; PAIVA, 1980), ou na propriedade científica dos

²⁶ Ver texto de Vanilda P. Paiva: **A Igreja Moderna no Brasil** no livro organizado por esta autora **Igreja e questão agrária**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1985.



conceitos utilizados nos documentos que orientam sua prática pedagógica pastoral. Encontram-se, ainda, textos de analistas que vêem a Igreja como representante de classe (ESTEVÃO e RAMALHO, 1976), e outros que consideram uma gama mais ampla de fatores interno e externo à vida da instituição e atribuem diferentes significados às peculiaridades da atualização de suas funções sociais (WANDERLEY 1978; SOUZA LIMA, 1979; KRISCHKE, 1983).

Para Vanilda Paiva, entre “as interpretações disponíveis, três são especialmente sedutoras: aquela que, defendida em geral por cientistas políticos, tende a reduzir a explicação de sua evolução – no período da ditadura militar – a uma ação defensiva contra o autoritarismo do regime (WEFFORT, 1977); a que, promovida por militantes católicos, pretende que tal evolução seja ditada fundamentalmente pela pressão de suas novas bases sociais – “a Igreja que nasce do povo” ou “o povo que ocupa a Igreja” (SOUZA, 1979; PALÁCIO, 1979); e a que, pretendendo ser “total”, conecta “tudo com tudo” e termina por atribuir, em última instância, suas transformações mais significativas à crise do capitalismo internacional (RICHARD, 1982)”. Prosseguindo, Paiva diz:

Essas três interpretações, isoladamente ou combinadas entre si, permeiam com maior ou menor força, salvo poucas exceções, a parte dos trabalhos sobre a Igreja, especialmente aqueles que minimizam a questão institucional. E certamente elas enfocam fatores da maior importância e contribuem para a compreensão de diferentes aspectos do processo de transformação da Igreja brasileira, dos rumos e da velocidade da mudança no interior da instituição. Não há como negar que a ditadura militar influi sobre as posições assumidas, seja pela hierarquia como conjunto e sobre bispos individuais, seja por outros membros da Igreja e que sem o regime militar, sem a perseguição sofrida a partir da segunda metade dos anos 60, a igreja possivelmente teria modificado mais lentamente suas posições.

Continuando, Paiva afirma que “as mudanças observadas em suas bases sociais, por outro lado, exigindo o contato direto com os problemas das *classes populares*, conduziu a formas de solidariedade com



suas lutas, que repercutiram não somente sobre os fiéis, mas sobre o conjunto do corpo de funcionários da Igreja, nos mais diversos níveis, provocando mudanças nas estruturas locais da instituição e na mentalidade dos homens da Igreja”²⁷. Sem as transformações na economia mundial e na política internacional, bem como aquelas atravessadas pelo País, a partir da metade do século XX, as quais provocaram o surgimento e a confrontação de novas forças sociais que atravessaram a instituição, tais mudanças poderiam não ter ocorrido ou ter tomado rumo distinto. Para Carvalho (1985)²⁸

durante o período populista no Brasil, a participação da Igreja Católica na vida nacional foi de grande destaque e se fez sentir de diversas formas e através de diferentes frentes de atuação. Não se tratava de uma decorrência de sua tradicional influência, herdada da Colônia. O laço histórico que configura uma aliança entre a Igreja, a classe dominante e o Estado, apesar de certos momentos de aguda crise, não pode explicar tudo, nem resumem “ad infinitum” a natureza política dessa aliança.

Analisar a presença da ação da Igreja Católica significa, não ignorando o passado, apreender a dinâmica que a faz presente como força social em diversas conjunturas nacionais e o seu sentido singular (CARVALHO, 1985). Nessa perspectiva,

é fundamental compreender a Igreja Católica como elemento ativo e privilegiado da sociedade civil, que busca participar do bloco histórico populista, em construção (período de 1945-1964). E isso se fará pelo seu discurso geral e genérico em que define o que seja uma sociedade, pois portadores de valores humanísticos e guardião da verdade cristã, instrumentos da sociedade humana; por um discurso específico em que se define diante de um modelo concreto de sociedade, pois garantidora da tradição. Ou seja, ela fala como instituição universal, por isso situa-se acima dos regimes políticos e econômicos, inserida na sociedade humana; mas que é também específica, no sentido de que vivencia sua

²⁷ Constatamos, nesta pesquisa, que o Movimento de Natal preparou também vigários para exercerem um novo tipo de liderança junto às comunidades. Muitos destes, no dizer de um vigário, exerciam um “*coronelismo clerical*” ou “*clericalismo autoritário*” e “*paternalismo clerical*” ou “*clericalismo paternalista*”. In Alceu Ferrari, 1968. Conseqüentemente, o desafio da formação de uma liderança mais democrática estava posta também para o Clero. O sacerdote no interior era reconhecido como uma das autoridades locais e acabava exercendo sua liderança à maneira dos *coronéis*.

²⁸ Ver texto de Abdias Vilar de Carvalho: A Igreja Católica e questão agrária – alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964, no livro organizado por Vanilda Paiva **Igreja e questão agrária**, 1985.



mensagem em cada formação social, como a Igreja Católica no Brasil (CARVALHO, 1985, p. 69).

Da vigência de uma teologia tradicional dicotômica entre temporal e espiritual, as práticas de grupos cristãos, em alguns países, reacenderam a reflexão teológica da fé comprometida com a transformação do mundo. Como observa Wanderley (1984), as condições internacionais marcadas por desigualdades crescentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a redefinição do papel do Estado nos países capitalistas, o diálogo entre cristãos e marxistas na Europa, a emergência dos países empobrecidos com seus gravíssimos problemas encontram expressão de novos temas nas encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* (o novo enfoque dado à questão do pluralismo e da socialização, a distinção entre o erro e a pessoa que erra, a distinção entre a doutrina formulada e os movimentos históricos que se organizam a partir dela, foram alguns dos temas de maior repercussão).

Wanderley (1984) também acrescenta que o *Concílio Vaticano II trouxe um vento impetuoso de “aggiornamento” da Igreja, redefinindo o seu relacionamento com o mundo moderno.*

Nesse período, no Brasil, há uma intensa movimentação da Igreja Católica (alguns grupos protestantes também iniciavam um processo de reorientação na linha do compromisso social). Esboçou-se uma prática de maior racionalização e planejamento da ação da Igreja com o Plano de Emergência e o Plano de Pastoral de Conjunto, sob o impacto da dura realidade; as mensagens



O Ginásio Silvio Pedrosa recebeu, na tarde de 25 de maio de 1961 mais de 3.000 pessoas que se concentraram para a Missa da Ação de Graças pela passagem do 1º aniversário do Congresso Internacional da JOC. Foto: Arquivo do SAR.



da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – tornaram-se mais incisivas, efetuando críticas ao sistema como um todo e exigindo as reformas de base. Não obstante, não estava claro o caminho a seguir na pastoral. Os bispos valorizavam a presença do leigo nos movimentos de Ação Católica²⁹, no SAR, no MEB e no sindicalismo rural, mas temiam a sua emancipação, principalmente na esfera da política (o que se traduziu no conflito crescente com a Juventude Universitária Católica - JUC). Investiam na preparação de militantes cristãos maduros para uma atuação social e política no desenvolvimento nacional, mas se amedrontavam com o surgimento da Ação Popular³⁰ (WANDERLEY, 1984, p. 44).

A perspectiva do trabalho popular oscilava entre a caridade tradicional, a ação paternalista e uma promoção humana responsável, uma conscientização crítica, uma participação ativa. O trabalho era realizado por militantes e lideranças, na sua maioria, representativos da classe média, sem uma efetiva participação popular nas instituições e nos programas de ação.

Wanderley (1984) destacando alguns aspectos sobre esse processo interno da Igreja nos diz:

(...) sob os influxos das idéias debatidas na época (1960-1964) pelos vários grupos sociais, sob a pressão das práticas da Ação Católica, assimilando as reflexões teológicas do exterior, internalizando e redefinindo temas do humanismo integral e do personalismo, respirando algumas proposições do socialismo, segmentos gradativos de leigos e representantes do clero e dos religiosos passaram a exigir mais do testemunho cristão, da atuação da Igreja, do compromisso com a mudança social.

²⁹ A partir de 1848, a igreja, para recuperar o seu prestígio no seio da classe operária, e de outros segmentos da sociedade, cria a Ação Católica, que introduziu na organização eclesial uma nova divisão: as formas especializadas, ou seja, a operária, a estudantil, a universitária, os meios independentes. A Ação Católica era o espaço de **participação dos leigos católicos**, no apostolado hierárquico da Igreja, para difusão e atuação dos princípios católicos na vida pessoal, familiar e social. No Brasil, a Ação Católica foi marcada por dois momentos distintos. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950), e o segundo momento, a **Ação Católica Especializada** (de 1950 a 1960). Com a Ação Católica especializada surgiram a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC) e Juventude Operária Católica (JOC).

³⁰ Nascida em 1961, a Ação Popular (depois Ação Popular Marxista Leninista do Brasil, finalmente incorporada ao PC do B, em 1972) é o exemplo clássico da radicalização política de certos setores leigos progressistas ligados à Igreja Católica no Brasil.



Estruturaram-se, então, diferentes visões de mundo e perspectivas de ação, diferentes concepções sobre a missão da Igreja no temporal, no seio das instituições, dos grupos e movimentos católicos (Ação Católica, Sindicalismo Rural, SAR e MEB), nas relações entre clero e laicato, nas relações entre clero e hierarquia. Toda essa constelação de elementos tendia para o nascimento da chamada “Igreja Popular”, na qual as classes trabalhadoras irrompem com a presença mais efetiva dentro da instituição, cujos modelos mais típicos são as pastorais populares e as Comunidades Eclesiais de Base. Germinavam as primeiras elaborações da Teologia da Libertação: a voz e as ações de setores significativos da Igreja em relação ao Estado, depois de 1964.

É importante assinalar, que dos anos 60 até os anos 80, ocorreram três grandes mudanças estratégicas no campo econômico, político e religioso. Conforme Martins (1989) *no campo econômico, mudaram as relações de trabalho, com a expulsão dos trabalhadores residentes (...). Num certo sentido, mudaram as relações de propriedade (...). A propriedade da terra ganhou consistência e pureza jurídica, já não precisa de um exército de dependentes que a garanta para o proprietário.* No que se refere às mudanças ocorridas no político, esvaziaram-se os currais eleitorais. *Esse autor prossegue, dizendo:*

(...) O desaparecimento ou a redução drástica do número de trabalhadores residentes, submetidos aos vínculos de dependência pessoal e às relações de favor diminuíram a autoridade dos fazendeiros e a sua fonte de poder. Comprometeu profundamente o clientelismo político e a subjugação da consciência dos trabalhadores rurais.

Para Martins (1989), nas áreas em que as grandes propriedades se expandiu, nos anos 80, expandiu-se pela expulsão dos pequenos e não pela sua inclusão (ou por sua reinclusão através do assalariamento). No passado, segundo esse autor, o posseiro era convertido



em agregado, incluído no círculo da clientela política dos potentados locais. Hoje, ele é expulso, submetidos a violências físicas.

No religioso, conforme esse autor, também houve mudanças importantes:

O monopólio das almas e das consciências pelo catolicismo, no meio rural brasileiro, sempre dependeu da cooptação da Igreja em relação à violência da dominação pessoal dos fazendeiros, às formas de subjulgação da crença e da vontade dos trabalhadores e agregados por parte do proprietário e patrão. Uma espécie de catolicismo cativo, instrumentalizado pela autoridade e pelos interesses do grande proprietário de terras (MARTINS, 1989).

Sabemos historicamente que a Igreja sempre teve suas contradições em relação a essa troca de favores. Isso porque, embora favorecendo o fazendeiro, foi por longo período um apêndice institucional do Estado, mesmo depois da proclamação da República, quando dele se separou legalmente. No topo da hierarquia, os bispos permaneceram cooptados pelo Estado (MARTINS, 1989). Na base, os padres foram cooptados pelos grandes proprietários de terra. Seguindo a análise de Martins (1989),

(...) quando se abre o conflito entre Igreja, nos anos 60, é a hierarquia que avança primeiro e, em grande parte, avança em nome de projetos políticos que são os mesmos do Estado centralizador e autoritário. É por isso que a Igreja assumirá também, desde então, o velho conflito do Estado centralizador e absolutista, cujo grande herdeiro é o Exército, com as oligarquias políticas regionais, constituídas basicamente pelos grandes proprietários de terra.

Com base nesses fatos, a Igreja oscilou entre duas alternativas igualmente desastrosas: de um lado, a de assumir a modernização proposta pelo Estado autoritário, que incluía uma reforma agrária contra as oligarquias, o que representaria assumir o moderno e autoritário contra o agrário, oligárquico e liberal. De outro lado, de recuar para o oligarquismo



localista e agrário o que reforçaria as forças arcaicas da política e da dominação locais.

Sobre essa questão, Martins (1989) prossegue, argumentando:

A Igreja optou por outro caminho: buscou uma base própria de legitimidade política. (...) Essa fonte alternativa estava na massa de excluídos, posseiros, trabalhadores rurais, expulsos pela grande propriedade, migrantes, moradores pobres das periferias, quase sempre de origem rural. Massa que, ao se libertar dos currais políticos do grande proprietário, da dependência pessoal, das relações de favor, se libertou também do monopólio religioso católico, como mostra a disseminação de seitas religiosas não-católicas entre as vítimas dessas expulsões.

Nesse processo, destaca-se as Igrejas na constituição dos novos movimentos que emergem na cena pública brasileira. Essa nova postura decorre de uma mudança na visão eclesial sobre o modo como se dá o desenvolvimento. Vários autores como Doimo (1985), Wanderley (1984), Germano (1982) entre outros, assinalam essa mudança a partir da Encíclica *Mater et Magistra*, passando pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais latino-americanas (Medellin e Puebla). Deixa-se uma visão de desenvolvimento assentado na ação do Estado, para pensá-lo centrado na participação do povo como sujeito das conquistas. Essa mudança é fundamentada pela *Teologia da Libertação* e redimensiona fortemente a ação pastoral de parte da Igreja Católica e de outras Igrejas Cristãs, gerando uma cultura que valoriza a inserção dos padres, freiras e outros “agentes de pastoral” no meio do povo. Essas pessoas, inconformadas com as injustiças e contaminadas pelo fervor de uma Teologia que se renovava, dedicam-se a mobilizar o povo, acompanhando e apoiando o dia-a-dia de greves e ocupações, motivando e dinamizando processos organizativos de defesa e conquista de direitos.

1.3. O Movimento de Natal



Em 1944, Natal começa a sofrer os efeitos da guerra e da ocupação americana. A instalação das bases militares e a chegada de técnicos e tropas americanas intensificam o desequilíbrio da organização social da área, ocasionando a elevação do custo de vida, proliferação de casas de prostituição, crise habitacional, mudança de comportamento, com a introdução de novos costumes que abalam a estrutura tradicional de Natal. A grande procura de mão-de-obra, para a construção e instalação do campo de Parnamirim e da Base Naval, contribui para intensificar a migração do campo para a cidade, em larga escala. Após a guerra, logo se fazem sentir as conseqüências da partida das tropas: crescimento demográfico, desemprego, prostituição, delinqüência juvenil e formação de favelas. Segundo dados dos Censos, em 1940 a população de Natal era de 54.836 habitantes. Em dez anos (1950) essa população cresceu para 103.215 e, em 1960, chegava a 162.537. (CAMARGO, 1971).

A Igreja Católica de Natal, que desde 1936 criara a Juventude Feminina Católica (JFC), fundou, em 1944, a Juventude Masculina Católica (JMC). Diante desse quadro na cidade, resolve ampliar sua ação social, de acordo com as diretrizes da ACB, que, a essas alturas, já havia assumido posições mais liberais e democráticas, sob a influência da reconversão política de Amoroso Lima, em 1938.

Através da Ação Católica, vários intelectuais vão contribuir para a difusão da sua doutrina social, agindo não mais no plano individual, mas dentro do social, tentando “modificar o meio” através da divulgação do ideário cristão.

A ação social, desenvolvida pela Ação Católica no Rio Grande do Norte, até 1945, era um trabalho puramente catequético. Ainda não havia um movimento social, pelo menos nos moldes introduzidos depois pelo Movimento de Natal. Frente a um quadro social preocupante a Igreja, procura agir



atendendo às necessidades imediatas da situação, principalmente através de associações religiosas, ao lado de outras entidades governamentais e privadas, com fins assistenciais, como a LBA (Legião Brasileira de Assistência)³¹ e o SERAS (Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social). Tentam-se medidas saneadoras, a necessidade de pessoal habilitado para planejá-las, executá-las e a preocupação em formar técnicos em serviço social (CAMARGO; 1971, p. 68-69).

Chama-nos a atenção que, para dar um salto mais ousado no campo do assistencialismo, a Igreja aliou-se aos setores governamentais³² e privados, numa perspectiva de ampliação dos recursos humanos para tal empreendimento. É visível que, mesmo no campo de uma concepção assistencial, os desafios eram imensos, principalmente porque havia uma ausência das ações do Estado, que não tinha instrumentos para dar conta de determinadas políticas.

A Igreja Católica de Natal, para dar andamento operacional a essa estratégia que desembocaria num grande movimento, desenvolveu uma série de atividades nos anos seguintes. Em 1944, tendo em vista o agravamento dos problemas sociais, realiza a “*I Semana de Estudos Sociais do Rio Grande do Norte*”, da qual participam representantes tanto das entidades governamentais como de associações religiosas. Entre esses encontram-se Pe. Eugênio Sales e Pe. Nivaldo Monte.³³ Era uma preparação do terreno para os passos seguintes.

³¹ Tanto a LBA como o SERAS, organismos governamentais foram dirigidos simultaneamente por Aluizio Alves, que seria deputado federal até fins dos anos 50, e governador do Estado do Rio Grande do Norte na primeira metade dos anos 60. A LBA promoveu, em 1942, o primeiro curso “*Visitadoras Sociais em Natal*”. Ver Cândido Procópio Ferreira de Camargo. *Igreja e Desenvolvimento*. CEBRAP, São Paulo. 1971.

³² A Igreja Católica de Natal, enquanto instituição, aliou os seus interesses, no campo da ação social, a alguns políticos que apresentavam sensibilidade para os desafios do desenvolvimento. As relações no campo social com Aluizio vinham sendo construídas desde os anos 40. O mesmo foi eleito o deputado mais votado em 1945 e reeleito muitas vezes deputado federal. Em 1960, foi eleito governador do Estado, tendo como vice-governador o Monsenhor Walfredo Gurgel.

³³ Em 1954 o padre Eugênio Sales foi nomeado Bispo Auxiliar e Administrador Apostólico de Natal. Em 1964 foi nomeado Administrador Apostólico de Salvador, acumulando, também até maio de 1965, a Administração da Arquidiocese de Natal. O padre Nivaldo Monte, em abril de 1963, foi nomeado Bispo Auxiliar de Aracaju, ocupando o cargo até 1965, quando sucedeu a D. Eugênio Sales na Administração da Arquidiocese de Natal. Hoje, D. Eugênio é cardeal-arcebispo emérito da Arquidiocese do Rio de Janeiro e D. Nivaldo Monte é arcebispo emérito da Arquidiocese de Natal.



Em 1945, realizou-se em Natal a 1ª Semana Diocesana de Ação Católica tendo como temas “*A cooperação da Ação Católica nas Obras Sociais*” e “*O pensamento social da Igreja*”, dando maior abertura para os problemas sociais.

Podemos verificar, em decorrência desse trabalho desenvolvido no campo social e das necessidades de uma melhor formação de capital humano para essas ações, que foi criada em 1945, a Escola de Serviço Social³⁴, tendo Dom Nivaldo Monte como um dos seus organizadores e fundador³⁵. Segundo palavras de Dom Nivaldo Monte (informação verbal)³⁶, “a necessidade de criar quadros culturalmente bem formados para não fazer a coisa assim ao léu” fez surgir a Escola. Ainda segundo Dom Nivaldo (informação verbal), “a Escola primava pelo Serviço Social de Comunidade; era a única do Brasil a fazer isso”. Portanto, a Escola de Serviço Social possibilitou a Igreja desenvolver uma maior racionalização do trabalho social (PAIVA, 2000).

A Escola, além de constituir-se num dos marcos criadores do Movimento de Natal, proporcionou uma maior racionalização do trabalho social, adotando “uma atitude favorável à pesquisa e uma abordagem mais científica dos problemas (FERRARI, 1968)”. Além disso, facilitou a mudança nas atividades, passando de meramente assistenciais para auto-promoção das pessoas assistidas, notadamente pelo uso do Serviço Social de Grupo e de Comunidade.

³⁴ No trabalho “*Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*”, Safira Ammann afirma que, é na década de 50 que a ONU volta simultaneamente suas atenções para o Serviço Social, realizando três distintas pesquisas de caráter internacional, sobre a formação de seus profissionais (...). Em 1957, na Assembléia da Comissão Social do Conselho Econômico e Social, o Desenvolvimento de Comunidades é recomendado em larga escala, particularmente para as áreas rurais. A autora diz ainda que, na época, a preocupação do Serviço Social brasileiro com o Desenvolvimento de Comunidade atrela-se a um desenvolvimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista. É notório que toda essa ideologia ocorreu no contexto da guerra fria (capitalismo *versus* socialismo).

³⁵ Ver publicação do SAR “*Síntese histórica: revisão 73 – Plano de Trabalho 74*”.

³⁶ Informação verbal de Dom Nivaldo, prestada à Professora Dra. da UFRN Marlúcia Paiva, contida no seu trabalho *A Igreja dos anos 50 – o Movimento de Natal*.



Conforme Marlúcia Paiva (2000), “a preocupação em atribuir um caráter cientificista, racional, modernizador às atividades da Igreja, através da Escola de Serviço Social, demonstra que o trabalho não mais será improvisado, mas fundado em bases científicas, racionais, portanto mais produtivo”. Há uma crença exacerbada nos princípios científicos, sem se avaliarem as relações de poder existentes naquela formação social, abstraindo-se o fenômeno estudado dos determinantes históricos concretos no qual estava inserido.

Com o desenvolvimento dos trabalhos assistenciais no meio urbano e uma preocupação científica com os problemas sociais, a Igreja de Natal desenvolve gradativamente uma percepção mais nítida de que as “causas” dos problemas de organização encontrados na cidade poderiam ser buscadas na própria estrutura agrária do Nordeste. Esse novo enfoque da problemática foi levantado e discutido nas reuniões do clero. Essas reuniões, que se revestem da maior importância para os acontecimentos posteriores, iniciam-se em 1948, através de reuniões informais entre os seguintes pastores: Eugênio Sales, Nivaldo Monte, Manoel Tavares, Expedito Sobral de Medeiros, Alair Vilar e Pedro Rebouças de Moura.

Um dos desdobramentos dessas reuniões é o estudo do meio rural, orientado por Hélio Galvão³⁷, que apontava para as questões sociais mais graves e carentes de uma ação social imediata e o grande desafio de empreendê-la. Lembramos que Otto de Brito Guerra³⁸ era um dos intelectuais católicos que já vinha produzindo uma série de artigos sobre o meio rural, desde 1947, no jornal *A Ordem*. Em um desses artigos, ele analisa as causas do fenômeno do *êxodo rural*, atribuindo o mesmo ao *latifúndio improdutivo*, à *excessiva divisão de propriedade pelo regime de partilha*

³⁷ Hélio Galvão foi advogado, escritor, professor e etnógrafo. Pertenceu à Congregação Mariana da Catedral Metropolitana e foi assessor do Governo Aluizio Alves, no início da década de 60.

³⁸ Segundo Alceu Ferrari, vários artigos escritos por Otto de B. Guerra foram sugeridos por D. Eugênio Sales. Otto Guerra acompanhava D. Eugênio em todo esse processo de discussão sobre os problemas sociais.



forçada e à falta de crédito. E sugere, também, um plano de redenção econômica para o Rio Grande do Norte; o saneamento dos vales úmidos e a açudagem e perfuração de poços.

Surgiu, então, em 1948, o Movimento de Natal como resultado de todo esse processo, inclusive muito mais complexo do que o exposto. Tudo indica que esse nome foi dado pelo Pe. Tiago Cloin, ao conjunto de atividades sócio-religiosas empreendidas pela Arquidiocese de Natal³⁹.

O Movimento de Natal era um misto de “movimento social” e de “movimento religioso”. Na realidade, ele não tinha uma estrutura, uma organização, embora tenha inspirado organizações em ambos os campos – social e religioso da ação da Igreja.

O Serviço de Assistência Rural

Resultante desse processo, o SAR foi criado em 22 de dezembro de 1949, pelo então Pe. Eugênio Sales, com a colaboração da Juventude Masculina Católica e de alguns alunos da Escola de Serviço Social. Desde a sua fundação, esse serviço passou por diversas fases de trabalho. Nas suas ações iniciais, procurou promover o desenvolvimento do campo, cuja ação desenvolvida junto aos trabalhadores rurais se fez através de uma *Volante de Saúde*, que percorria o interior, dotada de medicamentos de urgência e de materiais cirúrgicos, sob a responsabilidade de um médico e um dentista.

³⁹ Conforme o Pe. Thiago Cloin: Bispos e religiosos, leigos e leigas, não apenas brasileiros, mas também estrangeiros (...) afluem, em número sempre maior, à capital do Rio Grande do Norte, para tomar conhecimento daquilo que podemos chamar o “Movimento de Natal” e que constitui, sem dúvida nenhuma, a mais bem sucedida experiência pastoral de grande envergadura, em extensão e profundidade, realizada no Brasil (...). Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Igreja e Desenvolvimento. Edições CEBRAP. São Paulo, 1971.



Em 1951, foi realizada a I Semana Rural⁴⁰. Contou com a participação de sacerdotes, fazendeiros, trabalhadores rurais, professores e chefes de repartições públicas atuantes no meio rural. Como recomendação dessa semana, foi organizada uma *Missão Rural Ambulante*⁴¹, visando à promoção do *bem-estar das comunidades rurais* e à *educação do homem do campo*. Os trabalhos da *Missão Rural Ambulante* abrangiam os seguintes aspectos: assistência médica, educacional, moral, religiosa e orientação agropecuária.

O trabalho da *volante de Saúde* realizou, no período de 1951 a 1954, várias visitas a sedes de municípios e povoados. Inicialmente, a permanência em cada localidade era de um dia. Reunia-se o povo, faziam-se palestras sobre saúde, educação, técnicas agropecuárias, além de consultas médicas e extração de dentes. Posteriormente, a permanência nas localidades passaria para 3 dias.

Nesta fase inicial, o SAR era composto, na sua maioria, por alunos ou ex-alunos da Escola de Serviço Social. Esta primeira experiência possibilitou um contato direto com a realidade do campo e o desafio de organizar a *comunidade*, na perspectiva de desenvolvimento, com base na estratégia *líder, grupo, comunidade*.

Nesta primeira fase, investiu-se na formação de lideranças, através de novas formas associativas (grupos voluntários) e cooperativas (ação comunitária). Portanto, essa Entidade tinha como um de seus objetivos possibilitar, *dentro do âmbito de uma vizinhança, de um aglomerado (a*

⁴⁰ A 1ª Semana Rural foi precedida de pesquisas preparatórias para as conferências dos técnicos e os trabalhos em grupos. Um dos seus principais objetivos era possibilitar um conhecimento científico da realidade e sensibilizar as autoridades eclesiásticas, políticos, personalidades públicas, professores, para os problemas do campo.

⁴¹ Para o CNER (Campanha Nacional de Educação Rural), as Missões Rurais se consolidariam através da criação de Centros Sociais, que tinham como objetivo a *“centrifugação das energias da comunidade”*. Desde o momento de sua instalação, deveria ser este o primeiro pensamento de Missão Rural: *“guiar a comunidade para que ela queira e aprenda a se organizar em torno de motivações que ela própria irá sugerindo”*. Em 1956, o Rio Grande do Norte, sob a orientação do SAR, criou 16 Centros Sociais. Pensava-se o Centro Social como um instrumento para criar condições de igualdade para todos os habitantes de uma comunidade, sem distinção de classes, credo ou raça.



fazenda, o sítio, o povoado, a sede municipal), um novo sistema de relações sociais, isto é, relações comunitárias (FERRARI, 1968). Essa concepção se aproxima, de certa forma, do conceito de **comunidade e sociedade das relações sociais** de Weber (1987), que chama de comunidade

(...) uma relação social na medida em que a orientação da ação social – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes. A relação social da sociedade, por outro lado, é o resultado de uma reconciliação e de um equilíbrio de interesses motivados por juízos racionais, quer de valores, quer de fins. Tipicamente a sociedade pode, mais não precisa, fundamentar-se em um acordo racional a que se chegou por consentimento mútuo (WEBER, 1987).

Verifica-se que há uma preocupação da Igreja de trabalhar a formação de lideranças nessa ótica. *A ação social, e mais particularmente a relação social, pode ser orientada, de parte dos indivíduos, pelo que constitui sua “representação” da existência de uma “autoridade legítima.” A probabilidade que uma tal orientação realmente ocorra será chamada de “validação” da autoridade em questão* (WEBER, 1987).

Frente aos desafios que foram sendo observados através das ações, iniciou-se a operacionalização da formação de lideranças rurais. O 1º Encontro para preparar líderes foi realizado em janeiro de 1952, na Escola Prática de Agricultura, em Jundiaí (hoje Escola Agrícola de Jundiaí, da UFRN). A formação de lideranças do campo passou a ser a estratégia fundamental para criar as condições necessárias para o *desenvolvimento das comunidades*⁴².

⁴² Conforme Ammann, nos anos 50, a ONU se empenha em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade, como uma medida para solucionar “o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social. Essa forma é concebida – conforme se depreende das produções da ONU – sob uma visão acrítica e não classista, quando, por exemplo, isenta o trabalho social de qualquer envolvimento político, deixando permanecer sem críticas as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais e quando dissimula a divisão social do trabalho, cobrindo a realidade com o manto da identidade de valores, interesses e objetivos. Plasmado sobre um esquema conceitual societário que se rege pelos supostos da harmonia e do equilíbrio, o Desenvolvimento de Comunidade é, então, definido como “processo através do qual os esforços do próprio povo se une aos das autoridades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente com o progresso do país”. No entanto, é importante salientar como Dom Eugênio coloca essa questão: “(...)A comunidade é força de pressão para mudança de



As idéias e propostas que foram sendo construídas no contexto do Movimento de Natal, através dos mais diversos órgãos que atuavam no campo, tinham uma estreita relação com o debate nacional, internacional e, sobretudo, com a questão do desenvolvimento no Nordeste. No entanto, uma vez colocadas em prática, entraram em confronto direto com as oligarquias rurais. Todo esse processo educativo apontava para um “perigoso” campo: a conscientização. Mesmo numa perspectiva reformadora do desenvolvimento, a Igreja começou a sofrer pressões desses grupos das classes dominantes. Podemos verificar, através da fala de D. Eugênio em sua *Palestra Dominical*, em janeiro de 1961:

Certamente, há quem deseje uma Igreja e um Clero presos aos limites de uma sacristia, pois assim podem ficar livres na perpetuação das atuais e iníquas condições em que vivemos. Para certos chefes, é preferível um clero que apenas ensine a rezar, sem se preocupar a ajudar o seu irmão a aprender a ler e ser independente dentro de sua condição de filho de Deus. Devem ter muitas mágoas, os industriais das secas, de um clero que, cumprindo fielmente seus deveres espirituais, soube defender seu rebanho contra inimigos terrenos.

Para enfrentar esses setores era necessário a construção de uma poderosa estrutura para esse processo pedagógico/educativo. Nesse sentido, Ferrari (1968), nos mostra a composição estratégica de todo esse movimento:

O Secretariado Arquidiocesano de Pastoral é o órgão de Planejamento. O SAAS (Secretariado Arquidiocesano de Ação Social) era o órgão (...) que dizia respeito à ação social, mas limitando a sua ação à capital. Quanto ao SAR, em 1963 havia várias coordenadorias e setores, todas elas subordinadas a uma coordenação central.” Em 1964, os setores foram assim agrupados: a) SETORES DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO (Escolas radiofônicas (MEB); Migração; Centros Sociais (incluídos os clubes); Treinamento de Líderes; Ensino Médio). b) SETORES DE AÇÃO IMEDIATA (Cooperativismo; Sindicalismo Rural; Colonização; Artesanato; Saúde).

estrutura. Não se entende um trabalho de desenvolvimento de comunidade que fique a atender efeitos sem atender suas causas. Estaria fora da realidade sociológica do Nordeste quem se contentasse em organizar clubes, grupos artesanais, maternidades etc., sem integrar todo esse trabalho em metas comuns que visem às causas que determinam a promoção dessas comunidades. A destruição de uma estrutura (...) injusta e, portanto desumana, é objetivo indispensável em um trabalho de desenvolvimento comunal.”



Chamamos a atenção para o problema de que toda essa estrutura montada para a “mudança de estruturas” não garantia o desenvolvimento idealizado, na perspectiva de introduzir novas tecnologias para o desenvolvimento. Naquele momento, as ações não produziram os resultados esperados, uma vez que não havia, no Estado, as condições para tal empreendimento.

Para as *mudanças das estruturas*, a Igreja se posicionava pelo desenvolvimento, mas resguardando a sua autonomia institucional. Nas suas ações, procurava envolver representantes das várias classes sociais no trabalho do Movimento. É importante analisar que, naquele cenário político, as opções ideológicas e práticas predominantes levavam o Movimento de Natal, através de seus idealizadores, a adotar uma posição estratégica de centro. Possivelmente, essa política de centro se dava por dois motivos principais: a) pelo restrito horizonte de seu próprio projeto de mudança, que se limitava a um referencial conservador característico do contexto brasileiro naquele período; b) pela consciência da sua posição de centro como fórmula política viável.

Para Mainwaring (1989),

a tendência de proteger interesses organizacionais tem sido e continuará sendo, dessa forma, um elemento-chave no envolvimento da Igreja Católica na política. (...) O compromisso tradicional da Igreja com a salvação universal (em oposição à salvação de poucos eleitos) é fundamental em sua tentativa de incluir em si todas as classes sociais e indivíduos de credos políticos extremamente diversos. Esse esforço em atrair a todos impõe um caráter de cautela ao Vaticano e às conferências nacionais dos bispos, cautela esta não necessariamente no sentido de ser politicamente conservadora, mas sim, no de evitar polarizações e mudanças radicais.

No entanto, houve, por parte do Movimento, uma percepção bem realista das forças políticas atuantes no País, principalmente no cenário Potiguar. Nessa linha, as Semanas Rurais, que eram organizadas por vários setores da Igreja, contribuíram muito para ir dando uma unidade maior ao Clero no Estado. Ao grupo inicial dos seis, aos quais nos referimos anteriormente,



foram se juntando outros e instituindo um Encontro mensal dos mesmos em Ponta Negra. Este Encontro continua acontecendo até hoje.

Um dos relatórios das atividades da equipe técnica, de 1951, registra esse processo interno da igreja, quando diz que *“todo o trabalho (...) realizado pelo SAR, parece alicerçar-se nessas reuniões. Nestas, são abordados os problemas capitais do meio rural e estuda-se a maneira mais indicada para solucioná-los. (...) Embora essas reuniões não sejam oficialmente aprovadas pela autoridade eclesiástica, contam com todo apoio da mesma”*.

Esta primeira fase do SAR tinha como roteiro os seguintes aspectos:

Objetivo	O desenvolvimento das comunidades rurais.
Meio	Trabalho de educação de base ⁴³ .
Estratégia	Atuação junto ao binômio Escola-Paróquia, fundada no tripé: Líder – Grupo – Comunidade.
Principais suportes	<ul style="list-style-type: none">- O Padre, D. Eugênio, e, através do Encontro Mensal, o clero rural.- A Ação Católica: na origem (Juventude Masculina Católica – JMC), na cúpula (JMC e Juventude Feminina Católica – JFC) e na base do SAR (Juventude Agrária Católica – JAC).- A Escola de Serviço Social, fornecendo o pessoal técnico.- A cooperação dos poderes públicos (especialmente o SIA e a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, extinta em 1962) e da ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural).- Os líderes treinados no Centro de Treinamento de Lideranças – CTL, e os grupos surgidos no meio rural.- A cooperação dos poderes públicos (especialmente o Serviço de Informação Agrária – o SIA, e a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, extinta em 1962) e da ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural).- Os líderes treinados no Centro de Treinamento de Lideranças – CTL, e os grupos que surgiram no meio rural).

⁴³ Uma das grandes questões levantadas sobre a educação de base é se esta educação praticada se aproximou mais ou menos do que se concebe por educação popular nas suas formas próprias de ser, formal e informal.



De 1952 a 1964, foram realizados 34 *treinamentos*, geralmente de um a seis meses de duração, conforme a natureza dos mesmos.

Uma redefinição das ações, nova terminologia e novas iniciativas marcaram a *II FASE RURAL* (iniciada em 1960), cujas ações passaram a ter como referência três objetivos: *educação, desenvolvimento econômico*⁴⁴ e *mudança de estruturas*. No que se refere à educação, esse serviço conseguiu um canal de rádio, que só teve início em 1958, depois do Decreto nº 43.729, de maio/58, iniciando-se a primeira experiência, no Brasil, de Educação de Base pelo rádio. Depois de um Encontro dos bispos do Nordeste, em 1959, em Natal os poderes públicos passaram a se interessar pela experiência. Em 1961 foi assinado o convênio entre a Presidência da República e a Conferência dos Bispos do Brasil, fundando o Movimento de Educação de Base – MEB. A educação de base visava não somente à alfabetização, mas também à conscientização e à politização das populações rurais (Wanderley, 1984). O próprio método de alfabetização se constituía num processo de conscientização e politização, partindo de termos, como: povo, voto, liberdade, libertação, trabalho, salário, direito, dignidade, justiça, doença, fome, união, força, sindicato, alfabetização, cristão, amor, responsabilidade etc. Podemos verificar esses termos na Cartilha do MEB nacional⁴⁵.

A *II FASE RURAL* é marcadamente distinta da *I FASE*, quando coloca a *“luta pela mudança de estruturas”*. Em relação a esse objetivo, Andrade (2000) argumenta que *as propostas do SAR giravam em torno de dois tipos de trabalhos que marcaram fortemente a sua ação, que vai de 1960 a*

⁴⁴ Conforme Luiz Eduardo W. Wanderley, o *desenvolvimento de comunidades* foi concebido, na América Latina e no Brasil, primeiro como um processo panacéia de resolver os problemas de setores populares marginalizados e de os integrar no desenvolvimento sócio-econômico, depois como solução ingênua e utópica a ser recusada de pronto por qualquer visão progressista. *Educar para Transformar. Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base*. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 1984.

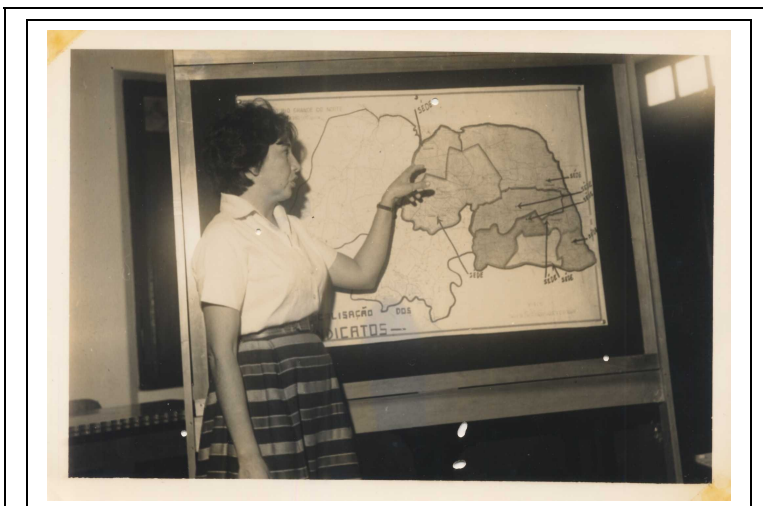
⁴⁵ Pouco antes do Golpe Militar, foi apreendida a Cartilha do MEB Nacional: *Viver é Lutar*, 64 páginas. Quando não diretamente envolvidos em IPM (Inquéritos Policiais Militares), autor e seguidores do método de alfabetização Paulo Freire eram tidos pelo novo governo como “suspeitos de subversão”.



1964: a *Sindicalização Rural e as Campanhas de Politização*, destacando-se a *sindicalização pela importância e magnitude do trabalho realizado no RN nesse setor*. Esse trabalho compreendia: a) Motivação e treinamento de líderes sindicais; b) Fundação de sindicatos; c) Organização e Plano de Ação para os sindicatos; d) Campanha de politização.

No início dos anos 60, foi criado o setor de sindicalismo do SAR, sob a orientação de Maria Julieta Costa Calazans. Neste período, intensifica-se a organização de sindicatos e, depois, como uma consequência desse processo, foi fundada a FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, em 15 de junho de 1962.

Com a fundação do Setor de sindicalismo⁴⁶, foram planejados e realizados os seguintes passos: a) Janeiro a junho de 1961: fundação dos sindicatos; b) Julho a dezembro de 1961: organização e planos de ação, visando cobrir todo o Estado; c) Janeiro a junho de 1962: organização do trabalho sindical; d) Julho a dezembro de 1962: campanha de politização, levada a efeito em entrosamento com o setor de politização do SAR.



A Assistente Social Julieta Calazans expõe em plenária o tema: *Sindicalismo Rural - No Centro de*

⁴⁶ Maria Julieta Costa Calazans, que desde 1950, como Supervisora do SESI (Serviço Social da Indústria) trabalhara junto aos salineiros de Areia Branca, matriculou-se, em 1955, como bolsista daquela instituição, na Escola de Serviço Social de Natal. Em 1959, depois de dois anos de atuação junto aos Sindicatos de Trabalhadores da Indústria, Calazans apresentou seu trabalho de conclusão de *Curso sobre Sindicato*, SESI e Serviço Social, em 1959 (Escola de Serviço Social). No mesmo ano, depois de algumas conversas entre D. Eugênio e Julieta (assim conhecida em Natal), surgiu a idéia de promover a sindicalização rural no Estado Potiguar. Daí, a fundação do setor de sindicalismo.



As ações dessa entidade, voltadas para a organização dos trabalhadores em sindicatos rurais, provocaram a rápida expansão do sindicalismo rural no Estado Potiguar (cerca de 45 mil sindicalizados em março de 1964) e forte reação por parte de chefes políticos e cabos eleitorais, que sentiam seus domínios eleitorais ameaçados, e de patrões que, pela primeira vez, começavam a se defrontar com questões trabalhistas. A entrada do *Setor de Politização* possibilitou avanços políticos na organização dos trabalhadores rurais.

À medida que os trabalhadores iam se tornando sujeitos críticos nesse processo educativo, as lutas iam se intensificando, uma vez que setores das classes dominantes no meio rural sentiam-se ameaçados. Afinal, as antigas relações entre proprietários e camponeses, sob séculos de dominação, começavam a ser questionadas. Essa conscientização não se dava de forma mecânica, mas à medida que os trabalhadores iam se agrupando e discutindo os seus problemas coletivamente.

Esse trabalho educativo foi desenvolvido em caráter de campanha intensiva (duração de 6 meses) e tinha como objetivo “politizar” os camponeses. Ao Setor de Politização, coube coordenar a mobilização geral (coordenadores, meios de comunicação e bases no interior), com a participação, inclusive, de comandos universitários (FERRARI, 1968).

Um impacto contra os padrões culturais tradicionais de dominação do meio rural foi causado por: programas radiofônicos, artigos no jornal “A Ordem” e “Vida Rural”, Literatura de Cordel, Boletins de Politização, Cadernos de Politização, Palestras na Capital e no Interior, mesas redondas, concentrações, Semana de Politização, Curso de Politização promovido pelo MEB, curso sobre “Mater et Magistra”, discursos, *palestras dominicais*⁴⁷ de D. Eugênio e, uma circular dos três bispos das Dioceses de Natal, Mossoró e Caicó. Quer procurando despertar uma consciência mais crítica da realidade, quer estimulando aspirações de posse da terra, quer ainda, e principalmente,

⁴⁷ As palestras dominicais eram transmitidas, todos os domingos, através da Rádio Rural de Natal.



estimulando e criando as condições para a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, o SAR, através dessas ações político-pedagógicas, visava em primeiro lugar, atingir as relações de trabalho. Neste trabalho, discutiram as relações ou fidelidades políticas, o “curral” eleitoral, o voto de “cabresto”, a venda do voto, a pregação do voto livre e consciente etc. O adulto analfabeto era motivado a alfabetizar-se para “progredir”, para ler e conhecer a legislação trabalhista e fazer valer seus direitos para votar.

O trabalho de educação foi encarado como primeiro objetivo e como meio para atingir ulteriores resultados com as seguintes etapas, não necessariamente cronológicas: a Educação, compreendendo a mudança de concepções e comportamento; a organização dos interessados (diversas formas associativas e cooperativas), servindo de suporte para a ação e para a própria educação; a ação grupal, comunitária, de classe.

Uma linha que nos parece caracterizar essas ações nos anos 60 é o que expressa Ferrari (1988):

Quanto mais se distancia da educação, por um lado, e, por outro, quanto mais se aproxima da AÇÃO sobre o sistema de relações político-econômicas – o campo mais propício ao surgimento de conflitos –, tanto menos direta se torna a presença do SAR. Assim, por exemplo, este educou para o sindicalismo, criou condições para a organização da classe trabalhadora rural, treinou pessoal, mais os sindicatos rurais são autônomos (...).⁴⁸

Há uma certa unanimidade entre os estudiosos⁴⁹, quando dizem que os sindicatos criados pela Igreja foi para conter o movimento comunista que se alastrava no Nordeste, principalmente com as Ligas Camponesas e com o trabalho de sindicalização rural empreendido pelo

⁴⁸ Para Dom Eugênio, a Igreja preparava o leigo, mostrava os caminhos e, daí por diante, ele tomava o seu próprio rumo. Em palestra proferida em programa radiofônico, em 7 de maio de 1960, ele dizia: “(...), não pode a Igreja resolver problemas de ordem econômica e material, pois competem ao governo. Mas (o que) pode fazer e faz realmente, (é) ensinar o caminho (onde conseguir soluções) e organizar seus filhos, para que, dentro da verdade e da caridade, possam (...) cumprir deveres e fazer valer direitos. Esse é o sentido associativista estimulado pela equipe técnica dessa entidade.

⁴⁹ Entre vários autores citamos Cruz (1982), Azevedo (1982), Novaes (1997).



Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que dava ao projeto da Igreja uma conotação *reacionária e defensiva*. A Igreja, enquanto instituição, ocupava espaços no campo, através do seu discurso e de sua ação social.

Dom Eugênio, em uma de suas palestras através da Rádio Rural, reforça mais uma vez a sua concepção sobre o trabalho desta entidade dizendo: *“Não se esqueça (ouvinte) que esses fatos sociais que estamos presenciando são irreversíveis. Por exemplo, ninguém deterá a marcha da sindicalização rural”*. E aos que se escandalizavam com suas palavras e com o trabalho do SAR, observa: *“A sindicalização é um dos postulados da doutrina social da Igreja. Os documentos Pontifícios são peremptórios nas afirmações de que a caridade não substitui a justiça nas relações entre patrões e operários. Assim, é um escárnio a cristo o cristão que combate à **sindicalização bem orientada**, ou oprime o pobre*. E, referindo-se à I Convenção Nacional dos Sindicatos Rurais realizada em Natal em 1963, Dom Eugênio comentava: *não se trata de um conclave promovido pela Igreja, mas pelos Sindicatos, que, por lei, no Brasil, são neutros em matéria religiosa e **deveriam ser em política**. Esta cidade foi escolhida possivelmente por ter aqui começado o movimento, hoje vitorioso, da sindicalização rural no Brasil*.

Andrade (2000) nos chama a atenção sobre esse processo, quando diz que *o trabalho de politização desenvolvido concomitante à sindicalização rural desenvolvia-se também em outros espaços de atuação, tais como grupos de jovens, de mães, cursos de formação de lideranças e na realização do trabalho com a JAC*. Esse trabalho refletia, mais que qualquer outro, as ambigüidades da própria Igreja. Tais ambigüidades expressavam-se com mais vigor no campo do discurso político. Para compreender melhor essa questão, é necessário fazer um recorte temporal. Para Andrade (2000),

O período 60-64 foi marcado pela ativação do campo de tensões sociais e políticas, e estas reproduziam-se em todos os espaços de atuação. Nesse campo, um lugar importante foi ocupado pelo movimento estudantil, principalmente universitário, e pelas mobilizações no campo em favor da reforma agrária. A JUC, movimento da Igreja que congregava as lideranças jovens que participavam de projetos como os do



SAR naquele momento, passou por um processo de forte debate político ideológico, que culminou com a cisão do movimento e o aparecimento da Ação Popular – AP, que, no pré-64, teve uma atuação política tão importante que passou a ser, depois do golpe de 64, uma das agremiações mais visadas pela repressão.

Na verdade, o debate político que se travava no meio estudantil acabava se reproduzindo no programa de politização desenvolvido pelo SAR, fazendo-o assumir uma postura progressista. O clero, no entanto, preocupava-se com o controle dos conflitos, com o não tensionamento da



1º Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. Realizado no Ginásio Sílvio Pedrosa – 22 a 24 de maio de 1961. Foto: Arquivo do SAR.

questão agrária e uma postura conciliatória assumida até então. A proposta da Igreja e o trabalho da equipe técnica dessa entidade não poderiam nem deveriam ultrapassar o limite da legalidade. Tanto o trabalho de sindicalização quanto o de politização deveriam expressar a luta pela mudança de estruturas, que deveria ser travada no plano da lei e por via democrática. O objetivo primordial seria passar para o homem do campo a noção de cidadania, que se expressava no trabalho de conscientização do trabalhador de seus direitos trabalhistas, da necessidade do voto livre, do perigo do curral eleitoral. (ANDRADE, 2000).

No período de janeiro de 1963 a 1964, os sindicatos rurais, não esquecendo os aspectos das fases anteriores, caminhavam mais para ações de pressão e reivindicação, no sentido de forçar mudanças na estrutura agrária. Em relação à questão agrária, é interessante perceber que, mesmo num período de avanços em termos de práticas e discursos, não havia uma proposta clara no SAR em relação ao problema da terra. Naquele momento, o



discurso dos dirigentes da Igreja era o de trabalhar a sensibilização e conscientização num sentido de um reformismo rural, que mantinha ainda a idéia de parceria com o trabalho do Estado; de outro, a chamada esquerda católica e o MEB, que engrossavam o movimento pela “reforma agrária, na lei ou na marra”.

O ano de 1964 é um momento de grandes dificuldades para o SAR. Vários leigos que trabalhavam nos setores tiveram que se afastar do trabalho, principalmente aqueles ligados à Ação Popular – AP (da linha progressista católica). O impacto do golpe militar sobre o que foi denominado de “luta pela mudança de estrutura” levantou sérias interrogações e encerrou um período muito rico no processo educativo da Instituição. Esse período se encerra com o golpe de 64 e com a quebra de qualquer possibilidade de continuidade dos programas até então desenvolvidos.

A questão que se colocava no período posterior ao golpe de 1964 era como essa Entidade deveria encaminhar as suas ações a partir dali. O momento era extremamente difícil para a Igreja como um todo, pois a colocava numa situação de vulnerabilidade que oscilava entre o engajamento ou a colaboração na construção de “uma nova ordem política”. Comungava, assim, com a ala conservadora da Instituição que organizava a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”, manifestação pública que sinalizou o apoio de setores da sociedade a um golpe militar, e o apoio aos setores engajados no movimento pró-reformas, que caracterizara o período Goulart (ANDRADE, 2000).

Internamente, no SAR, havia um processo de discussão sobre a reorganização das suas atividades frente o novo cenário. Nesse sentido, um projeto importante que abria novas perspectivas de trabalho para a Instituição, foi o projeto elaborado pelo CERIS (Centro de Estatísticas e



Investigações Sociais)⁵⁰, num curto espaço de tempo, constituindo-se numa motivação para a revisão de objetivos e métodos do trabalho.

Havia um receio dos técnicos que participaram da elaboração do Projeto, quanto à mudança de objetivos e método de trabalho (FERRARI, 1968). Havia, também, uma dúvida em relação ao aumento de burocratização e uma maior racionalização do trabalho da equipe técnica. No entanto, a orientação geral foi de desenvolver uma ação educativa no campo assistencial, mantendo uma articulação com instituições nacionais, estaduais e municipais, num processo de acompanhamento das localidades onde foram desenvolvidos trabalhos de conscientização.

Chamamos a atenção para o aspecto de que o SAR se mantém nas áreas trabalhadas anteriormente, inclusive numa relação estreita com alguns sindicatos rurais. Reativa, também, o trabalho na área de cooperativismo, principalmente com o artesanato nas áreas litorâneas. Prioriza a prestação de serviços ao homem do campo e passa a atuar em conjunto com o Estado na implementação de alguns projetos governamentais. Como exemplo, foi feito um convênio entre o Ministério de Educação e Cultura e a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, através do qual foi instalado o SERTE (Setor Rádio-TV Educação), cujo objetivo principal era oferecer a adolescentes e adultos a oportunidade de fazer, ou concluir, pelo rádio, o curso ginásial. As aulas eram gravadas em Natal e transmitidas pelas Emissoras de Educação Rural de Natal e de Mossoró e, posteriormente, em Caicó. Participou também da implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.

Outro convênio foi também firmado com o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário)⁵¹, para que este participasse de programas de *treinamento* de lideranças dos trabalhadores em todo o Estado,

⁵⁰ O CERIS fazia avaliações das ações de entidades que a MISEREOR (Misericórdia) financiava. A MISEREOR, sediada na Alemanha, financia vários projetos em países considerados subdesenvolvidos.

⁵¹ Quando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi criado em 1970 (Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho) absorveu as atribuições do INDA que surgiu em 1964, em pleno Regime Militar, juntamente com o Estatuto da Terra.



tendo em vista a capacitação e a participação destes nos projetos de desenvolvimento agrário no Rio Grande do Norte. O SAR atuou também em conjunto com a EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural), através dos Programas de Extensão Rural, com o PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra) e LBA (Legião Brasileira de Assistência) entre outros.

Assim, conforme Andrade (2000), pouco a pouco foram sendo ativados projetos nas áreas de: Ação Comunitária; Educação Sanitária; Melhoria Habitacional; Grupos de Jovens; Educação integrada em convênio com o Estado; Incentivo a produção (com distribuição de sementes a pequenos produtores), e Educação Política. A prática nesses projetos centrava-se basicamente na realização de cursos; treinamentos de líderes locais; campanhas de melhorias de casas (privilegiando a construção de privadas), no intuito de atacar o problema da higiene, do combate a verminose e do saneamento básico; cursos profissionalizantes; construção de mini-postos de saúde; atividades na área de alfabetização de adultos, e numerosas atividades de fomento de uma ação comunitária em diferentes municípios.



Reunião no Centro de Treinamento de Ponta Negra
Na foto, no canto à esquerda, o Presidente do SAR, Otto Euphrásio de Santana
1974. Foto: Arquivo do SAR.

Com a criação do Programa de Educação Política, em 1972, o SAR vai saindo pouco a pouco do trabalho assistencialista e retomando o discurso político na ação pastoral. Através desse Programa, vai-se retomando o debate sobre política. Em princípio, o Programa é um espaço para a reflexão sobre os grupos no poder, as formas viciadas de fazer política e a participação como “caminho de redenção”. A reflexão fica circunscrita aos problemas sociais



e ao momento político das eleições – momentos privilegiados para a Igreja assumir um discurso mais crítico em relação aos grupos no poder. É curioso perceber que toda essa reflexão estava voltada muito mais para as questões políticas locais do que para as questões nacionais. O regime militar e as atrocidades cometidas por este, em relação ao trabalhador, não tinham espaço nesse debate.





CAPÍTULO 2

*A CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO*



2.1. Crise e mudanças

No final da década de 60 e início da década de 70, os movimentos sociais começam a retomar suas lutas. Na conjuntura da época, o movimento estudantil passou a ter uma grande presença na luta pela democracia. A Igreja da América Latina realiza a Conferência dos Bispos em Medellín (Colômbia) em 1968. Essa conferência denunciou a violência institucionalizada (conseqüência das ditaduras) e viria mudar a postura da Igreja assumindo o compromisso de “unir-se aos pobres”. Possibilitou, também, o desenvolvimento de uma nova corrente teológica, a Teologia da Libertação, somada a outros processos que favoreciam o fortalecimento dos setores mais progressistas do clero e reforçariam sua opção por uma pastoral dirigida para os trabalhadores.

Naquele momento, Medellín foi chamada de “graça redentora”, para a Igreja brasileira e para o catolicismo em toda a América Latina, onde o escândalo de governos militares, deveria impiedosamente fixar raízes nos anos vindouros.

A crescente participação das forças populares no interior da Igreja, embriões das pastorais populares⁵², levou alguns de seus setores a retomarem a solidariedade com os problemas, as lutas e, finalmente, com as perspectivas históricas em construção das classes subalternas. No Nordeste, havia um crescente empobrecimento dos trabalhadores. O regime militar fazia propaganda do suposto “milagre brasileiro” ou o “boom econômico”, no início dos

⁵²¹³ Ver o livro: *Pastoral Popular e Pedagogia da libertação*, de Josival Lemos Barbosa, Editora Vozes, 1988. Nesse livro, ele diz que “a pastoral popular nasce de uma necessidade profunda de se fazer uma leitura entre as lutas pela sobrevivência, levadas por esta classe marginalizada, e a Palavra de Deus, entre fé e vida.



anos 70. A Igreja Regional do Nordeste começou a reagir, denunciando, através de documentos, a situação real dos trabalhadores, a mentira da propaganda do regime, suas alterações arbitrárias do sistema legal, seu flagrante desrespeito às liberdades civis e aos direitos humanos.

Para CAVA (1986), a Igreja do Sul do País viria também unir-se decisivamente à luta dos seus irmãos nordestinos. Até então, os bispos principais do Sul haviam vacilado, pendendo em direção aos governantes militares. A Igreja passa, então, a denunciar e a condenar as prisões e torturas de funcionários da Instituição e a negar a legitimidade do Regime.

Conforme CAVA, *no final de 1973, por ocasião do vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, as igrejas cristãs do Brasil (com exceção dos presbiteranos e metodistas), lançaram, por todo o País, uma campanha pelos direitos humanos. Esse autor nos chama ainda a atenção, quando diz que, naquele momento, a ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as Igrejas, de um modo geral e, em particular, a Igreja católica, havia se transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar.*

A igreja católica, naquele contexto, era a única instituição que dispunha de quadros em todo o País, de meios de comunicação que funcionavam, apesar da censura, e de uma organização em nível mundial que podia contar em termos de apoio. Nessa Conjuntura, a Arquidiocese de Natal, e em particular o SAR, passa a assumir uma nova postura, em relação à realidade social, e a adotar novos caminhos de trabalho⁵³.

⁵³ A Pastoral Rural do Nordeste II (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) foi um dos espaços onde o SAR se articulou com outros movimentos pastorais afins. Esse espaço possibilitou a articulação com outras experiências de trabalhadores, agentes pastorais e/ou assessores dos quatro Estados. Vê o Livro de Severina Garcia de Araújo: **Assentamentos Rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**. Natal: EDFURN, 2005.



A partir de meados dos anos 70, o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) avaliou o trabalho do SAR, por períodos: 1976/77, 1978/79. Esta avaliação possibilitou a indicação de elementos para o novo projeto em 1980. De acordo com o relatório do CERIS, a referida avaliação, no período 1976/77, teve como objetivo:

A definição de um quadro de questões sobre o trabalho social do SAR, de modo que sua análise e discussão abrissem novas perspectivas de atuação. A motivação inicial da avaliação veio de MISEREOR, um dos órgãos financiadores do trabalho. Depois de vários anos financiando (estas) atividades, MISEREOR precisava de novos elementos que fundamentassem uma decisão de prosseguir com esse financiamento. Um ponto-chave nas discussões entre CERIS, MISEREOR e SAR, naquela época, era a relação entre a instituição (como seu orçamento), e a população beneficiada, por sua atuação, junto à qual se desenvolviam os projetos concretos de trabalho social.

Constatamos, nesse relatório, a pretensão de passar de um financiamento de orçamento institucional, para um financiamento específico de projetos sócio-econômicos, nos quais a população *beneficiada* se fizesse presente e atuante. Sentia-se uma rotina estabelecida na Instituição – uma repetição anual de programas mais ou menos pré-fixados – que vinha se perpetuando pela simples força de sua existência. Essa avaliação, assim, deveria encontrar os caminhos do rompimento dessa rotina, caminhos que trouxessem uma nova relação dinâmica, entre a equipe técnica e as comunidades rurais/agricultores, acompanhados pelas ações.

Conforme o relatório do CERIS/SAR, *essa primeira etapa da avaliação, terminada em 1977, pôs em questão o trabalho da Instituição, embora reconhecendo as dificuldades advindas da precariedade econômica da região, de laços de solidariedade de uma população marginalizada no processo de crescimento econômico do País.*

Nessa avaliação, constatou-se que a região da Arquidiocese de Natal, onde se atuava, era uma área esquecida pelos programas governamentais,



programas privados de médio e de grande porte, excetuando-se, talvez, as áreas ao redor de Natal. Predominava uma agricultura de subsistência sem acesso ao crédito e a outras facilidades técnicas propiciadas às áreas de agricultura de exportação. Segundo o relatório do CERIS, essa situação ilustrava o abandono dessa região, uma vez que o próprio governo do Estado, em seu Plano de Ação 1976/1979, considerava a maior parte da área da Arquidiocese como composta de regiões de desenvolvimento secundárias, em termos de planejamento e intervenção. Apenas Natal e Macau eram vistas como regiões prioritárias.

Nesse quadro precário, conforme o documento de avaliação, o *SAR atuava a partir de programas: Educação Política, Incentivo a Produção, Assessoria a Centros Sociais, Educação Cooperativista, Melhoria de Habitação e Educação Sanitária*, todos programas implementados desde o início dos anos 70. Diz ainda o documento:

Na época, o financiamento de MISEREOR atingia basicamente o programa de Educação Política, visto que um programa geral, contínuo, e cujos frutos, mesmo indiretos, sustentariam a atuação de todos os outros programas, mais específicos e localizados, segundo as necessidades materiais expressas pelas comunidades atingidas, e interpretadas pela equipe técnica da instituição.

Atuando assim, a partir de programas, uma primeira característica constatada no trabalho foi sua extensão. Conforme ainda o relatório do CERIS, no ano de 1976, a instituição atingia 54 municípios, 212 comunidades rurais e 353 grupos. O número de visitas, reuniões de grupo, palestras e dias de estudo tinham de seguir as exigências ditadas pela extensão da atuação. Para acompanhar todos esses grupos e comunidades, a entidade contava com uma equipe de 13 profissionais. Como se pode perceber, era uma equipe restrita. Daí sua impossibilidade de estar presente continuamente nas comunidades. Diz ainda o relatório:



Convém dizer que o SAR tem sofrido muito o 'turn-over' de seus funcionários. De um lado, pela qualidade de seu trabalho, muito exigente em termos de envolvimento e gerando conflitos com as autoridades governamentais. Dois cortes internos ocorreram, um em 1964-1965 e outro em 1969-70, exatamente épocas de acirramento das tensões políticas no Brasil.

Questionava-se a ação programática extensiva e uma equipe restrita e instável, uma vez que essa entidade se primava pela qualidade do trabalho. A avaliação punha em questão a simples repetição anual de programas de prestação de serviços materiais, que tendia a se estender por toda a área potencial de atuação, com dificuldades operacionais, devido, em parte, à insuficiência e/ou inadequação do pessoal disponível, sem desencadear qualquer processo dinâmico e cumulativo de transformação das condições de vida no interior da população beneficiária. Ou seja, a MISEREOR desejava financiar uma entidade renovada.

A concepção de "programas de atuação" foi também posta em questão pelo processo avaliativo CERIS-SAR. Nesse sentido, após uma análise do Programa de Incentivo a produção, o relatório concluía:

Aqui surge a questão da ampliação. Pois é o SAR que pode fazê-la. E pode pensá-la em termos de repetição, ou pensá-la em termos de um outro tipo de organização, também solidária. A repetição pode ser uma mera extensão sem repercussão. Certamente levará a outros grupos os benefícios a que tal programa se propõe. E poderá ocorrer em toda a área da Arquidiocese, ou até além de seus limites. Compreender a dinâmica (...) que aí existe é algo a ser pensado. Entender as exigências que estão presentes em tal programação é outro ponto. É difícil trabalhar em termos espaciais. Aqui, ali, a área toda, como se fosse através do espaço que a dinâmica se dinamizasse. Neste ponto, a equipe tem de parar para pensar no que fazer. E pensar também no papel que tais grupos e seus componentes irão ter. Se pensado apenas em termos das coisas fornecidas, talvez a mentalidade individualista a romper seja reforçada pela própria expansão das possibilidades individuais. Mas qual a outra mentalidade presente existente, a consolidar? Os bons resultados podem ser um mal resultado. Isto é, os compromissos cumpridos podem implicar uma diretriz individualista do programa. Daí, a importância dos que não cumpriram, pois estes é que expressam a mentalidade não-individualista, pois, por exacerbarem



exatamente seu individualismo, ressaltam a precariedade do comportamento solidário, e este é algo frágil numa realidade não-solidária.

Conforme esse relatório, discutir esses *pontos atuais e futuros* é algo a ser pensado e encaminhado neste trabalho, que, utilizando-se de coisas materiais, lida com maneiras de se comportar de pessoas determinadas, inclusive a própria equipe.

Uma avaliação semelhante foi feita também em relação ao Programa de Educação Sanitária, conforme o relatório:

(...) pelos documentos, o SAR é uma entidade local que se relaciona com as diversas entidades oficiais na área (ANCAR, SUCAM, MOBREAL etc.) e que pode assumir um papel de canalizador ou ativador de solicitações da própria base, não é isto um dos elementos componentes das próprias intenções do trabalho social em curso? Não entendemos porque fechar tal porta, porque canalizar as comunidades para entidade, centralizando a direção do processo. E entendemos, menos ainda, se a entidade não tem condições de atender às solicitações feitas. Isto, inclusive, fica muito nítido no trabalho contido nos diversos projetos em que há um corte rápido entre o trabalho com pessoas e o trabalho com coisas. A marca desse Serviço está no primeiro e não no segundo. Mas oferecendo serviços materiais estes devem ser um meio para a primeira linha de atuação e não se limita a si mesmo.

Dessa maneira, podemos verificar que essa avaliação colocava em questão a simples repetição anual de programas de prestação de serviços materiais e tendia a se estender por toda a área potencial de atuação, com dificuldades operacionais, devidas, em parte, à insuficiência e/ou inadequação do pessoal disponível, sem desencadear qualquer processo dinâmico e cumulativo de transformação das condições de vida dos trabalhadores rurais.

De acordo com esse processo avaliativo do CERIS/SAR, caberia ao Programa de Educação Política articular os programas de serviço, dentro de uma perspectiva de conscientização e caminhada libertadora dos



trabalhadores. Mas a prática da equipe revelava serviços estanques e justapostos às populações locais, e uma impotência do Programa de Educação Política, para efetuar a articulação desejada, ainda que, nele mesmo, mantivesse uma sequência e uma continuidade através dos anos. Dentro dessa Entidade, a equipe técnica se especializava por programas, com um financiamento também compartimentado.

Nesse contexto, a figura das lideranças⁵⁴ de comunidades ou grupo assumia uma relevância particular: sobre os líderes recaíam as responsabilidades de fazer os programas andarem. A avaliação registrou a existência, em 1976, de 482 animadores, isto é, *peessoas que fizeram parte dos treinamentos dados pela Entidade, que participaram dos Dias de Estudo e que assumiram a responsabilidade pelo andamento dos trabalhos.*



Educação Política – Treinamento de Lideranças em São Paulo do Potengi-RN
Na foto, no centro, de óculos, Severina Garcia de Araújo (coordenadora do SAR no período de 1979 a 1986.

Assim como os técnicos precisavam do animador, este precisava de trabalhadores, para dar andamento à programação. E o relatório de avaliação concluía:

Como percebemos, há uma verdadeira luta entre liderança e população local, para fazê-la participar das reuniões. Em algumas comunidades – talvez mais trabalhadas a anos, talvez com um animador mais reconhecido, talvez com um grande número de parentes ou outros fatores – o trabalho é levado a cabo.

⁵⁴ Para o SAR, nesse período, as lideranças são animadores do processo educativo. Aos animadores de grupos e comunidades cabiam diversos níveis de mobilização e articulação. Havia, até o início dos anos 80, a Semana do Animador. Essa Semana era uma grande mobilização que se fazia para discutir grandes temas do campo.



Verifica-se que a relação entre equipe técnica e área de atuação, a concepção de programas de serviços e a função do animador foram as questões mais relevantes levantadas pela avaliação CERIS/SAR, em 1976/77, e que seriam continuamente retomadas nos anos seguintes.

Terminada, em 1977, a *etapa preliminar* da avaliação, criou-se um impasse: MISEREOR desejava financiar uma entidade renovada, mas a equipe pedia a continuidade do financiamento para se renovar. Esse impasse perdurou por boa parte de 1978, sendo que o trabalho de avaliação e acompanhamento do CERIS ficou, durante esse período, sem um financiamento específico. Os contatos entre as duas foram mantidos através da programação geral em curso no CERIS. Conforme o relatório, *o impasse e a decorrente escassez de recursos financeiros não impediram que o ano de 1978 fosse muito importante para as ações da equipe, em termos de assimilação das idéias lançadas e discutidas pela avaliação e de um início de redefinição do trabalho.*

Em meados de 1978, a equipe produziu um documento que permitia uma tomada de posição em relação às futuras atividades. Esse documento retomava aspectos do trabalho, intimamente relacionados com as questões levantadas no Relatório de Avaliação 1978/79, a saber: áreas de atuação, animador de comunidade e elaboração de projetos.

Essas avaliações possibilitaram ao SAR definir novas bases para a sua ação e, conseqüentemente, garantir um projeto de transição. Para cada um dos aspectos levantados acima, observa-se que a equipe fez constatações, analisou causas e conseqüências e propôs encaminhamentos e soluções. Segundo esse relatório: *diante da situação constatada, torna-se necessário concentrar esforços e recursos, o que implica diretamente a redução da área, de modo que as ações passem a ser mais produtivas e conseqüentes.*



Ainda relacionado a esse tópico, a equipe do SAR propunha alternativas de encaminhamento para o trabalho de supervisão:

Partindo do princípio de que é preferível fazer pouco mas fazer bem, uma solução seria reduzir mais ainda a área de trabalho, de forma a possibilitar, pelo menos, uma supervisão mensal em cada comunidade, e um encontro mensal em cada área. A outra alternativa seria trabalhar 102 comunidades, estabelecendo prioridades de acompanhamentos aos grupos, definindo áreas que mereceriam um envolvimento mais direto e efetivo das lideranças, e outras que seriam acompanhadas de forma indireta, através dos encontros de animadores, programas de rádio, correspondência etc.

Quanto às lideranças de comunidade, o CERIS propunha *mudança na metodologia do trabalho, compreendendo o seguinte: descentralizar o poder delas; incentivar uma participação do grupo; estimular a divisão de responsabilidades; estender os treinamentos a outras pessoas dos grupos, além dos animadores.*

Finalmente, conforme o referido relatório

os projetos concretos devem ser instrumentos de trabalho educativo, desde que os grupos descubram as necessidades, possibilidades de ação e tomem iniciativas. Da parte da equipe, deve ser feito um trabalho de acompanhamento dos grupos, no sentido de ajudá-los a descobrir formas de controle financeiro dos projetos, de modo que os supervisores⁵⁵, quando em contato com os grupos, possam informar sobre a situação do retorno dos recursos.

Portanto, o relatório indica que, na linha dos projetos concretos, o SAR deve:

Contribuir para a descoberta das necessidades e problemas, fazer levantamentos da situação das comunidades junto aos próprios interessados; refletir sobre a situação a partir dos dados levantados na comunidade, descobrindo causas e conseqüências; descobrir meios e recursos existentes na comunidade e

⁵⁵ Essa entidade da Igreja, nesse período e até início dos anos 80, chamava de **supervisão** o acompanhamento feito pelos assessores do SAR e lideranças das comunidades. Depois, a equipe técnica passou a chamar de acompanhamento das ações.



proveniente de outras fontes; descentralizar a ajuda financeira na pessoa da liderança, ajudando o grupo a assumir o controle dos projetos; ajudar o grupo a descobrir uma metodologia de trabalho que possibilite, maior iniciativa, maior criatividade, ajuda mútua, solidariedade entre as pessoas; refletir com líderes e membros dos grupos que estão ajudando o trabalho, sobre a atuação do SAR nas comunidades, sobre a maneira como estão assumindo os projetos.

Neste mesmo ano de 1978, enquanto a equipe revia suas ações, MISEREOR decidia aprovar um financiamento transitório de um ano para o Programa de Educação Política e Apoio a Projetos Comunitários. Esse financiamento incluía novos recursos para a avaliação/acompanhamento pelo CERIS. A novidade desse projeto transitório foi a inclusão de um fundo de apoio a projetos comunitários, que rompia com a rotina estabelecida no SAR, de “Programas de Serviço”, prevendo uma soma de recursos que poderia ser aplicada em qualquer iniciativa comunitária relevante para o trabalho social estimulado pela entidade. Tal iniciativa surgiu a partir do desenvolvimento local do Programa de Educação Política, definido, este sim, como o programa prioritário de atuação. No entanto, como podemos verificar no relatório, ainda levou um certo tempo para a equipe encontrar uma forma apropriada para a aplicação do fundo de apoio a projetos comunitários.

Os anos de 1978/79 marcam um momento no qual o desenrolar das atividades correntes até então – os diversos programas de assistência à população rural – revela-se em desacordo com a diretriz pastoral da Arquidiocese, que é a Evangelização Libertadora. Com efeito, esses programas – educação política, educação sanitária, melhoria de habitação, incentivo a produção e assessoria a centros comunitários – concebidos como meios através dos quais as comunidades e grupos rurais aprendessem, pela prática, a se organizarem para resolverem seus próprios problemas, na maior parte das vezes não alcançavam o pretendido, ficando como atividade concreta a distribuição de filtros, de material de construção, de sementes, de animais e de cartilhas de educação política.



Tal dissociação entre o objetivo principal dessa Instituição – Educação, no sentido amplo como Evangelização Libertadora – e suas atividades concretas foram evidenciadas no relatório do CERIS e na avaliação interna da equipe. A Entidade estava consciente de que o seu trabalho não era controlar o fornecimento de filtros, privadas, sementes, animais, instrução política etc., aos grupos de base, mas sim, levar os grupos de base a uma reflexão sobre sua situação e à tomada de posições face aos problemas vividos na base.

Segundo esse relatório, o desejo de mudança de atitude está contido nos vários relatórios dos encontros de avaliação dos programas. Os encontros anteriores eram centrados no exame dos problemas *técnicos* de cada programa, nas dificuldades e nos êxitos encontrados no andamento de cada atividade. Os últimos encontros (neste período da avaliação) tiveram como tema central a discussão global da situação dos trabalhadores e seus problemas. Diz ainda o relatório que

A partir da tomada de consciência, a equipe técnica e, ao que parece, a própria direção da entidade, quer superar a compartimentação dos programas, para dedicar-se, como um todo, à tarefa de educação política dos grupos e comunidades de base. É claro que, num primeiro momento, a equipe deverá continuar atendendo a pedidos de filtros, privadas, sementes, animais, material de construção etc., uma vez que ele criou uma expectativa na população com a qual está em contato, e não pode iludi-la de uma hora para outra. Entretanto, deve ir reduzindo gradualmente esse atendimento tradicional, e partir para um tipo de trabalho novo, cuja linha principal é a Educação política das comunidades.

Conforme ainda esse relatório, para levar esse trabalho adiante, contava-se com uma organização já estruturada (equipe técnica, serviços administrativos, material, experiência de trabalho acumulada etc.) atuando em 105 comunidades de base na zona rural do Rio Grande do Norte. Nessas comunidades, existiam um ou mais grupos de base, em contato com a equipe, por meio de suas lideranças (animadores), de encontros e dias de estudo, e de visitas de membros da equipe técnica à comunidade. Acompanhar as comunidades e



grupos, apoiar seus animadores, para eles desenvolverem atividades nas quais pudessem encontrar, por sua própria conta, as soluções dos problemas, é a diretriz proposta por esse trabalho.

Finalmente, segundo o relatório do CERIS/SAR, *a primeira área de atuação do SAR é acompanhar os grupos existentes, para que eles se integrem realmente na comunidade, exercendo ali sua influência e quebrando seu relativo isolamento.* Esse relatório afirma ainda que

Os grupos existentes não foram gerados pela própria comunidade, mais sim, por agentes externos à comunidade: grupos criados para exercerem funções religiosas (celebrações, leitura da Bíblia, culto dominical, rezas) ou para atividades de promoção humana (antigos núcleos do MEB, de sindicatos rurais e, sobretudo, do próprio SAR, tendo em vista a realização de seus programas de assistência). Em grupos gerados por impulso externo, a posição do animador é chave. Como ele é o principal agente de ligação entre o grupo e essa entidade, e como sua posição não depende de eleição da base e nem esta dispõe de qualquer mecanismo que a possibilite controlar a posição adquirida pelo animador, ele tende a concentrar em suas mãos o poder de decisão, podendo fazer do grupo um grupo de amigos, parentes ou pessoas que pensem como ele. Nesse caso, o animador constitui uma barreira à integração do grupo na comunidade. Nos relatórios, vê-se não poucos desses animadores que concentram o poder de decisão em suas mãos, isolando o grupo da comunidade. Assim, o papel do supervisor torna-se chave para promover a integração entre o grupo e a comunidade. Sendo o supervisor⁵⁶ a autoridade – pois representa o SAR – que pode resistir a concentração do poder nas mãos do animador, e dar lugar à criação de espaços para a participação de outros membros da comunidade no grupo. (...) O papel do supervisor é um papel marcadamente ativo: sentir a integração do grupo na comunidade, lutar contra suas barreiras, promover a criação de espaços para a participação de mais gente, ajudar o animador e a outros membros do grupo a refletir sobre sua influência efetiva na comunidade.

Em outras comunidades onde se supunha a existência de uma maior integração com o grupo, o papel do supervisor seria o de buscar, junto aos

⁵⁶ Nos anos 70, o SAR considerava alguns trabalhadores ligados ao seu trabalho de base. Esses trabalhadores tinham o papel de acompanhar o desdobramento dos trabalhos nas comunidades. Nos anos 80, a figura do supervisor desapareceu, uma vez que a forma de organização da entidade foi evoluindo.



grupos, novas formas de articulação e captar os problemas vividos pela comunidade para, por meio de levantamento de questões, levar esses grupos a mobilizarem a comunidade na solução de seus problemas, que aparecem com frequência, como: a luta pelo acesso a terra; seca; falta de combatividade dos sindicatos; omissão dos poderes públicos, que atingem a comunidade como um todo, sem que os grupos saibam mobilizar os trabalhadores para enfrentá-los. Segundo o relatório acima referido, *o papel da equipe é contribuir na reflexão do grupo e avaliar suas forças, de modo a encontrar encaminhamentos viáveis e efetivos para a ação dos trabalhadores. Em geral, a atuação da equipe é a de dar apoio aos grupos, no sentido de analisar as situações e buscar caminhos para novas ações.* No entanto, esse apoio se dava também através do **fundo de apoio**⁵⁷, o qual viria a cumprir um papel muito importante no fortalecimento dos grupos de trabalhadores na luta pela terra.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, inicia-se um processo de mudanças na equipe técnica do SAR. A equipe passa a discutir sobre as prioridades do trabalho e inicia uma discussão sobre a reforma agrária. Nesse período, acompanha alguns conflitos (a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, no Vale do Açu, lutas de posseiros contra grileiros etc.).

A partir de 1980, a equipe passa a modificar as suas formas de atuação e organização junto às comunidades rurais, nas áreas de conflitos de terra, na organização de sindicatos etc.. Para isso, a equipe se reunia semanalmente para avaliar os trabalhos da semana anterior; promovia dias de estudo com outras instituições, realizava semestralmente avaliação dos trabalhos nas comunidades, fazia avaliação e planos anuais.

Destacamos aqui que, até 1980, só atuavam praticamente no meio rural o SAR, o MEB, a ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural) e o

⁵⁷ O fundo de apoio era um recurso previsto no orçamento do SAR, para apoiar os trabalhadores nas suas lutas pela Reforma Agrária, recuperação de cercas e deslocamentos para a participação em eventos de outros Estados.



Movimento Sindical dos trabalhadores Rurais. No entanto, em meados dos anos 80, começa a proliferar a criação de ONG e outros Movimentos Sociais Rurais. Essa década é considerada como um período muito rico para a implementação de mudanças significativas na linha de trabalho da equipe técnica do SAR. Desde 1979, a Entidade definia, no Relatório de Atividade de 1979 e Plano de Ação 1980, a nova linha de ação, que tem como programa básico de trabalho a EDUCAÇÃO POLÍTICA. Esse programa tem como objetivos:

Contribuir para a formação de uma consciência crítica do trabalhador rural, a fim de que, consciente dos seus direitos e deveres, possa assumir o seu processo de libertação, tendo em vista a transformação da sociedade; Possibilitar a união e organização dos trabalhadores rurais para a sua libertação através do processo de conscientização; Incentivar e apoiar o homem do campo na sua luta pelo acesso e permanência na terra.

O Programa de Educação Política passou a ser o centro de todas as ações desse Serviço. Era um referencial que se fundamentava nos documentos oficiais da Igreja e dava todo o respaldo para as ações político-pedagógicas. Várias outras entidades que se articulavam no campo emprestavam, também, o seu apoio ao Programa de Educação Política, principalmente setores da Igreja (MEB, ACR, Paróquias, Sindicatos de Trabalhadores Rurais).

O Programa de Educação Política foi se ampliando para as comunidades e paróquias, pelas seguintes razões: traduzia os anseios, angústias e esperança da população rural; proporcionava uma maior pluralidade de conhecimentos; estimulava a capacidade crítica das pessoas a partir dos fatos e situações que lhes são familiares; provocava nas pessoas a necessidade de uma ação individual e grupal, como resposta aos entraves constatados.

O Plano de Ação de 1979 dizia que: *sabemos pela experiência do trabalho que o processo de libertação e conscientização nunca termina.* Portanto, o estímulo e a vontade política de intervir no mundo colocam as pessoas num permanente diálogo com a realidade e uma vontade insaciável de estar permanentemente problematizando, procurando soluções. A libertação, nesse



sentido, é ter a consciência de que tudo está em movimento. Essa consciência da equipe técnica fez com que todos estivessem permanentemente avaliando a prática e pensando novas formas de atuação para o trabalho. Nas reuniões semanais da equipe, o trabalho era avaliado, na perspectiva de acompanhar passo a passo as experiências.

Constatamos na nossa pesquisa que, a cada avaliação anual das atividades planejadas, sempre era acrescentada uma nova ação para o planejamento seguinte. Essas ações eram escolhidas em decorrência da grande demanda de problemas relacionados ao sindicalismo ou à questão agrária. Havia um intenso debate nas localidades com os trabalhadores e na articulação com outras entidades, em níveis regional e nacional. Verificamos também que foram definidas *áreas prioritárias e não prioritárias* para as ações. Inicialmente, foram escolhidos quatro municípios como prioritários (abrangendo 14 comunidades rurais), e outras áreas (abrangendo 42 comunidades).

Em 1981, a equipe já começava a assumir as questões ligadas ao problema da terra e à questão sindical, abandonada, de certa forma, na segunda metade dos anos 60. A equipe passa a se preocupar mais com a sua capacitação, no que se refere às temáticas da capacitação popular, questão agrária, conjuntura política e metodologia de trabalho. Em 1982, coloca como uma de suas metas a dinamização de um processo de articulação com os trabalhadores nas comunidades, regiões, outros Estados e o fortalecimento da articulação mais abrangente com a ACR, Comissão Justiça e Paz, MEB, Pastoral de Juventude, Paróquias, Pastoral Rural, Sindicatos, FETARN. Surge também o embrião de um trabalho com mulheres através de encontros específicos. Esse trabalho passou a ter grandes resultados na ampliação e reconhecimento do trabalho das mulheres, nas lutas dos trabalhadores. Grande parte dessas mulheres participaram do processo de construção do MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) que nasceu no Nordeste e se expandiu em nível nacional. O SAR realizou grandes encontros na década de 80⁵⁸.

⁵⁸ Entre a metade dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, Marilene da Silva Gomes, ex-assessora da equipe técnica do SAR, assumiu um trabalho de orientação das mulheres



Em 1983, a equipe, após muita discussão interna, elabora uma nova “*Sistemática de Ação*”, tendo como objetivos: a) desenvolver o trabalho através das lideranças, procurando formá-las, contribuindo para a conscientização dos agricultores; b) organizar o trabalho, de uma forma sistemática e participativa, para que os seus resultados sejam mais significativos, a fim de que o trabalhador rural se sinta parte integrante no processo de transformação social.⁵⁹

Um aspecto que nos chama a atenção é que essa “nova sistemática” não pretende privilegiar algumas lideranças, no sentido de fazer com que elas cresçam apenas individualmente, marginalizando outros trabalhadores, mas essa formação deve possibilitar o surgimento de novas lideranças. *A nova sistemática supõe um respeito à estrutura e à organização de cada comunidade.*⁶⁰ Visa preparar novas lideranças.

É importante salientar que, ao longo dos anos 80, o SAR vai priorizar as suas ações em São Rafael, por ocasião da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, nas áreas de conflitos de terra e na área canavieira, em conjunto com a FETARN, (Projeto Educana para Formação de Educadores Sindicais).⁶¹

2.2. Redefinindo as estratégias de trabalho

trabalhadoras rurais. Esse trabalho tinha uma articulação com a experiência de organização das mulheres da Diocese de Guarabira na Paraíba.

⁵⁹ Serviço de Assistência Rural – Relatório de Atividades/1983 – Plano de Ação/1984.

⁶⁰ Idem ibdem.

⁶¹ O Projeto Educação Sindical dos Trabalhadores Rurais Assalariados da Lavoura Canavieira do Estado do Rio Grande do Norte (Educana) surgiu da necessidade de um trabalho educativo com vistas ao reforço a organização dos trabalhadores assalariados na luta pelo cumprimento de direitos trabalhistas vigentes e daqueles consagrados pelos dissídios coletivos de trabalho. Este foi apoiado pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) em 1985. O SAR participou da elaboração e acompanhamento deste projeto no final dos anos 80. Sobre esse assunto vê pesquisa sobre **A FETARN e a formação político-sindical dos trabalhadores rurais canavieiros**, realizada pelo CEAHS (Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza) apoiada financeiramente pela CESE. Essa pesquisa foi sistematizada pelo Prof. Dr. Severino José de Lima (Xangai) nos anos de 2001 e 2002.



Como vimos anteriormente, o SAR, num processo de rupturas e continuidades, vai construindo uma pedagogia própria, em diferentes contextos. Durante o Regime Militar, a sua atuação foi mudando, conforme intenso processo de discussão em diferentes espaços, em níveis regional, estadual, e nas comunidades rurais. Esses espaços garantiram um processo de discussão permanente sobre as ações de vários sujeitos sociais que atuavam no campo e tinham, como uma preocupação crucial, a construção de uma *sociedade mais justa e mais humana*. Desde a sua criação, essa entidade procurou trabalhar com metodologias participativas, elaboração de planejamentos de atividades seguidas de avaliações.

As metodologias participativas adotadas provocaram conflitos frente aos mandos e desmandos dos proprietários de terras, principalmente no que se refere aos sistemas de fidelidades políticas e relações de trabalho. Assumindo essa postura político-pedagógica de motivação de mudanças nas relações sociais no campo e capacitando prioritariamente grupos de trabalhadores rurais, o SAR entrou em conflito com vários proprietários de terra, desde a sua criação, embora a reforma agrária nunca tenha sido explicitada nos seus programas.

Vários autores, entre os quais Ferrari (1968), Cruz (1982), Camargo (1971) observaram, em seus estudos, que havia, dentro dos setores progressistas da Igreja, conflitos em relação à condução desse trabalho nas localidades. Segundo Ferrari, a equipe do MEB, da Arquidiocese de Natal, por exemplo, não deixou de sofrer certa influência ideológica de militantes ou ex-militantes católicos de posição mais extremada, mas não comunistas, filiados à Ação Popular (AP), ou ao “grupão” da JUC (Juventude Universitária Católica), ou pertencentes à equipe nacional do MEB.

Carvalho (1980) situou bem essa questão, quando diz:





A Igreja, para assumir uma posição mais significativa em relação a questão agrária, palmilhou “caminhos tortuosos”. Esses caminhos vêm, desde 1930 até nossos dias, passando por uma Igreja aliada dos latifundiários, utilizando-se da classe trabalhadora rural para, através de uma prática religiosa (tradicional), reforçar a dominação cultural, ideológica, moral e política do latifúndio.⁶²

Mesmo com as contradições dentro dos Movimentos e entidades da Igreja, havia uma riqueza muito grande nas discussões internas durante os encontros de avaliação e planejamento das atividades. Na realidade, os conflitos existiam internamente na Igreja e na ação das entidades como o SAR, MEB e ACR, junto às chamadas “comunidades rurais”.

A partir da década de 80, os grandes acontecimentos nacionais permearam as discussões na equipe do SAR, e esta, que já vinha perdendo a pujança na década anterior retoma a linha de trabalho no campo do sindicalismo e da questão agrária, conforme a ênfase e as mudanças ocorridas na realidade. A Entidade, desde a sua criação, sempre contou com uma grande capacidade de renovação e absorção de pessoas, para compor e recompor a equipe técnica. Várias dessas pessoas vinham de um trabalho junto às localidades ou de grupos da Pastoral de Juventude formados em trabalhos, nos municípios do Interior ou nos bairros populares de Natal. Em 1975, por exemplo, vários grupos de jovens estudavam em grupos o livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, para refletir o trabalho dos grupos de jovens, realizados nos bairros populares de Natal (Bairro Nordeste, Rocas, Potilândia, Cidade da Esperança etc). Uma boa parte desses sujeitos individuais vinham de um longo processo de discussão sobre a realidade a partir do método de Paulo Freire. Na realidade, muitas vezes o método de trabalho tinha ainda como referência o da Ação Católica (Ver, Julgar e Agir).

No plano mais geral, a segunda metade dos anos 70 vai revelar um ator político fundamental no processo de redemocratização da sociedade brasileira: a Igreja Católica. A Igreja assume a postura de oposição ao Regime Militar e, com isso, contribui para o fortalecimento de movimentos sociais novos de

⁶² Sobre essa questão, ver o importante trabalho de Abdias Vilar de Carvalho sobre “A Igreja e os problemas da terra, Reforma Agrária. ABRA, (X) 2, março/abril, 1980.



questionamento da realidade social: as Comunidades Eclesiais de Base, o novo sindicalismo, as Pastorais da Terra (CPT, Pastoral Rural no Nordeste II), o MST entre outros. Essa nova conjuntura leva a arquidiocese de Natal e em particular o SAR, a assumir uma nova postura em relação à realidade social e a adotar novos caminhos de trabalho.

As mudanças que estavam ocorrendo apontam para uma maior politização das atividades, e o sinal emblemático dessa reorientação é a transformação do Programa de Educação Política em programa central da Instituição, ao qual todos os outros ficam subordinados.

Verifica-se que o discurso da Igreja muda, e o SAR passa a ter uma atuação mais efetiva em relação à luta pela terra e à organização sindical e política dos trabalhadores rurais. Assume, principalmente, o apoio à resistência dos trabalhadores contra os grileiros e a luta pela reforma agrária. Em 1979, lança o Boletim DISPARADA, veículo de divulgação de suas propostas, de discussão e denúncia dos problemas do campo. O primeiro número trazia a chamada: *Para onde vais se não tens terra?*, registrando os debates ocorridos na Semana do Animador Rural⁶³, no período.

A Entidade passa a assumir as seguintes ações: organização dos trabalhadores na defesa de suas posses; mutirões para demarcação de terras e construção de cerca; requisição de títulos de posse; envolvimento nos sindicatos, para defendê-lo enquanto órgão de defesa dos trabalhadores rurais.

Nos primeiros anos da década de 80, são definidas como prioridades as questões *terra e sindicato*. O programa de Educação Política, que permeia todo o trabalho do SAR, tem como objetivos: contribuir para a formação de uma consciência crítica do trabalhador rural, a fim de que, consciente de seus

⁶³ A Semana do Animador de Comunidade teve início em 1970, com um encontro de animadores realizado em Mossoró. Participaram dessa Semana as comunidades trabalhadas pelo MEB de Natal, Caicó e Mossoró. Essa atividade foi se enraizando e aumentando sua abrangência. Em 1974, essa entidade se integrou a esta atividade. A Semana do Animador era um momento de discussão sobre os trabalhos desenvolvidos nas comunidades (DISPARADA Nº 0).



direitos e deveres, possa assumir o seu processo de libertação, tendo em vista a transformação da sociedade; possibilitar a união e organização dos trabalhadores rurais para sua libertação através do processo de conscientização; incentivar e apoiar os trabalhadores rurais na sua luta pelo acesso e permanência na terra.⁶⁴

Com base nesse programa, passa a dialogar com várias forças políticas tendo em vista uma articulação que possa efetivar um trabalho mais denso junto aos trabalhadores. Com isso, a palavra-chave passa a ser articulação.

(...) a articulação representa um fator chave no trabalho do SAR, envolvendo pessoas, grupos, comunidades, movimentos e entidades que lutam na busca da libertação dos oprimidos, numa perspectiva de Evangelização Libertadora, provocando o enriquecimento das práticas que conduzem a solidariedade e ao crescimento dos grupos e no próprio trabalho.⁶⁵

De acordo com Andrade (2000), a característica marcante desse novo discurso é a mescla de uma análise marxista da realidade com a recorrência à interpretação do Evangelho da Teologia da Libertação. Mais do que nunca, assume-se um discurso religioso para justificar uma postura mais avançada do ponto de vista político. Nesse sentido, o SAR vai intensificando gradativamente a sua atuação política no meio rural. Isso porque o “movimento camponês” começa a se reorganizar, e a Igreja é chamada a exercer o importante papel de organizador ou mediador das lutas dos trabalhadores. Entre essas lutas, destacam-se: as greves dos canavieiros, os conflitos de terra e a questão sindical.

A luta sindical passa a receber uma atenção especial. Para Andrade (2000),

⁶⁴ Relatório de Avaliação e Planejamento das Atividades do SAR - 1982.

⁶⁵ Id. Ibdem.



ao assumir o discurso da “opção preferencial pelos pobres”, veiculada pela Igreja após o encontro de PUEBLA, e ao adotar uma postura mais radical em defesa da “terra para quem nela trabalha” (a equipe) acaba se contrapondo ao sindicalismo rural existente no período. Este, fruto do repressivo período de governo militar, não correspondia àquilo que se esperava, no momento, das organizações sindicais.

Assim, se no fim dos anos 70, no ABC paulista, a Igreja desenvolveu um importante papel junto aos metalúrgicos, que originou o aparecimento das chamadas oposições sindicais, no Rio Grande do Norte o SAR passa a ter um trabalho semelhante, em meados dos anos 80, quando passa a denunciar a ação da direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FETARN – e a fazer um trabalho de formação de uma oposição sindical, quebrando a hegemonia da Federação em alguns municípios.

A Igreja trabalha a questão do sindicalismo, mas agora numa perspectiva totalmente inversa ao início dos anos 60. Ao invés de combater o sindicalismo do discurso e da prática política em defesa da reforma agrária, a Igreja agora combate o conservadorismo das lideranças sindicais e reclama uma ação mais incisiva e conseqüente em relação às questões do campo (ANDRADE, 2000).

A proposta de organização de uma oposição sindical, incentivada pela equipe dessa entidade, consistia no apoio à formação de pólos sindicais, como forma de conter o centralismo exacerbado da FETARN e propiciar um avanço real no avanço da luta pela terra e na organização dos trabalhadores assalariados, em busca de melhores salários e condições de trabalho.

2.3. As lutas do campo revigoram as ações político-pedagógicas



De 1964 a 1978, a situação do Estado no Brasil caracterizou-se também pela tentativa de destruição das formas de organização social no campo, utilizando, para isso, mecanismos de cunho legal, como forma de integrar, política e ideologicamente, o meio rural. Isso foi feito através do cooperativismo, do sindicalismo, da assistência técnica, da eletrificação rural, do FUNRURAL, entre outros mecanismos que serviram como caminhos para a integração da dominação das classes dominantes no campo (CRUZ e ANDRADE, 1984).

No Rio Grande do Norte, assim como em todo o País, há a expropriação e expulsão dos trabalhadores de suas terras, tanto através dos grileiros e grandes proprietários, quanto através dos grandes projetos implantados no Estado. Esses projetos, que, na maioria, têm explícito nos seus objetivos a fixação de



1º de maio de 1982 – Grande Concentração no Palácio dos Esportes. Evento promovido pela FETARN.

famílias na própria área, a criação de empregos, vinha se constituindo em focos de grandes tensões sociais, uma vez que contribuem para uma maior concentração da terra. Uma das conseqüências dessa concentração é a expulsão violenta de milhares de trabalhadores, principalmente em áreas com predominância de posseiros. Vários conflitos surgiram quando grandes proprietários, do Estado Potiguar ou de fora, começaram a investir nas terras da região. Esse investimento, que muitas vezes, era feito através de grilagem e encontrou resistência dos posseiros (ocupantes de terras sem título legal). Os mecanismos utilizados pelos grandes proprietários eram quase sempre a expulsão violenta e o despejo judicial.



Cabe, aqui, salientar que os posseiros participaram de movimentos muito localizados. “*Cada conflito é um conflito*”⁶⁶, gerando movimentos muito específicos, fragmentados, apesar de ser um grande número. A amplitude dos movimentos é circunscrita à terra disputada e às famílias de posseiros aí instaladas. Quase todos os conflitos de posseiros no Rio Grande do Norte são localizados em áreas tradicionais, de ocupações mais antigas, onde anteriormente predominaram relações do tipo latifúndio/minifúndio. O mesmo ocorre em grande parte do Nordeste e em certas áreas da região Centro-Sul. A mudança nas relações sociais, sobretudo através da grilagem de terras e da pecuarização, acarretando a expulsão dos posseiros, está na origem destes movimentos (GRZYBOWSKI, 1987).

Com a intensificação desses conflitos na região do Mato Grande e a atuação do SAR, ACR e MEB nessas áreas, surgia, muitas vezes, um conflito com a FETARN, uma vez que os Sindicatos acabavam recorrendo aos serviços das entidades da Igreja. Na realidade, parte dos dirigentes sindicais, nessa região, trabalhavam com o SAR e a ACR há muitos anos. Os conflitos entre alguns sindicatos e a Federação desembocou num processo de formação de oposições sindicais, que permaneceram até o início dos anos 90. No entanto, este e outros sindicatos, que foram se agregando em torno deste grupo, iriam romper com a FETARN em 2001.

No final da década 70, no início das mudanças internas da entidade a questão agrária vai se constituir numa prioridade para a atuação da mesma, seguida posteriormente pelo MEB. Nesse processo a experiência da ACR foi de fundamental importância. Conforme Araújo (2001), a equipe técnica apenas iniciava um trabalho mais sistemático junto aos trabalhadores ameaçados de expulsão de suas terras na região do Mato Grande e, naquele momento, não tinha

⁶⁶ MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1984, citado por Grzybowski, in Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.



condições de estender o trabalho para outras regiões. Havia uma explosão de conflitos em várias áreas.

Estavam ocorrendo vários conflitos de terra no Estado. No período de 1979 a 1984, intensificou-se o número de confrontos entre grandes proprietários de terras e posseiros, sensibilizando as entidades, como o SAR, o MEB, a ACR, e dinamizando a discussão em torno da representação sindical. As grilagens de terras, os grandes projetos que expulsavam milhares de famílias de seu *habitat* colocavam, de certa forma, novos desafios para as entidades que atuavam no campo e, de uma forma mais ampla, para a sociedade em geral.

Para se ter uma idéia do envolvimento deste Serviço da Igreja Católica com as lutas dos trabalhadores rurais pela terra, destacaremos, a seguir, alguns daqueles momentos que, de uma forma ainda confusa, estimulou a equipe se engajar nas lutas dos posseiros. Lembramos que, na sua trajetória, o SAR nunca tinha se envolvido diretamente com a questão da luta pela terra, uma vez que essa postura foi assumida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Foram várias lutas emblemáticas que possibilitaram o engajamento dessa entidade na luta pela terra, como por exemplo, a luta dos trabalhadores de Acauã, em Pedra Grande, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município e dos trabalhadores do Rio Grande do Norte. Essa luta, inclusive, não contava, no início, com o apoio do STR de Pedra Grande, mas, após uma reunião entre posseiros, diretoria do sindicato, um representante do SAR e as religiosas de São Bento do Norte, definiu-se uma posição para que a luta passasse a ser assumida por todos, significando um despertar para a força que representava a luta coletiva (CRUZ e ANDRADE, 1984).

Outro fato ocorrido, em 1979, foi no Ingá, no município de Taipu, onde 54 famílias foram ameaçadas de despejo pelo grileiro Jázio Guedes. Nesse fato, ocorreram prisões ilegais pela polícia, invasões de terras, incêndio de cercas, agressões, disparos, derrubadas de casas. Essa luta dos posseiros durou



mais de três anos. Toda a situação gerada em Ingá envolveu diretores do STR do município de Ceará Mirim, Polícias Civil e Militar, e Secretário de Segurança. Naquela ocasião, o grileiro *Jázio Guedes* apareceu dizendo que precisava das terras para plantar capim e criar gado, apresentando uma escritura e muito dinheiro para os líderes da localidade.⁶⁷

Para amedrontar os moradores do Ingá, o grileiro consegue a simpatia de dois líderes da comunidade: um era o vereador, e outro, o delegado sindical. Conforme depoimento de um trabalhador, no Boletim DISPARADA, “a terra é do homem mesmo, nós vimos a escritura e o homem é rico, tem dinheiro e é de família rica, tem militar na família”. Os trabalhadores acabaram isolando estes “líderes”, quando souberam que eles tinham sido comprados.⁶⁸

Segundo ainda esse boletim, devido à resistência dos moradores do Ingá, *Jázio Guedes* foi até o presidente do STR de Ceará Mirim, dizendo: “Se tudo ocorrer bem, o senhor recebe dez mil cruzeiros”⁶⁹.

A partir desses fatos, os trabalhadores passaram a se reunir e refletir juntos sobre seus direitos, deveres e obrigações como associados do sindicato, passando a exigir do presidente da entidade o compromisso de defender os interesses dos trabalhadores. Os moradores do Ingá marcaram uma reunião com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e este deixou claro que apoiaria a luta. Depois dessa decisão do sindicato junto aos trabalhadores, os pistoleiros contratados pelo proprietário chegaram a crivar de balas o automóvel do sindicato, ferindo os seus dirigentes.

Em outubro de 1979, houve um grande ato público no Ingá. Estiveram presentes, várias entidades representativas, como: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte – FETARN; a equipe da ACR; o Comitê Norte-riograndense pela Anistia; SAR; MEB; Associação

⁶⁷ DISPARADA, número 0. Boletim Oficial do Serviço de Assistência Rural, 1979, pg. 3 e 4.

⁶⁸ Idem, Ibdem.

⁶⁹ Idem, Ibsem.



dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; vários sindicatos de trabalhadores rurais, e agricultores de Alagamar, do Estado da Paraíba.⁷⁰

Também em Ceará Mirim, na localidade denominada Fazenda Diamante, 35 famílias sofreram ameaças de expulsão por parte do proprietário. Algumas dessas famílias já moravam há mais de 30 anos no lugar. A mando desse proprietário, as lavouras foram destruídas, as casas derrubadas, *“levando o pânico e intranqüillidade aos arrendatários, provocando uma situação de tensão nesta área”* (CRUZ e ANDRADE, 1984).

No município de Touros, também foram identificados casos de grilagens como o que vinha ocorrendo na localidade de Cajueiro. Lá, residiam 52 famílias, há mais de 30 anos, que estavam sendo ameaçadas de expulsão por um grileiro. Este se utilizava de todo tipo de violência para intimidar os posseiros. O clima era de tensão, tornando-se comum a presença de homens armados na área para ameaçar os trabalhadores.⁷¹ O mesmo grileiro investiu também em outra localidade no município de Touros. Em Lagoa do Mato, todos os membros de uma família estavam sendo ameaçados de expulsão, sendo utilizados os mesmos procedimentos para ameaçar os trabalhadores.⁷²

Um outro conflito de terra, que iria mudar as formas de atuação do SAR nas áreas de conflitos, foi o de Lagoa do Sal, em Touros. Foi um conflito que resultou na morte do agricultor Edmilson de França, em 1986. O julgamento dos assassinos só ocorreria no ano de 1989, depois de uma ampla divulgação no Nordeste e em nível nacional. A luta de 34 famílias pela desapropriação da fazenda Lagoa do Sal começou em 1984. Verificou-se que essas famílias eram rendeiras há muitos anos na propriedade e foram impedidas de plantarem na terra pelo capataz do proprietário Joaquim Vitorino Filho. Conforme o registro em relatórios dessa Entidade, os trabalhadores eram ameaçados permanentemente,

⁷⁰ DISPARADA, número 0 (zero), Boletim Oficial do Serviço de Assistência Rural, 1979, pg., 3 e 4.

⁷¹ Dados citados do Jornal Tribuna do Norte, por Dalcy S. Cruz e Ilza A. L. de Andrade no trabalho de pesquisa “O Despertar do Campo”, 1984.

⁷² Idem, Ibdem.

e um fato muito destacado foi o acampamento dos trabalhadores nos seus roçados, para impedirem a destruição dos mesmos, até a desapropriação da terra. Em 16 de dezembro de 1986 a fazenda Lagoa do Sal foi desapropriada e,



Missa e ato público em Lagoa do Sal. Um ano da morte de Edmilson 1987. Foto: Arquivos do SAR.

conseqüentemente, em 20 de dezembro, foram cumpridas as ameaças de morte, culminando com o assassinato de Manoel Edmilson de França. Esse fato provavelmente, iria influir nas formas de luta pela terra, em Touros e em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Conforme relatórios do SAR, passaria a ser uma referência de resistência dos trabalhadores na luta pela terra.

Um outro grande conflito ocorreu no município de São Rafael, desta vez provocado pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca), na região do Vale do Açu. Essa Instituição Federal tinha um projeto de construção de uma barragem, que iria cobrir com suas águas uma cidade inteira. Em decorrência desse fato, a Igreja, num primeiro momento, limitou a sua participação aos grandes atos públicos e concentrações organizadas e coordenadas pela FETARN. O 1º de maio de 1980, em Açu, juntaria várias forças políticas urbanas e rurais no Estado. Essa grande manifestação contou com cerca de cinco mil trabalhadores e tinha como tema *Pela permanência do homem na terra*. Nesse ato público, estavam presentes o SAR (falaremos mais adiante sobre o trabalho deste serviço em São Rafael), o MEB, o bispo de Mossoró, CONTAG, FETARN, entre outras entidades. Em detrimento de todo esse processo de luta, em 1982, a Barragem foi construída, atingindo cerca de 40 mil trabalhadores (pesquisa realizada por Nazira Abib O. Vargas)⁷³, em todo Vale do Açu. Num segundo momento, organizou e assessorou os trabalhadores, para que os mesmos recuperassem a sua dignidade e pressionassem o INCRA e o DNOCS

⁷³ Nazira Abib O. Vargas da cidade de Varre e Sai - RJ, foi do MEB do Rio Grande do Norte em 1962. Escreveu dois livros sobre o Vale do Assu: *História que o povo conta*. Recife: Editora Massangana, 1987 e *Beradeiros do Baixo-Açu*. Rio do Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987.



para o cumprimento das promessas de terra e melhores condições de vida das centenas de famílias ribeirinhas que ficaram sem ter onde plantar.

Para se ter uma idéia do número de conflitos de terra que ocorreram no período de 1960 a 1990, recorremos ao estudo de Paulo Palhano (1995) que registra 151 conflitos de terra, em 56 municípios, distribuídos nas diversas Zonas Homogêneas do Rio Grande do Norte, concentrando-se principalmente nas zonas do litoral oriental, com 59 casos; no litoral norte, com 35, e Mossoroense, com 39 casos.⁷⁴

Já as Zonas Homogêneas denominadas de Agreste, Currais Novos, Alto Apodi e Serras Centrais apresentaram poucos casos de conflitos de terra. Na região de Caicó, não foi registrado nenhum caso.

Conforme os resultados do estudo de Paulo Palhano (1995): *“os municípios que apresentaram maior número de conflitos nesse período foram: Touros (18 casos); Ceará Mirim (08 casos); Mossoró (12 casos) e Baraúna (09 casos de conflitos de terra)”*.

Essa luta pela posse, resistência e permanência na terra, no RN, travada entre famílias de trabalhadores contra prepostos proprietários, configurou-se numa disputa pelo espaço fundiário, envolvendo 9.476 famílias de trabalhadores rurais, aproximadamente 47.380 pessoas, entre crianças, jovens e adultos (SILVA, 1995).

Frente a esse quadro, a contribuição das entidades, em relação à organização dos trabalhadores para enfrentar uma luta, não se deu de forma natural e linear. No caso do MEB e do SAR, a contribuição aconteceu num processo de intenso diálogo. É possível que muitas vitórias dos trabalhadores

⁷⁴ A Dissertação de Mestrado *Novo Momento na Luta pela Terra: quando o patrão sai de cena*, 1995, de Paulo Roberto Palhano Silva, apresenta um quadro anexo de todas as áreas de conflitos de terras no Rio Grande do Norte, no período de 1960 a 1990, especificando os municípios, as localidades e o ano dos conflitos.



tenham ocorrido, devido a esse processo de maturação das discussões sobre a organização e formação na ação das lideranças dos trabalhadores.

Conforme Severina Garcia de Araújo (1992), os trabalhadores que estiveram à frente da luta pela terra em Lagoa do Sal (Touros-RN), já haviam saído da localidade e morado em Natal.⁷⁵ Outros já vinham sendo encurralados pela expansão do capital no campo e ameaçados de perderem as terras, onde trabalhavam como rendeiros há muito tempo. As lideranças que se projetaram na luta já tinham toda uma história de lutas cotidianas menores, ou seja, lutas pela sobrevivência na conjuntura hostil. Essas lutas diárias proporcionaram experiências pessoais e coletivas que possibilitaram um enfrentamento com os proprietários que pretendiam grilar suas terras. O apoio externo ajudou, em certo sentido, aos trabalhadores para a ampliação dos seus conhecimentos sobre o que de fato estava ocorrendo.

Um outro fator fundamental, para entendermos melhor as rupturas e continuidades nesse processo complexo e dialógico, refere-se ao movimento sindical dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, abordaremos alguns aspectos que consideramos relevantes, para as finalidades desse trabalho, uma vez que o SAR, a ACR e o MEB passam a adotar como uma de suas prioridades as ações de articulação com esse espaço de representação.

Voltando no tempo, depois do golpe militar, o preço da continuidade do sindicalismo no campo passou pela imposição da tutela dos sindicatos ao Estado. Esse processo, conforme Novaes (1994)

Implicou no reforço de uma estrutura sindical em que o Estado tinha poderes plenos para reconhecer a existência e legalidade dos sindicatos. E, para os sindicatos, (...) estava fora de questão a possibilidade de ações e reações classificadas como políticas; cada um deveria tratar somente dos interesses econômicos de sua própria categoria.

⁷⁵ ARAÚJO, Severina Garcia de. **Terra e Poder: a luta pela terra no município de Touros**. 1992 (Dissertação de Mestrado, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro).



Por outro lado, os trabalhadores que cultivavam a terra através do trabalho familiar, após 1964, perderam a oportunidade de organizarem-se em sindicatos específicos de pequenos produtores. A organização sindical no campo os enquadrou no sindicato único de todos os trabalhadores rurais (STR) de base municipal. Tais sindicatos deveriam filiar-se às Federações de âmbito estadual (Fetag) e estas, por sua vez, filiar-se à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A rigor, a relação do movimento sindical (STR, Fetag e Contag) com o Estado se fez pela imposição do enquadramento sindical, pelos poderes que os governos tinham para tornar legais ou ilegais eleições sindicais, e também pela legislação específica aprovada em 1964, que pretendeu regulamentar a posse e o uso da terra no Brasil: o Estatuto da Terra.

Moacir Palmeira (1990), discorrendo sobre a relação modernização/Estado/questão agrária, afirma que a legislação para o campo (Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra), resultado de um longo processo de lutas sociais e políticas impôs um novo recorte da realidade, pois *criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, capaz de permitir modalidades de intervenção do primeiro sobre esta última, antes impensáveis*. Assim, o Estatuto da Terra deu ao Estado o poder de nomear diferentes tipos de pequenos agricultores (posseiro, renteiro, minifundista, entre outros) e de estipular seus *direitos* (previstos em lei) a serem assegurados pelo poder público e defendidos pelo movimento sindical.

Voltando um pouco na história, até 1968, a CONTAG, em aliança com setores da Igreja, o Partido Comunista e a Ação Popular, ficou sob a direção de interventores designados pelo Regime Militar. Esta situação por si afastava a possibilidade de disputas de correntes sindicais em seu interior.

Para Novaes (1994), afirmar, depois de 1968, a independência e autonomia dos STR, frente às correntes políticas e a Igreja Católica foi a forma



encontrada pelos sindicalistas que, em 1969, resgatam a Confederação, para viabilizar sua representação e a própria construção do movimento sindical, em nível nacional.

Naqueles anos em que se impôs uma ausência de adjetivos, valia apenas o substantivo: o sindicato. Isso implicitamente correspondeu a: sindicato igual a sindicato reconhecido pelo governo. Mas é preciso sempre reafirmar, mesmo *os sindicatos do governo* não tiveram efeitos unívocos entre os trabalhadores.

Por um lado, o regime militar, atribuindo aos sindicatos a gerência dos poucos recursos da Previdência Social no campo, através de convênios entre os sindicatos e o FUNRURAL, pode ter estimulado o assistencialismo e neutralizado os sindicatos, enquanto órgãos de defesa de seus associados. No Rio Grande do Norte, a maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais foram criados no início da década de 70, após a criação do FUNRURAL, em 1971. No entanto, a nossa pesquisa mostrou que os dirigentes da FETARN vinham desenvolvendo uma ampla campanha de esclarecimentos aos trabalhadores sobre os procedimentos para a fundação de um sindicato, inclusive, em muitas localidades, disputando contra candidatos da confiança dos proprietários.

Mas, por outro lado, o *legalismo de sobrevivência*, delineado pela Contag, de trabalhar nas brechas da legislação existente, permitiu tanto marcar diferenças com o período anterior (pré-64, quando só havia a lei do patrão) quanto para afastar o medo e desconfiança dos trabalhadores marcados pela experiência da repressão que atingiu principalmente as ligas camponesas, após o golpe (NOVAES, 1994).

Voltando aos pequenos produtores, vemos que também o enquadramento sindical de base municipal, imposto pelo governo, foi reapropriado positivamente pela CONTAG. Como lembra alguns autores como Novaes (1994) e Andrade (2005), no Nordeste os pequenos produtores (sejam eles proprietários,



posseiros, rendeiros ou meeiros) historicamente usam o trabalho remunerado na zona canavieira como uma fonte de renda complementar, da qual se lança mão em determinados momentos do ciclo de vida. A reprodução, constantemente ameaçada, dos pequenos agricultores e a esperança dos moradores assalariados de trabalhar a terra sem *sujeição* foram elementos decisivos para dar sentido positivo à denominação *trabalhador rural*, imposta pela legislação sindical.

Ressaltamos que, na segunda metade da década de 70, no Nordeste, um processo de modernização, na maioria das vezes patrocinado por projetos governamentais, desencadeou inúmeras lutas de resistência na terra por parte dos posseiros, rendeiros, foreiros, ameaçados de expulsão, principalmente em áreas de expansão da cana-de-açúcar e da pecuária, como vimos anteriormente.

Frente aos conflitos, quando se compara a ação da Igreja e dos sindicatos naquela ocasião, percebe-se que, se ambos se pautavam pelos parâmetros legais, o faziam de formas diferentes. Ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR, cabia utilizar os canais jurídicos e a linguagem oficial própria à sua caracterização de representante, que deve mediar e negociar em nome dos sindicalizados. Aos grupos de Igreja coube alimentar a resistência dos trabalhadores, fornecendo uma linguagem aos movimentos através, de rituais (celebração, vigílias, caminhadas, romarias da terra) e de práticas comunitárias (roçados, acampamentos, entre outras).

No Nordeste e, no Estado do RN, ocorreram várias lutas de resistência na terra, lutas em áreas de barragens, lutas por melhores contratos de parceria; campanhas salariais, na área canavieira, desembocaram em *oposições sindicais* com apoio de setores da Igreja Católica. Foram situações de luta de resistência na terra, que explicitaram no Nordeste as dificuldades de conciliar um sindicalismo, que se pauta pela denúncia e encaminhamentos das reivindicações às autoridades competentes, para fazer valer a legislação em vigor (tal como fazia o MSTR). As novas formas de lutas pela terra que – mesmo sem fugir dos



chamados *parâmetros legais* – utilizavam, sobretudo, a *pressão social* como forma de encaminhamento (NOVAES 1994).

Estudando sobre esse período, Novaes (1994), observa que:

(...) a decolagem do novo sindicalismo no diferenciado campo brasileiro não se faz num espaço vazio de relações sociais. Suas propostas apenas decolaram em locais e situações onde crises nas relações sociais no campo explicitavam conflitos e as configurações político-sindicais locais demandavam outros meios para encaminhá-los. Foi no lastro de experiências concretas de lutas e de organizações pré-existentes, que trabalhadores atingidos por efeitos de processos de mudança social vislumbraram a possibilidade de construir uma outra alternativa (oposta ou complementar) às concepções e práticas sindicais e/ou comunitárias existentes.

Finalmente, é nesse contexto, que os setores da Igreja (SAR, ACR e MEB) passam, enquanto adeptos do novo sindicalismo, a reconstruir seus objetivos e estratégias. Estes não se opõem somente ao *nepotismo*, à monopolização de informações pelo presidente em detrimento dos demais membros da diretoria, ao uso *indevido* do dinheiro do sindicato, à relação com o Estado ou com os patrões etc., mas também aos encaminhamentos que as Federações (Fetag) e a CONTAG dava às lutas pela terra, levadas no Nordeste por pequenos produtores ameaçados de expulsão. Apresentam novas formas de participação, tendo em vista a mudança de atitudes, em direção a uma *desejada* democracia de base. Na verdade, para estes, a organização sindical não estava mais dando conta das lutas dos trabalhadores do campo.

Com as mudanças na posição da Igreja, no período de 79 a 85, o SAR passa a gestar, junto a sindicalistas rurais, a luta pelas mudanças na estrutura sindical, possibilitando, assim, a emergência de novas práticas sindicais rurais no Estado do Rio Grande do Norte.



2.4. Os sujeitos do processo educativo e pedagógico

O grande objetivo do SAR, nos anos 80, era o de *educar para uma consciência crítica*. Segundo o relatório de atividades de 1981, *o trabalho é, fundamentalmente, um trabalho de educação. Seu programa básico substancial é Educação Política – EP*. A entidade definia a **educação** num sentido de *libertação integral do homem; libertação do pecado pessoal e social; libertação de uma situação de opressão que se instalou a partir do pecado do homem; libertação para que o homem se torne sujeito de sua comunidade de vida e de trabalho*. A **política** era entendida no sentido da

formação e educação para uma consciência crítica do homem, de construção do bem comum, de respeito aos direitos da pessoa humana, de respeito à caminhada do povo, de apoio à luta para que o povo passe de condições menos humanas a condições mais humanas de vida; de uma união e organização dos trabalhadores rurais para se libertarem através do processo de conscientização; de uma consciência de classe e fortalecimento de suas entidades (sindicatos, associações etc.) de apoio à luta do trabalhador rural pelo processo e permanência na terra (Relatório de Atividades de 1981)

Para a equipe, *essa visão global da política não exclui a política partidária, que (...) tem também o seu valor, enquanto é vista no contexto mais amplo da grande política, de uma política para o bem comum*⁷⁶. Esse processo educativo, conforme alguns documentos, tinha como fundamental a *formação integral do homem em várias dimensões da vida. A ação humana, em que atesta sua dimensão racional de ser consciente e transcendente, surge como uma iniciativa original em face ao mundo*.

Verificamos ainda, em outros relatórios, que o processo do trabalho educativo dessa entidade, visava a uma ação transformadora, tendo em

⁷⁶ O *Bem comum*, segundo o caderno de Educação Política, lançado em 1974, compreende o conjunto das condições sociais que permite aos homens atingir, mais plena e facilmente, a sua própria perfeição (João XXIII – Mater et Magistra).



vista que o homem cria um mundo cultural e elege os valores mais adequados para suas exigências de personalização. Nesse sentido, o trabalho desse Serviço investia na formação das pessoas (lideranças) na perspectiva de que elas fossem capazes de optar pela conservação ou modificação dos valores de uma realidade cultural. A sua ação educativa, portanto, procurava formar a pessoa dentro de seu próprio mundo, da cultura por ela criada, dos valores dessa cultura, mostrando-lhe a possibilidade de escolha dos princípios mais adequados à sua realização.

Esse processo educativo e pedagógico só atinge o seu significado mais autêntico, à

proporção que deixa de ser meramente integrativo, para ser criador. Isto é, à medida que seus objetivos não se detêm em conformar a pessoa em um contexto cultural previamente dado, mas procura situar o trabalhador na plenitude de



seu papel de sujeito da cultura. A educação do SAR, portanto, visa a uma ação transformadora. A ação humana, por sua vez, tem três requisitos essenciais. Em primeiro lugar, o homem age diante de um fato que é real para ele; daí, é imprescindível que ele tome consciência da realidade na qual vai agir. Ao lado disso o homem assume uma atitude diante dessa realidade, a partir da tomada de consciência dessa realidade. Para que a atitude se concretize em ação, o homem parte sempre dos meios que lhe oferece a cultura (sejam esses meios instrumentos físicos, verbais, etc.). A organização didática de uma ação educativa não pode, portanto, deixar de situar-se nesses três planos: conscientizar, motivar atitude, proporcionar instrumentos de ação (Wanderlei, 1984).

Verificamos também que todos esses elementos, considerados como centrais no processo educativo do SAR, manifestavam-se através de vários



níveis que se entrelaçam. Um deles se faz através do conhecimento da realidade, onde os técnicos da Instituição procuram conhecer os problemas da localidade, as lideranças. Em seguida, discute, através de vários espaços (reuniões, encontros, seminários, dias de estudo), os problemas, tendo em vista um diálogo entre a visão dos trabalhadores e os conhecimentos da equipe.

No entanto, o processo de conscientização vai se dando no confronto de idéias entre os atores sobre uma realidade que pode ser mudada. Para o SAR, as ações e reflexões das atividades desenvolvidas possibilitavam mudanças de atitudes frente à realidade. Transformava a consciência passiva, diante das coisas do mundo, em consciência dinâmica (aquela que está num processo permanente de conscientização).

A assunção de um novo estágio de consciência, num processo contraditório de conscientização, depende de uma pedagogia que leve o sujeito a reconhecer-se responsável num processo de libertação individual e coletiva. Está claro, num certo sentido, que o processo educativo é dinâmico e procura trabalhar a consciência através de ações pensadas coletivamente.

A partir de 1981, a equipe define que o trabalho de Educação Política deve ser realizado na perspectiva de uma evangelização libertadora. Essa consciência cresce, cada dia mais, na equipe que orienta o trabalho e nas bases; daí, a grande preocupação de, nas reflexões com os grupos de base, analisar as situações concretas (Relatório de Atividades do SAR de 1981).

Esse processo educativo parte da vida do trabalhador rural e das situações concretas das comunidades (luta pela terra, organização do partido, oposição sindical, organização das mulheres). A ação educativa da Entidade caminha também na perspectiva de uma *evangelização libertadora*. O Relatório de Atividades de 1981 diz que *a linha de ação desse Serviço está dentro do grande objetivo pastoral, que é: nortear a Igreja particular de Natal (...) através de uma evangelização libertadora, na opção preferencial pelos pobres – assumindo, de*



modo permanente, as situações concretas do povo. Como em períodos passados, o papel do SAR não é resolver os problemas, mas caminhar com o homem do campo, refletir com ele, levá-lo a descobrir as causas, ir à raiz dos problemas e buscar os possíveis caminhos de solução, a partir da união e organização do povo.

A concepção de educação popular reconhecia a existência prévia de um conhecimento popular, e que ele deveria ser desenvolvido, transformado, com a ajuda da equipe técnica, que, por sua vez, desenvolviam também o seu conhecimento. Sabia-se também que o conhecimento é uma forma de poder, e que elevar o conhecimento do trabalhador rural seria a alavanca propulsora de outras práticas sociais. Esse processo de conhecimento era produzido na ação e deveria conduzir a uma ação transformadora.

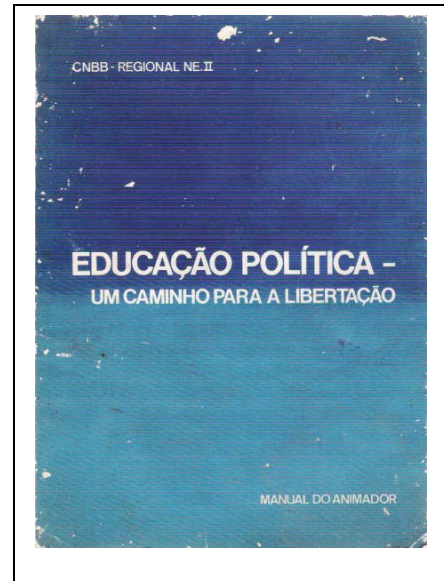
A prática educativa questionava o poder dominante na sociedade e oferecia elementos mínimos para que os trabalhadores descobrissem seus próprios meios e caminhos para a assunção de outros níveis de conhecimentos. É notório que, nas propostas encaminhadas, nas atividades executadas, nas técnicas utilizadas, nos métodos empregados, nem sempre se conseguia o êxito desses objetivos. Muitas vezes, isso ocorria em função das crises internas da Igreja e das incompreensões da equipe técnica sobre o seu verdadeiro papel e do significado de uma educação popular mais comprometida com as classes subalternas. No entanto, essa questão foi sendo minimizada à medida que a equipe foi se capacitando através dos dias de estudo, encontros e cursos com a presença de alguns intelectuais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – e de outros Estados.

2.5. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA



2.5.1. A Educação Política como centro das atividades do SAR

O programa de Educação política teve seu início em 1972, inspirado no documento do Vaticano II e nas conclusões de Medellín. Como vimos anteriormente, já existiam outros programas, como Educação Sanitária, Educação Integrada e, posteriormente, os Programas de Incentivo a Produção, Melhoria de Habitação e Assessoria a Centros Sociais. Segundo o Bispo Auxiliar, D. Antônio Soares Costa, “cada programa tinha uma organização própria para o atendimento aos trabalhadores rurais, no sentido de conscientizá-lo, preparando-o para uma ação transformadora do seu meio⁷⁷”.



A experiência da equipe do SAR, através do acompanhamento ao trabalho realizado nos municípios, mostrou que a metodologia de atuação já não respondia às reais necessidades dos trabalhadores rurais, face à situação de opressão em que eles viviam. Um dos desafios a enfrentar foram os mandos e desmandos do poder político nas mais diferentes esferas.

Frente a esta situação, a equipe, a partir do início dos anos 80, sentiu que o Programa de Educação Política, como vinha sendo executado, e os demais Programas, que alcançaram alguns resultados, não correspondia mais às expectativas e demandas dos trabalhadores. Essa constatação foi reforçada pelas lideranças mais engajadas e conscientes, que passaram a exigir uma definição

⁷⁷ Apresentação do Bispo Auxiliar e coordenador do Programa de Educação Política do Nordeste II da CNBB, Dom Antônio Soares Costa, no Colégio Marista, em agosto de 1981.



mais clara, no sentido de se definir a prioridade da luta pelo acesso e permanência na terra. O processo de discussão permanente e uma presença cada vez maior nas áreas de conflitos de terra, lutas dos canavieiros, e luta por um novo sindicalismo rural levaram o a equipe do SAR a repensar seu compromisso com os trabalhadores rurais, numa perspectiva político-pedagógica libertadora.

Como resultado de um processo complexo de mudanças (avaliação do trabalho com o CERIS, crise e mudança de parte da equipe, articulação com a ACR), o SAR redefiniu seus objetivos em 1980:

- a) contribuir para a formação de uma consciência crítica do trabalhador rural, afim de que, consciente de seus direitos e deveres, possa assumir o seu processo de libertação, tendo em vista a transformação da sociedade;*
- b) Possibilitar a união e a organização dos trabalhadores rurais para a libertação, através de processo de conscientização;*
- c) Incentivar e apoiar os trabalhadores rurais na sua luta pelo acesso e permanência na terra.*

Com a redefinição dos objetivos e da metodologia do trabalho do SAR, elegendo o programa básico Educação Política e transformando os demais programas em projetos de apoio às atividades comunitárias, houve um verdadeiro impulso na organização do trabalho nas comunidades.

A partir da realização de um Encontro de Animadores de Base, no Centro de Treinamento de Ponta Negra, coordenado pelo Programa de Educação Política, surgiu a proposta de sair do nível das reuniões localizadas nas comunidades, passando as mesmas a se articularem através dos trabalhadores. Nessa articulação, os animadores contariam com seus próprios recursos através



da realização de cotas para o frete de transportes, para garantir o deslocamento. Essa iniciativa possibilitou novas questões para o processo de discussão sobre a autonomia dos trabalhadores e a sua organização, contribuindo também para o conhecimento da realidade num território mais amplo.

A experiência desenvolvida no município de São Tomé, com base nas discussões em Ponta Negra, foi fundamental para o trabalho da equipe em várias regiões. Iniciou-se, naquele município, um levantamento dos problemas nas localidades de Barrentas, Carrapateira, Carnaúba de Cima, fazenda Pintos, Gameleira, Salgadinho, Capim Açú, Geriguaçu e Roça, onde foram classificados, posteriormente, como principais problemas a questão da terra e o sindicato.

Para trabalhar esses problemas, foi formada uma equipe de articulação de trabalhadores, que era assessorada pela equipe do SAR. Cabia ao assessor ajudar a equipe a planejar as reuniões, organizar pautas e enriquecer as discussões.

O primeiro problema que se trabalhou com mais intensidade em São Tomé foi sobre a questão do papel do sindicato enquanto representação dos trabalhadores rurais. No caso desse município, há vários anos, pessoas de uma mesma família se elegiam. Essa situação foi discutida em reuniões nas comunidades, e foi formada uma chapa de oposição para concorrer às eleições do sindicato. O trabalho dessa oposição começou a incomodar os grupos dominantes do município, fazendo com que o presidente do sindicato colocasse todos os trabalhadores em dia com suas obrigações de associados. Obviamente, os resultados nas eleições foram favoráveis à diretoria que já detinha o poder no sindicato. No entanto, foi avaliado pela equipe de articulação e pela equipe do SAR, que houve um considerável avanço no nível de consciência dos trabalhadores que participaram de todo o processo de organização da chapa para concorrer às eleições. Nesse processo, os trabalhadores foram construindo/reconstruindo novas concepções acerca da importância da



organização. Perceberam que o sindicato é um instrumento importante na luta dos interesses dos trabalhadores. Mesmo que essa não tenha sido a percepção de todos naquele processo, o importante foi que novas lideranças foram surgindo no município e vieram a se tornar importantes referências no movimento sindical.

Fazemos aqui uma observação que o trabalho da Igreja, no campo, se dá de modo muito diferente dos anos 50 e 60. Suas formas de ação haviam se transformado com o impacto das influências pós-conciliares; ela se deparou com o campo organizado autonomamente em termos sindicais (mesmo contribuindo para isso); já não havia mais os “sindicatos do padre”. A Igreja se encontrou diante da tarefa de lidar com os sindicatos e respondeu a cada situação específica (PAIVA et ali., 1985).

A partir de 1979 e ao longo de toda a década de 80, num cenário de reafirmação de antigos sujeitos nos movimentos sociais, O SAR, o MEB e a ACR passam a intensificar a sua participação nos Encontros e Assembléias da Pastoral Rural.⁷⁸ Esses Encontros e Assembléias aprofundaram mais as discussões desses serviços da Igreja, em nível de Nordeste, e, conseqüentemente, a prioridade de trabalho dessas entidades vai se modificando aos poucos, na prática, no cotidiano de suas atividades junto aos trabalhadores rurais, em várias localidades onde estavam ocorrendo conflitos de terra.

Os dias de estudos de Educação Política com o SAR, MEB, ACR e representações das comunidades, discutiram temas sobre sindicalismo, terra, documentos da Igreja, metodologia de trabalho, entre outros. Os dias de

⁷⁸ A Pastoral Rural se originou a partir do extinto SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco) em 1972. A partir daí, a pastoral rural esteve sob a influência do MER (Movimento de Evangelização Rural) até 1986. Essa mudança começa a se gestar em 1984, quando se decide, em Assembléia, tomar a Pastoral Rural numa articulação de Pastorais e Serviços do Regional Nordeste II. Em 1986, na Assembléia anual de Caruaru, o MER recua dizendo que não dá mais, retira-se da articulação e cria a corrente sindical independente. Em 1988, a equipe contratada para coordenar a Pastoral Rural é demitida, e os mesmos, articulados nos três estados do NE II, criam a CPT do Nordeste. Vale salientar que, desde 1986 pessoas do SAR (o autor deste trabalho) e do MEB (Gilca Higino) participaram dos cursos longos (25 dias) em Goiás Velha, Goiânia e no Paraná, além de outras pessoas do Nordeste. Era o início de uma articulação que desembocaria na fundação da CPT, esvaziando a Pastoral Rural.



estudo de educação política criaram espaços de discussão onde os trabalhadores participavam e influíam nas decisões que eram encaminhadas pelas equipes do SAR, MEB e ACR.

A ACR, nesse processo, por sua vez, mesmo trabalhando articulada com o SAR e o MEB, seguia sua linha própria de trabalho. Na verdade, ocuparia uma posição intermediária entre as diferentes correntes do clero do Nordeste. No estudo de Sgrecia 1981), ele diz:

“Há desaprovação do trabalho do movimento por setores da hierarquia eclesial, seja por considerarem a sua atuação como um desvio do trabalho pastoral, atitude comum entre os bispos conservadores, seja por disporem de outras práticas pastorais em relação às quais, a ACR, considerada um movimento ultrapassado, representaria como concorrência desnecessária, tem sido responsável pelo esvaziamento ou por sua débil estruturação nas Dioceses”.

Chamamos a atenção para o fato de que a articulação da ACR com o MEB funcionava como os “poros” da ACR, para que esta ainda pudesse respirar na arquidiocese de Natal, ou seja, este movimento contava, em termos, com a infraestrutura do SAR, do MEB e com a assessoria dos membros dessas equipes para os encontros ou “paradas” conforme a linguagem própria da ACR. No entanto, grande parte das lideranças desse movimento tinha uma prática junto ao movimento sindical. Essas lideranças estavam à frente de sindicatos que tinham uma postura referenciada na luta pela terra. No Rio grande do Norte, assim como em outros Estados, a ACR era organizada em nível Estadual, por trabalhadores rurais (a maioria pequenos proprietários).

Essas três entidades, mediadoras da Igreja Católica, tiveram (respaldadas no Programa de Educação Política), possivelmente um papel



importante no processo de organização de oposições sindicais em vários municípios (São Tomé, Poço Branco, Santo Antônio, Goianinha, Canguaretama, São Rafael, Macaíba), além de reforçar a luta por uma nova prática sindical nos municípios de Touros, Ielmo Marinho, Pureza, Pedra Grande, onde já havia lideranças engajadas na oposição sindical rural, para contribuir com a criação do sindicato de São Bento do Norte. A prática e a ação das entidades mediadoras estavam sempre forçando a FETARN a tomar posições mais radicais em relação às lutas dos trabalhadores rurais (terra, sindicato mais forte nas bases, autonomia sindical em relação ao Estado). Um dos aspectos dessa radicalidade exigida era em relação às lutas mais graves no Estado Potiguar, como por exemplo, as grilagens de terra por fazendeiros e a exploração da mão-de-obra pelas agroindústrias.

Por trás dessas questões, estavam as novas concepções em relação à prática do movimento frente ao novo momento nacional. Em nível regional, um dos espaços privilegiados para essa discussão na Igreja católica se dava através do Programa de Educação Política. É bom ressaltar que esse espaço de articulação não era o único nesse processo. Havia, também, as “paradas⁷⁹” da ACR, onde estavam presentes, sindicalistas de vários municípios e localidades. Com a criação do CENTRU⁸⁰ (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural), em 1980, surgia mais um espaço para discussão sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais.

⁷⁹ A ACR dava o nome de **parada** aos encontros de três dias realizados nas regiões.

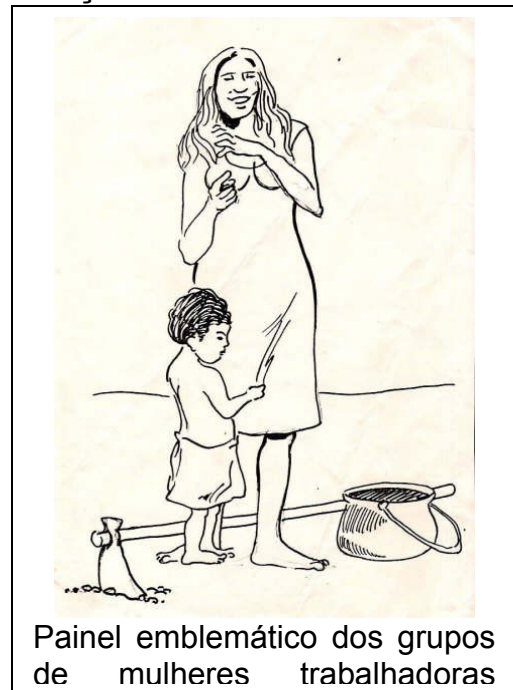
⁸⁰ O Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), criado em 1980 em Recife-PE, teve como um dos seus principais fundadores o trabalhador rural Manoel da Conceição.



Por outro lado, nas localidades de vários municípios, principalmente nos acima mencionados, estava havendo permanentemente reuniões e dias de estudo do Programa de Educação Política, promovidos pelo SAR e pelo MEB. Nessas reuniões, quase sempre se discutia o papel do sindicato e do governo federal através do FUNRURAL, no sentido de explicitar aos trabalhadores rurais que este último tinha desviado o papel do sindicato dos trabalhadores rurais.

Durante todo o período da segunda metade dos anos 80, o SAR investiu mais na capacitação da equipe técnica e dos trabalhadores das equipes de articulação nas comunidades, lideranças sindicais e comunitárias.

Nesse período, os temas estudados com mais freqüência foram: conjuntura política e econômica, sindicalismo rural, questão agrária, educação popular, questão da Mulher na sociedade de classes, evangelização Libertadora e ação pastoral político partidária. Esses e outros temas foram aprofundados através de Semanas de Estudos Mensais; Cursos de Especialização em metodologia do trabalho: Produção de Material (audio-visual, subsídios etc); programas radiofônicos, Encontros para Troca de experiência; Estágios para conhecimento de outras realidades, em níveis regional, nacional e internacional.



Painel emblemático dos grupos de mulheres trabalhadoras



O SAR, desde o início dos anos 80, vinha estimulando, através do Programa de Educação Política a organização das mulheres, através de Encontros Específicos, na perspectiva de visualizar a importância das mesmas nas lutas dos trabalhadores. Foram realizados, até 1989, quatro grandes encontros de trabalhadoras rurais com a presença de mulheres de todas as áreas onde o SAR trabalhava.

O programa de Educação Política produzia cartilhas para subsidiar as discussões nas reuniões das comunidades, nos sindicatos, em anos de eleições. Ao todo, foram produzidas as seguintes cartilhas:

ANO	TEMA
1972	É tempo de Política (caderno I) É tempo de Política (caderno II)
1973	Os Direitos do Homem
1974	A Família
1975	O Bem Comum
1976	Votar consciente é participar
1977/1979	Sua comunidade é Você
1980/1981	Terra – Escravidão ou Libertação
1982/1988	Educação Política – Um Caminho para a Libertação
1989	Educação Política – eleições 89

As Cartilhas ou manuais, como eram chamadas, eram usadas nas reuniões, mas também como material para o estudo individual dos trabalhadores. O chamado Manual do Animador (Educação Política – um caminho para a libertação) foi utilizado durante um grande período em todo o Regional NE II. Esse manual é dividido em três partes: 1) o Mundo que a gente quer; 2) O Mundo como ele está; 3) O Povo, o Evangelho e a Política.

Em todas as atividades do SAR, estava presente a dimensão pastoral, fundamentada nos documentos da Igreja católica. Conforme D. Antônio



Soares Costa, então Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Natal e coordenador do Serviço de Assistência Rural durante toda a década de 80: “A Igreja sempre teve consciência da sua missão crítico-profética e a exerceu através de pronunciamentos e de atitudes, como nos diz o Documento da CNBB – Pastoral Social, página 45. É que a missão da Igreja não se limita ao campo religioso, mas atinge toda a realidade da vida humana”.

2.5.2. As diretrizes da Educação Política

O Programa de Educação Política sempre procurou empregar o método VER, JULGAR, AGIR e AVALIAR criticamente a realidade, utilizando, inicialmente, a técnica de pequenos grupos, em função da comunidade e, posteriormente, grandes mobilizações na luta pela terra e nas campanhas salariais da área canavieira (litoral sul do Rio Grande do Norte). Esse programa, conforme documentos do SAR, desenvolve o seu apoio e assessoramento⁸¹ aos grupos, dentro de uma visão mais ampla da sociedade, para que, à luz da fé empenhem-se, na sua transformação, tanto da sociedade civil como da sociedade política. Esse documento diz ainda que o caminho é fortalecer as classes populares, apoiar e incentivar a criação de movimentos que nasçam do povo e engajar-se em partidos políticos, que sejam capazes de promover a transformação de estruturas da sociedade.

A CNBB, no seu Documento de Estudos 10 (p. 33, número 27) referindo-se ao Programa de Educação Política, assim se expressa quanto aos seus objetivos:

⁸¹ Até meados da década de 80, o SAR ainda usava o termo *acompanhamento*. Posteriormente, começam a surgir nos relatórios e Planos de Ação a substituição daquele termo por *assessoria*.



- Contribuir para a formação de uma consciência adulta de participação política no povo brasileiro;
- Motivar os cristãos a participar de modo livre, segundo o carisma de cada um, no processo político-partidário do País, superando o espírito de clientela eleitoral;
- Ajudar a população a participar, de modo livre, consciente e responsável, nas eleições, renunciando a buscar vantagens imediatas e egoístas.

Esses objetivos se inspiram nas palavras do Papa Paulo VI, em mensagem transmitida, a 22 de agosto de 1968, por ocasião da III Conferência do Episcopado Latino-americano, em Medellín: “ajudar a cada um ter a plena consciência de sua própria personalidade dentro da comunidade de que é membro, a ser consciente de seus direitos e obrigações, a ser livremente um elemento válido de progresso econômico, cívico e moral na sociedade a que pertence: esta é a grande e primordial empresa, sem a qual, qualquer mudança repentina de estruturas sociais, seria um artifício em vão, efêmero e perigoso”.

O Programa de Educação Política se apóia também no 6º Plano Bienal da CNBB (1981/1982), e se define

(...) pelas atividades que visam, dentro da evangelização, atuar na dimensão social do compromisso cristão de transformar a sociedade através da defesa e promoção da dignidade da pessoa humana, da educação para a justiça e fraternidade, do estímulo à criação de organizações assumidas pelo próprio povo, da formação da consciência crítica e participativa na comunicação humana, nos Meios de Comunicação Social e na informação.



2.5.3. Grandes Momentos da Educação Política

As ações coletivas do SAR foram de fundamental importância no trabalho da equipe, principalmente depois de meados dos anos 1980. A Entidade passou a ser um dos mediadores fundamentais nos conflitos de terra no RN, junto aos trabalhadores rurais e outras entidades parceiras (MEB e ACR). O apoio era buscado pelos trabalhadores, no sentido de resolver as questões dos conflitos com grileiros, violências sofridas pela polícia e prepostos dos proprietários para conseguir a desapropriação da terra.

O apoio do SAR, muitas vezes, não era revelado pelas famílias dos trabalhadores nos momentos que estas realizavam interlocução junto aos órgãos do Estado. É como se o discurso do órgão não fosse revelado. Além da assessoria política, viabilizada através de visitas, reuniões, encontros, cursos de formação para discutir as questões do cotidiano, da luta pela terra, esse Serviço sempre dispunha de apoio material – através de pequenos atos de ações financeiras para a aquisição de materiais para a construção de cercas, plantios de sementes – o que passa a ser incorporado na estratégia das lutas (PALHANO, 1985). Ou seja, o trabalho educativo, vai sendo incorporado, conscientemente, pelas famílias de trabalhadores, à sua maneira, conforme as particularidades de cada uma das lutas, dos interesses em jogo. É a linha de trabalho do SAR numa perspectiva da Teologia da Libertação.

O importante desse processo é que esses sujeitos reconhecem o SAR enquanto entidade política de apoio, que tem o papel de orientar, tornar público os conflitos e entender-se com o Estado em alguns momentos. No entanto, o processo educativo vai no sentido de orientar os trabalhadores para que eles possam assumir seu próprio rumo, sua autonomia. O processo político-pedagógico da Instituição constitui-se num elemento central de articulação e idéias dos grupos, possibilitando a esses sujeitos assumirem sua história.



Salientamos que o movimento sindical cumpria também um papel de intermediação das lutas dos trabalhadores nos mais diversos conflitos, no entanto, essas ações eram bastante debilitadas. Isso possibilitou a emergência das oposições sindicais rurais.

O programa de Educação, como centro de todo esse processo educativo do SAR, deu mais ênfase à questão política partidária, desde 1981, a partir de um *Encontro de Inter-regional (Nordeste I, II, III e IV) sobre Ação Pastoral Político-Partidária*, realizado em Olinda-PE. Nesse encontro, foram tirados os seguintes pontos de convergência entre as várias pastorais participantes:

- Não há incompatibilidade entre o trabalho pastoral e o trabalho político-partidário, à medida que ambos estejam ligados ao movimento popular. A atuação em um ou em outro, ou nos dois, não é apenas um problema a ser resolvido individualmente, mas, depende do consenso da comunidade e de cada situação;
 - É necessário que as informações sobre a realidade sejam transmitidas, trocadas e debatidas pelas bases;
 - Daí, a importância de freqüentes análises das conjunturas local, nacional e internacional, bem como do estudo dos programas e das práticas dos partidos políticos;
 - Deve haver preocupação com uma Educação Política crítica, não impositiva, à luz das exigências da fé;
 - É imprescindível ter presente que a atuação política não se reduz apenas à política partidária;
 - Elimine-se a idéia de que a política partidária é *coisa suja* e assumam-se a prática político-partidária como uma ação de interesse coletivo em vista de fortalecer o movimento popular;
-



- Todas as organizações populares, entre as quais estão alguns partidos políticos, deverão estar a serviço da comunidade do povo;
- As prioridades de tarefas nas organizações populares devem ser debatidas e definidas pela comunidade, a partir de sua realidade própria;
- A igreja deve ser um espaço de reflexão sobre as realidades social, econômica e política, num clima de diálogo e respeito a diversidade de posições;
- O agente de pastoral deve estar atento ao aspecto educativo de sua tarefa, evitando ser autoritário e impositivo.
- A Igreja não deve marginalizar aqueles que se comprometem com a política partidária, mas, ao contrário, incentivá-los na própria comunidade eclesial.

Esses pontos convergentes nesse encontro passariam a ser um referencial político-pedagógico para as ações das pastorais que tinham como prioridade, o Programa de Educação Política de cada uma das Regionais presentes. A partir daí, coube a cada uma das pastorais, encontrar as possíveis mediações para trabalhar essa questão. O SAR, o MEB e a ACR trabalharam, ao longo dos anos 80, com base nestas e noutras sugestões que surgiram em outras oportunidades. Vale salientar que essa questão era delicada dentro do MEB e SAR, tendo em vista que havia opções partidárias diferentes (PT e PMDB). Verificamos que todas essas questões foram trabalhadas nas áreas, que foram sendo definidas a partir das avaliações anuais do trabalho da Entidade.

Os grandes momentos da Educação política se configuravam nos Encontros do Regional NE II, onde se discutiam temas gerais sobre a ação da Igreja em relação à situação de exploração em que se encontravam os trabalhadores rurais. O SAR, que coordenava esse programa em nível regional, politizava todas as suas ações, enquanto entidade mediadora dos movimentos



populares do campo. Podemos citar como grandes momentos da Educação Política algumas ações político-pedagógicas desse Serviço, a partir da segunda metade dos anos 80.

Participação nas campanhas salariais

O SAR, desde 1982, vem participando das Campanhas salariais dos canavieiros. No entanto, o seu envolvimento nessa área, nos anos 80, foi limitado, no que se refere ao processo político-pedagógico. Podemos verificar que o SAR ainda estava estudando a questão dos assalariados rurais. Vinha também realizando dias de estudos nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Goianinha e Canguaretama. Com a criação do pólo sindical da área canavieira, passou a fazer os encontros com os 13 sindicatos que faziam parte do mesmo. Nos anos posteriores (anos 90), iria participar mais efetivamente do projeto EDUCANA⁸², que iria através de um trabalho junto à FETARN e à Escola Quilombo dos Palmares – Recife-PE – fazer um trabalho de formação para o surgimento de novas lideranças sindicais.



Greve dos canavieiros – Destilaria Baía Formosa -1989.
Foto: Arquivo da FETARN.

⁸² O Projeto Educana era apoiado nos últimos anos de sua existência; era apoiado pela CESE (Coodenadoria Ecumênica de Serviço, com sede em Salvador –BA).



As mulheres trabalhadoras rurais

A partir de 1985, mediante uma necessidade das mulheres trabalhadoras rurais, o SAR realizou um estudo para conhecer a aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais específicos destas, nas áreas trabalhadas. Foi visto que nas suas atividades aumentava a cada dia a participação de mulheres nas reuniões. A partir daí, foram realizadas várias discussões nas quais foram definidas as seguintes prioridades: capacitação e formação da mulher; organização dos grupos; apoio sindicalização das mulheres⁸³; apoio à luta pela terra; articulação dos grupos em nível local e região.

Para desenvolver essas atividades, foram realizadas várias estratégias, entre as quais a *articulação com o MEB e Movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Brejo Paraibano, reuniões e dias de estudos etc.*⁸⁴ Vários subsídios foram elaborados sobre *A mulher e Constituinte; mulher e saúde; mulher e sindicato; a experiência do Brejo Paraibano, e a mulher e organização dos grupos.*⁸⁵



Encontro de mulheres trabalhadoras rurais do Estado do RN no Centro de Treinamento de

⁸³ As mulheres trabalhadoras rurais até então não eram sindicalizadas. Esta luta das mulheres ficou mais visível no Congresso da FETARN em 1979.

⁸⁴ Relatório de Atividades do SAR, 1988.

⁸⁵ Idem.



Articulação com entidades

A partir de meados dos anos 80, o SAR manteve um trabalho de articulação com diversas entidades, de cunho pastoral, sindical e de assessoria, que trabalham no campo e/ou são comprometidas com o processo de luta e organização das classes trabalhadoras. Essa articulação teve um papel relevante no processo de organização dos trabalhadores rurais, seja nas lutas gerais ou nas específicas.

- NO CAMPO PASTORAL: Com a Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP), Comissão Pastoral da Terra (CPT-Oeste/RN) e CPT-NE, em nível regional; Pastoral Operária, Zonais, paróquias, Comissão de Justiça e Paz de Mossoró e Macau, MEB⁸⁶-Mossoró, Projetos Alternativos, ACR.
- NO CAMPO SINDICAL: Com a Comissão Estadual de Áreas de Conflitos e assentamentos do RN, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Central Única dos Trabalhadores, Pólo Sindical da Área Canavieira.
- NO CAMPO DE ASSESSORIA: CENAP, FASE, Escola Quilombo dos Palmares (todas do Recife-PE) e UFRN (Projeto A Problemática da Seca no NE e Departamento de Serviço Social).

A Romaria da Terra

⁸⁶ O MEB de Natal, depois de uma avaliação do Clero, fechou as portas em 1987. Para Dom Nivaldo Monte, responsável pelo mesmo em Natal, informou na época que esta entidade já tinha cumprido a sua missão na Arquidiocese.



As Romarias da Terra na segunda metade dos anos 80, espalharam-se por todo o País.

Nessas Romarias são cultivados o profano e o sagrado, a missa e o ato público. É a Igreja, com sua estrutura pastoral, agregando vários grupos da sociedade civil para a sua realização. É representação de uma articulação entre o terreno e o sobrenatural nas áreas onde



1ª Romaria da Terra em Touros – 18 de dezembro de 1988. Foto: SAR

existem grandes conflitos da luta pela terra. Em 18 de dezembro de 1988, o SAR realizou a 1ª Romaria da Terra em Touros-RN, com o tema *Terra de todos, vontade de Deus*. Esse momento significou um compromisso com a fé e com a luta dos camponeses. Para a Igreja, a Romaria da Terra é a celebração da vida e, ao mesmo tempo, um protesto contra as condições de vida. Para a Entidade, esta era uma experiência nova, mas que contribuía também para repensar a prática. Não apenas de *um repensar* sobre a prática coletiva, mas de uma reflexão a partir da vida de cada romeiro. Conforme Barreira⁸⁷ (1993), *a romaria da terra traz o repensar sobre o conjunto de reflexões que articulam as dimensões de fé e política, na expressão dos movimentos sociais*.

Essa romaria foi uma forma de a Arquidiocese de Natal divulgar para o conjunto maior da população as ocorrências da luta pela terra. Ela constituiu-se num momento particular de geração de visão de mundo para a população, onde são difundidos princípios, como “A terra é dom de Deus. Dom que Deus deu ao homem”. É também momento no qual o povo renova compromisso de Fé com a luta pela terra, denuncia a prática de violência contra as famílias que resistem e ocupam a terra para produzir.

⁸⁷ Citado por SILVA, Paulo R. Palhano. Novo momento na luta pela terra. Quando o patrão sai de cena. Natal: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1995.



É importante verificar o processo de organização das romarias, onde são realizados seminários para escolha do assunto a ser abordado, local, como atingir o maior número de pessoas, cartazes, reuniões nas comunidades como o primeiro passo de toda essa preparação. A romaria se constituía também num espaço de aprendizagem no campo da organização. Um fator significativo que podemos observar é o trabalho de prevenção contra as ações dos grileiros, pois alertam as populações para que tomem cuidado para não serem atingidas pelas grilagens e outros tipos de violências (PALHANO, 1995).



CAPÍTULO 3

AÇÕES E APRENDIZAGENS DO SUJEITO



3.1. Algumas reflexões sobre a metodologia

Uma das grandes questões que esse processo educativo coloca é a mudança das estratégias desse trabalho. É importante verificar que tratamos essas ações da entidade dentro da Igreja enquanto instituição. Não é apenas a conjuntura que determina as mudanças na Igreja, mas um movimento secular de lutas internas à instituição, em função da adequação de sua doutrina aos novos desafios do mundo. Chama-nos a atenção que as Igrejas Católicas da América Latina dão os passos fundamentais para surgirem os fundamentos de uma nova teologia: a teologia da libertação. Ela vai possibilitar a ampliação da dimensão do trabalho do SAR e de outras pastorais populares. Ressalta-se que a teologia da libertação surgiu de um esforço original de setores populares da Igreja latino-americana, os quais foram definindo suas prioridades para os pobres e oprimidos numa perspectiva libertadora.

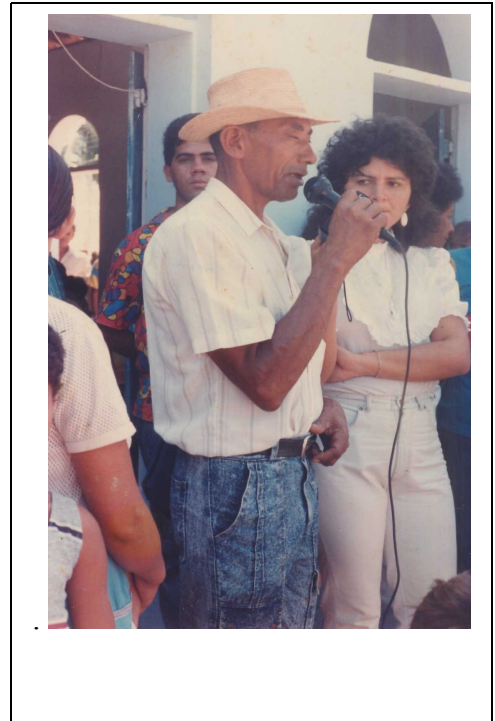
Recordamos aqui que, no final dos anos 70 (1978/1979) a Arquidiocese de Natal define como objetivo geral do XVI Plano Pastoral de Conjunto a opção por uma evangelização libertadora. Segundo o documento: *nossa época se caracteriza por uma tomada de consciência da dignidade da pessoa humana, de seus direitos fundamentais e de uma crescente personalização do homem. Esse Plano, respaldado em documentos da Igreja, define que o homem se promove à medida que toma consciência de sua dignidade; conhece e transforma o universo de um modo personalizante e participa responsabilmente na orientação a imprimir à sua vida e ao destino da comunidade a que pertence. Essa Assembléia Pastoral definiu também que é no âmago da realidade concreta e existencial de cada pessoa e das pessoas interligadas em grupos e comunidades que se põe a ação pedagógica da Igreja,*



sob a forma de *evangelização libertadora*. O documento da XXIX Assembléia Pastoral da Arquidiocese de Natal realizada em 30 de dezembro de 1968, diz:

(...) A igreja se faz presente na defesa e na promoção da dignidade na linha de sua missão ou não pode deixar de considerar o homem na integridade de seu ser. (...) A missão evangelizadora da Igreja possui como parte indispensável a ação pela justiça e as tarefas de promoção do homem.

Anterior a essas posições tomada pela Igreja de Natal e ainda no contexto da ditadura militar, o SAR (1968-1978) trabalhou muito atrelado ao governo do Estado no Rio Grande do Norte. Quase todas as suas ações eram desenvolvidas junto a um órgão do governo. Por outro lado havia, na Arquidiocese, um movimento que era mais autônomo em relação a Igreja, como é o caso do movimento da Animação dos Cristãos no meio Rural - ACR. Foi esse movimento que começou a demandar ações mais voltadas para a questão agrária, uma vez que sua coordenação era dos próprios trabalhadores rurais que estavam enfrentando situações de



grilagens de suas terras. A partir dos anos 1970, algumas pastorais tomaram contato com as obras de Paulo Freire e os teólogos da libertação, aperfeiçoando suas análises da realidade, seus métodos, sua pedagogia, ajudados por alguns sacerdotes. Nesse sentido, junto a outros fatores de crise interna na equipe, criaram as condições necessárias para a construção de novas formas de ação no campo. Aos poucos, vai deixando o trabalho de saúde, construções de casas, à medida que vai sendo construída uma nova concepção de trabalho.

Este processo de emersão política dos trabalhadores rurais teve como uma das causas principais a ação educativa da Igreja, do Movimento Sindical e de outras entidades da sociedade civil, como vimos nos capítulos



anteriores. As ações do SAR foram propiciadoras de um trabalho de reflexão e elaboração cultural através dos quais as carências e necessidades foram sendo percebidas e apreendidas como injustas e transformadas em direitos.

Como a ACR, a equipe técnica do SAR vai entrando também em contato com as obras de Paulo Freire, uma vez que parte das pessoas que foram entrando na instituição já trabalhava a pedagogia do oprimido na Pastoral de Juventude. Os dias de Estudo para a capacitação da equipe técnica vão possibilitando que se pense sobre as ações da equipe técnica na realidade.

Passou a se levar em conta, partindo de alguns estudos, a divisão do trabalho intelectual (decisão) e trabalho manual (execução) e seu desdobramento na divisão de classes dominantes e classes dominadas. Esse passou a ser o pano de fundo de todo o trabalho popular da Entidade. A linha de trabalho passou a reforçar a posição dos trabalhadores rurais (seu saber e seu poder). Passa-se, então, a trabalhar numa concepção de que a existência e a consciência dos camponeses não são simplesmente a de seus dominadores. Os camponeses têm uma existência e consciência própria, porém dominadas, reprimidas, controladas de fora e de dentro (introjeção) justamente pelas classes dominantes.

Nos estudos da equipe técnica, tinha-se a oportunidade de ver que, num mundo onde as classes dominantes impõem seus valores, era necessário guardar todos os valores humanos e culturais que são úteis para a luta dos trabalhadores. Esses valores só podem ser vistos num processo contínuo, a partir de uma auto-avaliação do sujeito individual e, numa avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos. Só com a inserção de cada um na realidade e através de ações, é que pode surgir uma consciência crítica e ética.

Nessas ações político-educativas da Entidade podemos perceber uma preocupação em não levar um saber já pronto e acabado, mas levar propostas de trabalho, podendo ser modificadas. Há todo um processo de



preparação das propostas de trabalho. Nem sempre o que é construído com as lideranças, corresponde às necessidades dos sujeitos coletivos. Nesse sentido, um dos avanços neste processo educativo foi a necessidade de se perceber a importância da mediação entre o que se discutia como estratégia de ação e como ela se dava na prática. Daí, a importância do diálogo. Para Freire, o diálogo possibilita a transição de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, aumentando o poder de *dialogação* do homem com outros homens e com o mundo. Mas o que Freire caracteriza como diálogo não é uma técnica para conseguir participação das pessoas, nem uma tática para conquistá-las aos nossos interesses. O diálogo é uma postura gnosiológica. Assumi-lo é estar convencido de uma particular visão dos homens como seres em comunicação, tendo a palavra como instrumento de transformação do mundo.

As ações político-educativas do SAR se aproximam mais dessa concepção. De acordo com as idéias de Freire, essas ações se apresentam fortemente influenciadas pela fenomenologia existencial, sendo assim, basicamente humanistas. Já o trabalho educativo dessa Entidade tinha como um de seus objetivos: promover a consciência crítica dos



Na foto, no sentido horário, Dom Costa, Natália, Marta Pernambuco, Cícero, Joscelito, Paulo, Socorro, Ilena, Ana – Avaliação das atividades com assessoria Externa. Foto: Arquivo do SAR.

trabalhadores rurais num processo *dialógico*, partindo das vivências dos sujeitos individuais e coletivos, nas quais equipe e trabalhadores estavam num processo permanente de conscientização. Podemos dizer que, de certa forma, o que mais influenciou as ações político-educativas desta Instituição nos anos 80 foi a adoção da concepção de diálogo de Paulo Freire. A práxis da equipe, a concepção contida nos documentos e, mesmo bebendo, em alguns momentos, em fontes do



marxismo, essa Entidade tinha como um dos princípios da ação educativa, a pedagogia do oprimido. Para Freire (1975),

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Inspirado na obra *Casa Grande e Senzala*, Freire (1994) fala sobre o aprendizado da rebeldia, herdado por certos movimentos sociais contemporâneos, como continuadores da cultura dos quilombos. Esse autor considera que o passado escravocrata deixou marcas profundas na sociedade brasileira, que perpassam as classes sociais dominantes e dominadas. Esse passado nos deixou, do ponto de vista das classes subalternas, alguns sinais positivos, como por exemplo, por parte dos escravos, uma cultura política de rebeldia, cheia de manhas e ambivalências, sob uma aparente “cultura do silêncio”. Freire (1994) também sugere que, por trás de atitudes de subalternidade dos oprimidos, pode estar gestando-se uma recusa aos valores esteriotipados, atribuídos pela ideologia das classes dominantes.

Abordando alguns aspectos nessa direção, Martins (1989) aponta a insuficiência teórica e a indigência política daqueles que proclamam a inutilidade da luta e resistência dos pobres da terra. Isso os leva a ter dificuldades para entender essa fala de espaços ocupados e silêncio, de reconhecimento da ruptura dos elos tradicionais que revestiam de reciprocidade moral a dominação do senhor e fazendeiro. Reciprocamente, escraviza não só o trabalhador, mas também as consciências, em nome de uma realidade sacralizadora da violência costumeira do latifúndio contra o agregado, o sitiante, o posseiro e, também, o índio e o negro, não lhes reconhecendo a condição de pessoas, degradando-se (MARTINS, 1989).



Nesse sentido, a *dimensão educativa*, a consciência gerada na participação em lutas e movimentos sociais, leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida dos subalternos da sociedade, tanto no passado como no presente. Tal conhecimento torna possível a identificação do ambiente construído como dimensão importante do cotidiano dos participantes, ou seja, do espaço gerado e apropriado pelas classes exploradas na luta cotidiana.

Nas ações educativas desse Serviço da Igreja, a formação se dava através de uma contínua avaliação das atividades. Nesse processo educativo a transição para a consciência crítica se dava à medida que os envolvidos nas ações se convenciam da importância de uma luta em que os mesmos estavam inseridos. Passavam a não aceitar as condições de submissão, pobreza, expulsão dos trabalhadores da terra, fome, sindicatos conluiados com os proprietários de terra, como uma coisa natural. Passava-se a ter uma noção de que o problema estava na lógica da sociedade e das classes dominantes que a mantêm. Mas, que havia também no oprimido, um opressor em potencial. Alguns acontecimentos desse tipo ocorreram no movimento sindical, onde se desenvolvia todo um processo de formação de lideranças para assumirem as diretorias dessas entidades. Uma vez eleitos, os dirigentes passavam a ter comportamentos semelhantes aos opressores dos trabalhadores, como por exemplo: a centralização das informações, desvio de dinheiro dos associados e acordos com os proprietários de terra.

Situações desse tipo ocorreram em diversas localidades e tornaram-se temas de discussão no grande eixo de ação dessa Entidade: o Programa de Educação Política. Nas discussões, chegava-se a conclusões comprobatórias de que nem sempre, quando se descobre que é um ser oprimido, rompe-se com a lógica do ser opressor. Não basta descobrir que se é oprimido. É necessário transformar essa descoberta em atitudes de indignação, através de ações transformadoras dessa situação. Nesse sentido, é no fazer concreto, na intervenção no real onde o sujeito se defronta com a insuficiência do seu saber e pode buscar a sua superação. Há, nesse processo, um desequilíbrio entre o já



estruturado no processo de aprendizagem e a necessidade de superar os obstáculos do conhecimento já estruturado que não consegue suprir.

As ações político-educativas do SAR geravam uma ação-reflexão-ação, tendo sempre em vista a superação, a transformação da situação anterior. O grande desafio era fazer com que essa ação-reflexão-ação fosse, de fato, uma nova ação. Nesse processo, o ato de aprender é coletivo, por inserir o sujeito aprendiz em sua realidade, por enfatizar a práxis como alimentadora do conhecer e por entender o conhecer como um processo de aproximação crítica da consciência (AMARAL, 2003).

Para trabalhar numa área, essa Entidade procurava fazer um diagnóstico da realidade das localidades onde pretendia atuar. As prioridades, as lutas a serem travadas quase sempre partiam das demandas dos trabalhadores rurais. As suas ações não eram espontaneístas. Partia-se sempre de um conhecimento prévio dos problemas enfrentados pelos trabalhadores. No entanto, era no dia-a-dia que as ações iam tomando formas mais sistematizadas. Muitas vezes, o processo de



Da esquerda para a direita, no sentido horário: Dom Costa, Geilsa, Paulo (de óculos), Cícero,

organização de uma luta tomava um rumo distinto do que era planejado pela equipe técnica e trabalhadores rurais. As atividades planejadas, visando atingir determinado objetivo, muitas vezes desembocavam em resultados imprevisíveis, desafiando os grupos a repensarem suas ações. Havia sempre um espaço para avaliar o porquê de determinado resultado. Esses espaços constituídos, ou em processo de construção, garantiam a participação dos trabalhadores rurais nas



discussões sobre essas ações e seus desdobramentos; possibilitavam oportunidades para a inserção destes nas discussões cruciais da localidade e das grandes questões que estavam ocorrendo no País.

A equipe do SAR definiu como foco fundamental para implementar suas ações três grandes áreas diferentes no Estado do RN: São Rafael, no Vale do Assu; Touros, Pureza, Rio do Fogo (Maxaranguape) na região do Mato Grande; Assalariados da Cana. Essas áreas, onde todo o processo educativo se desenvolveu, foram definidas nos anos 80. O grande desafio era como adequar as ações às condições históricas, realizando o possível de hoje, para que se pudesse viabilizar amanhã o impossível de hoje. Num processo de diálogo, a equipe procurava descobrir os procedimentos mais eficientes, em cada circunstância, a fim de ajudar as classes dominadas a superar os níveis de consciência ingênua para uma consciência mais crítica. Isso significa que fossem cada vez mais se apropriando de práticas transformadoras da realidade. Acreditava-se que as ações desenvolvidas apresentavam oportunidades de preparação para um novo tipo de cultura política, que demanda uma constante comunhão entre as lideranças e as massas populares. Um outro aspecto importante desse processo educativo é a idéia de que os trabalhadores apreendessem, a partir da inserção nas ações, que a realidade está sempre em movimento. Dessa forma, foram sendo criadas as condições para que se desenvolvessem nos sujeitos a capacidade de dialogar, de comunicar-se, de submeter a sua prática a uma constante reflexão crítica, levando a um contexto teórico, no qual analisavam os acontecimentos que estavam vivendo e planejavam as ações e tarefas de cada um. Esse processo vivenciado pela equipe criou uma identidade própria, a partir das situações vivenciadas nas ações comuns, tidas como impulsionadoras de mudanças.

A dinâmica de trabalho da equipe possibilitava os saberes necessários a uma prática educativa libertadora, à medida que iam colocando novos modos de pensar e fazer norteadores, não apenas das lutas sociais, mas da produção de uma existência humana, mais digna e solidária.



Esse processo de aprendizagem mútua entre os membros da equipe se constituía como um modo de vida, uma práxis social, sintetizando a reflexão, a ação de decidir e a ação transformadora. Não podia ser deixada para depois, ou para determinados momentos formais; tinha que se fazer experiência vital de todos os dias em todas as horas (ALBUQUERQUE, 2001).

Havia os limites da Igreja Instituição. Nos relatórios anuais, podemos verificar que nem sempre os mesmos expressavam a riqueza das discussões na equipe. Havia uma preocupação em não queimar etapas do processo, como podemos ver no texto do relatório anual de 1981:

(...) Uma tônica forte em todo trabalho é o pequeno grupo em função da comunidade. As discussões são feitas em grupos a partir dos problemas, das situações concretas, procurando-se levar o grupo a ver o problema num contexto mais amplo, mais abrangente (...) da comunidade, do município, do Estado, do País e do mundo. Há também uma preocupação de mostrar que não se pode resolver o problema, de maneira isolada, mas, à medida que o trabalhador rural se une e se organiza através dos pequenos grupos em suas comunidades e de suas entidades de classe.

A metodologia para a construção de consciências críticas alimentava o sonho de que era possível viver num mundo diferente daquele de opressão, de divisões, de morte, de ser, de certa forma, mero instrumento da lógica das elites dominantes. Por trás dessa concepção, estavam as ações que se desdobravam em vitórias e derrotas. Podemos ver, nos documentos e nos depoimentos de pessoas da equipe técnica, que as derrotas eram trabalhadas como uma lição para as lutas. Vários trabalhadores que participaram dessas ações se integraram às políticas locais, passando a tratar os seus antigos companheiros de luta como adversários. É importante ressaltar que essas ações educativas procuravam despertar os trabalhadores para a organização em suas entidades de classe e partidos políticos.

A equipe técnica não tinha respostas prontas para os problemas sociais dos trabalhadores, mas acreditava no trabalho coletivo como



contribuição, para que os trabalhadores se apropriassem de alguns instrumentos que permitissem, dentro do possível, uma compreensão mais crítica da realidade e estimulassem a criação de outros. A própria forma de estar discutindo seus instrumentos de ação, interna e externamente, levava a equipe, mesmo com as diferentes formas de entendimento e da dimensão dos temas discutidos, socializar com os trabalhadores esse não acomodamento, após as conquistas ou derrotas nas lutas.

Uma das integrantes da equipe, Antônia Maria, descreve esse processo de trabalho da seguinte forma:

*Se houvesse impasses, coletivamente a gente tentava refletir e tomar algumas atitudes para superação daqueles impasses. Mas eu acho que o que marca assim a ação é...uma construção, né? Um diálogo (...) não existia verdades, **mas a gente ia tentando construir a intervenção a partir do nosso olhar sobre essa intervenção. E um olhar que era muito tenso, compartilhado.**⁸⁸*

Esse depoimento nos dá uma idéia de que a equipe ia definindo suas atividades através de um processo dialógico, tenso, contraditório entre os sujeitos das ações que iam sendo desenvolvidas. Mesmo tendo como norte os Planos de Trabalho elaborados anualmente, procurava-se, dentro do possível, readequar as ações à dinâmica de cada um dos grupos ou entidades de representação então acompanhadas. Podemos ver que há, de fato, uma certa sintonia na fala de outros membros da equipe

*Nós tínhamos os grupos nas comunidades dos municípios do interior e desenvolvíamos diversas atividades. Nós tínhamos reuniões, tínhamos os dias de estudo que eram atividades formativas com conteúdos e uma metodologia organizada. Nós tínhamos os Encontros de Formação onde se reuniam lideranças de diversos municípios, diversas comunidades e sempre dentro daquela metodologia que a Igreja católica utilizou muito, que era o **VER, JULGAR e AGIR**, que era baseado um pouco naquela coisa da construção coletiva do saber, a partir do resgate do saber popular. Então, a gente sempre partia de uma análise da realidade, fazia um trabalho de reflexão sobre essa realidade e*

⁸⁸ Entrevista concedida por Antônia Maria de Albuquerque em maio de 2004.



tentava apontar alternativas de transformação da realidade. E esse trabalho todo, tinha uma articulação também com a Pastoral de Juventude do Meio Popular, com o Movimento Sindical, (...) com a Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR⁸⁹.

Embora não esteja explícito nesta fala, o método *Ver, Julgar e Agir* era muito mais utilizado nas atividades junto à Animação dos Cristãos no meio Rural – ACR, que continuava trabalhando o mesmo nas suas atividades. No caso do SAR, como já falamos anteriormente, esse método foi evoluindo à medida que a equipe técnica foi problematizando a sua metodologia de trabalho. O método, em alguns momentos na equipe, era encarado como um programa que tinha que ser seguido, tendo que dar conta dos desafios apresentados pela realidade. As compreensões dos objetivos a serem alcançados pela Entidade eram tensas, porque havia entendimentos diferenciados quanto à eficiência dos resultados dos Programas.

A angústia, em relação aos resultados das ações, ocorria porque a realidade era muito mais complexa do que os conhecimentos que as ações e reflexões produziam. No entanto, a permanente busca de soluções através das ações, configurava um espaço de aprofundamento dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos. Nesse sentido, parece-nos que a metodologia ia sendo construída de acordo com a caminhada dos sujeitos individuais e coletivos. Cada ação da Entidade criava uma expectativa nos membros da equipe técnica quanto aos seus resultados. A reflexão sobre a prática anterior da equipe levava a uma síntese entre o conhecimento anterior e o novo, produzido através do diálogo com os trabalhadores.

Esses depoimentos apresentam alguns elementos do processo político-pedagógico das ações dessa Instituição e da sua metodologia. A construção dos planejamentos das atividades se dava num processo permanente de diálogo, a partir das experiências, à luz da realidade captada pelos sujeitos desse processo. Conforme Antônia Maria, o conhecimento da realidade era construído num processo tenso. Muitas vezes, o conhecimento advindo da

⁸⁹ Entrevista concedida por Joscelito C. Martins, em maio de 2004.



pluralidade de experiências individuais e coletivas criava novas possibilidades de ações junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Isso só era possível em decorrência de um intenso processo de problematização das ações, num permanente diálogo com os grupos, entidades de representação e os movimentos sociais.

Esse trabalho tinha como suporte um processo dinâmico sobre o conhecimento da realidade. Embora, nas duas últimas décadas do século passado (anos 80 e 90), a equipe tenha avaliado que estava desenvolvendo um trabalho de “bombeiro”, podemos verificar que havia uma ansiedade em relação aos resultados que o trabalho deveria reproduzir. Nesse sentido, havia, também, uma expectativa a partir do trabalho desenvolvido por parte da equipe técnica. Podemos ver isso na fala de Antonia, quando diz:

Eu acho assim que era um processo rico. (...) Eu encontrei (...) uma trabalhadora que disse bem assim: (...) Aquele tempo era muito bom, era tanta coisa que a gente fazia, tanto Encontro, tanto estudo e hoje a gente está colhendo os frutos. Achei super interessante o que ela disse. Quer dizer são (...) duas décadas e mais um pouquinho (...) e (...) você encontra alguém que foi de grupo de base alguns anos atrás que chega pra você e diz (...) hoje a gente tá colhendo frutos. Aí ela começa a citar o fortalecimento das lutas (...) as conquistas dos trabalhadores(...).⁹⁰

O processo educativo não produz resultados imediatos. Por isso, a relação entre os trabalhadores, construída nas lutas sociais, vai criando identidades e mudando a cultura política dos grupos, das comunidades, das classes dominadas, que se reconhecem enquanto classes no processo das lutas. A cultura, que é também produzida socialmente, vai introduzindo elementos de rupturas, nem sempre percebidas de forma imediata por um grupo, comunidade, sindicato dos trabalhadores rurais etc.

Embora alguns membros da equipe se angustiassem com os resultados do processo de conscientização, as ações desse Serviço da Igreja

⁹⁰ Entrevista concedida por Antônia Maria, em maio de 2005.



Católica procurava promover mudanças na cultura política dos trabalhadores, inclusive da própria equipe, quando fazia uma auto-avaliação das suas práticas. Embora os membros de assessoria dessa Entidade tivessem um nível diferente de criticidade das lideranças camponesas, estavam permanentemente buscando, através de um diálogo interno, o máximo de consciência possível, numa perspectiva de ação cultural libertadora. Esta ação, como diz Freire (1976), se caracteriza pelo diálogo. Enquanto assessoria, o SAR procurava uma permanente comunhão nas ações com as classes dominadas. Na prática dessa comunhão, a conscientização poderia ir alcançando níveis mais altos. Era a experiência da equipe dialogando com a experiência dos trabalhadores rurais nos seus espaços de representação.

A experiência político-educativa do SAR direcionou-se no sentido de priorizar sua ação educativa, para: a) contribuir para o fortalecimento da organização das categorias oprimidas no campo; b) apoiar a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso e permanência na terra; c) contribuir para a organização dos trabalhadores rurais, para a conquista e/ou fortalecimento dos sindicatos, a fim de que estes pudessem criar uma autonomia, conforme os objetivos do Programa de Educação Política.

Um dos resultados das ações dessa Entidade da Igreja Católica foi a sua contribuição para o rompimento de alguns elos de sujeição dos trabalhadores rurais. É evidente que a expansão capitalista no campo elevou os níveis de exploração e marginalização social, colocando outros desafios político-organizativos em relação às experiências das lutas que foram ficando para trás.

Não podemos ver, nos relatórios e falas dos atores toda a riqueza do trabalho desenvolvido. Mas ao sistematizarmos esse estudo, tendo como foco as ações político-pedagógicas verificamos que a equipe reelaborou, na sua práxis, uma concepção de Educação Popular que contribuiu para aumentar a consciência crítica dos trabalhadores. A formação de uma consciência crítica para



a transformação da realidade em que os sujeitos são subjulgados, não apenas enquanto classe, mas enquanto indivíduos, era uma das prioridades que estavam sempre presentes nessas ações educativas.

Nesse sentido, entendemos que a importância da experiência na trajetória das lutas sociais dos trabalhadores rurais engendra um processo de aprendizagem na construção de novas formas de sociabilidade. A formação dos grupos e lideranças em torno de interesses semelhantes, o levantamento dos problemas comuns e suas possíveis causas, a elaboração de propostas de ações e seus desdobramentos possibilitavam as mais diferentes formas de lutas, capacitando os trabalhadores para uma intervenção mais crítica na realidade, visando encontrar as soluções adequadas para os seus problemas.

A identidade dos grupos frente a um problema maior que os une não é algo dado, mas expressa um processo em curso, dinâmico. O elemento interno mais importante para explicar como as diferenças se compõem numa identidade é a noção de experiência. Entendemos que a experiência faz parte do universo do saber. A troca de experiências, um instrumento importante no trabalho da equipe técnica, constitui um ponto



8º Encontro das áreas de assentamento do Rio Grande do Norte – Centro de Treinamento de Ponta Negra – 1990. Foto: Arquivo do SAR.

fundamental para socialização das informações, confronta as diferenças e possibilita o surgimento da identidade, através de direções e sentido comuns às lutas, portanto, vai construindo uma identidade de objetivos e ações. Portanto, o diálogo entre várias experiências pode possibilitar um salto maior de consciência sobre a realidade em que se está inserido. Podemos dizer, de certa forma, que a



experiência gera métodos de trabalho que a une a outras experiências semelhantes, a partir do reconhecimento dos resultados obtidos por outros grupos.

Como vimos anteriormente, vários autores sugerem, pontuam, analisam como processos educativos os movimentos sociais e outras formas organizativas dos movimentos populares nas várias formas das lutas sociais de cunho emancipatório. A maioria dos autores mobilizados neste diálogo contemplam aportes teóricos que concebem a ação, a experiência como o fator fundamental dos processos pedagógicos, nos contextos da ação de emancipação dos setores explorados e oprimidos da sociedade. Mesmo com um enfoque geral diferente do exposto até agora, Piaget (1973), lembra que todo o conhecimento tem como base a experiência; que toda aprendizagem tem como base a atividade pensante do sujeito; que só com base na ação ela pode ser modificada, mediante a reflexividade inerente do ser humano.

Nesse sentido, um indivíduo só pode absorver uma experiência mudando-a, de modo que ela se ajuste ao seu modelo de mundo (assimilação), ao mesmo tempo em que ela muda o seu modelo mental (acomodação). Esse processo só ocorre se uma nova experiência tiver significação para o sujeito da aprendizagem; se mexer com suas atuais estruturas mentais, se desequilibrar o seu atual estágio de consciência, implicando uma busca de energias e esquemas de ajustamento do passado com o presente, de forma que se constitua um novo equilíbrio entre o indivíduo da experiência e o meio, entre o sujeito e o objeto da ação, entre assimilação e acomodação (adaptação).

Portanto, a aprendizagem⁹¹ só ocorre quando a nova experiência está significativamente relacionada às experiências que o indivíduo já compreende para ajustá-las ao novo como uma espécie de insight, de descoberta, que vai despertando a curiosidade e a engenhosidade própria do ser humano. Como toda aprendizagem é um processo relacional, cooperativo, envolvem-se

⁹¹ Quando falamos de *aprendizagem*, falamos, conforme Paulo Freire, de indicativos que mostram as condições através das quais o sujeito apreende, numa visão geral do processo educativo.



grupo ou os diversos sujeitos implicados na resolução de problemas, de situações-problemas que afetam o grupo social; os movimentos e lutas sociais, como apontam diversos autores, tornam-se espaço, por excelência, de aprendizagem, de ressocialização.

Na *dimensão da organização* desse processo educativo, a consciência é adquirida processualmente pela via de conhecimentos sobre as condições de opressão das classes subalternas, das causas pelas quais se luta ou se deve lutar. Implica um intenso trabalho de ativistas e assessores, de grupos e instituições técnicas, políticas e religiosas, considerado, como vimos anteriormente, como fundamental na elaboração cultural de demandas em direitos. Esse aprendizado é constituído a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona o sindicato, quais os procedimentos para se ter acesso aos órgãos públicos, quem administra ou que agentes administram tal bem público (podemos ver isto no Programa de Educação Política do Regional Nordeste II).⁹²

Portanto, essa prática educativo-crítica possibilita aos protagonistas da luta o acesso e apropriação de informações, conhecimento sobre engrenagens técnicas burocráticas e a identificação dos interesses envolvidos nos conflitos de terra e do aparato estatal. A identificação dos interesses opostos é outra dimensão dessa pedagogia e que se dá como processo interno à prática social dos trabalhadores, como fruto de acúmulo das experiências que vão sendo engendradas.

Quando o trabalhador rural José Epifânio, do município de Touros, dizia, num ato público contra uma intervenção no sindicato, que *a Lei é como uma bola de cera, dependendo de quem esteja no poder, faz dela o boneco que quiser*, é porque ele estava vivendo um processo no qual tudo indicava que a

⁹² O Regional Nordeste II é composto pelos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Vários grupos de trabalhadores ligados às pastorais participavam dos Encontros Regionais, onde se tiravam indicativos de ações para os mesmos. O Programa de Educação Política era presidido pelo Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Natal, Dom Antônio Soares Costa.



mesma estava sendo manipulada pelo poder local. Essa percepção não é puro discurso de quem fala algo por dizer. É a descoberta de quem vê o seu sindicato usurpado por quem quer enfraquecer as suas lutas, de quem usa a Lei para fazer valer o seu poder de expulsar os trabalhadores da terra. O ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim de Angicos, Paulo Bento Rodrigues, expressa, numa entrevista dada ao Boletim Disparada, um sentimento semelhante, quando fala sobre a Reforma Agrária: *se a gente não quebrar essa estrutura do País, ela (a reforma agrária) jamais virá. A reforma agrária até hoje não passou de um sonho e (...) devemos lutar para que esse sonho se transforme em realidade.* As falas de José Epifânio e Paulo Bento representa um sentimento coletivo apreendido através de uma experiência educativa crítica.

A trabalhadora rural Maria das Neves (Nevinha), do município de Pureza, quando entrevistada pelo Boletim Disparada, procura dar visibilidade a situação da mulher trabalhadora rural no seu município:

O que aparece é emprego em casa de farinha, mas só existem três vagas para mulher. Na plantação da cana só admitem até dez mulheres. Na cidade (Pureza) só existem nove professoras. As que são donas-de-casa são na maioria maltratadas pelos maridos. Em casa, tomam conta de tudo, e o seu trabalho não é reconhecido.⁹³

Podemos ver essa reflexão, também, na fala de outros trabalhadores sobre a sua participação na política como é o caso de José Expedito da Silva⁹⁴, quando diz: *achei que era a hora da classe trabalhadora participar da política partidária. Antes a gente não participava e achava que deveria participar com o voto.* Já o trabalhador rural de Pureza, Manoel Ramos do

⁹³ Entrevista concedida ao jornal DISPARADA, Nº 01, novembro/dezembro de 1979. Maria das Neves é trabalhadora rural do município de Pureza/RN.

⁹⁴ José Expedito fez um trabalho de oposição sindical no município de São Tomé, ganhando o sindicato depois de um intenso trabalho de base nas comunidades. Posteriormente foi eleito vereador pelo PMDB. No entanto, filiou-se ao PT quando era secretário da FETARN. Entrevista concedida ao DISPARADA em agosto/setembro de 1982.



Nascimento⁹⁵ expressa assim o seu engajamento na política: *Eu resolvi participar da política partidária, antes mesmo de ser candidato. Eu já fazia a conscientização política, através de reuniões nas bases com as pessoas. O povo me escolheu para ser candidato a prefeito.*

Havia outros trabalhadores que se conscientizava da importância do espaço da política, como José Justino, do município de Ielmo Marinho que diz:

Eu dou a minha participação, conversando, esclarecendo meus companheiros, as pessoas sobre o que realmente é política, porque ainda tem muita gente enganada, sem saber o que fez com seu voto. Porque ele não deve ser dado por nenhum laço de amizade, dinheiro, nada. O voto é um compromisso muito sério, e todo mundo deve ter consciência disso; houve tempos em que o voto servia apenas para fazer o jogo da riqueza e da permanência no poder.⁹⁶

Na organização das oposições sindicais, por exemplo, uma das razões que fizeram com que os trabalhadores visualizassem os limites dos STR e da FETARN, além da experiência das lideranças, foi o número crescente de conflitos de terra, que, muitas vezes, exigia a mediação das entidades. As lideranças sindicais mais atuantes foram percebendo esses limites e começaram a produzir uma prática sindical, que viria a ser chamada de *oposição sindical dos trabalhadores rurais*, a partir da experiência que foi sendo forjada na luta, nos confrontos, nos encontros e reuniões. Podemos perceber isso no depoimento de Damião de França:

Essa idéia de oposição sindical (...) se deu na medida em que a gente ia se reunindo, participando de encontro. A gente ia discutindo e vendo as necessidades, vendo as falhas. (...) Eu lembro que houve o primeiro passo para a oposição quando a Federação vinha com as mesmas pessoas na diretoria há muito tempo.⁹⁷

⁹⁵ Manoel Ramos foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pureza e candidato a prefeito deste município em 1982, pelo PT.

⁹⁶ José Justino foi presidente do Sindicato do município de Ielmo Marinho-RN. Entrevista concedida ao DISPARADA em abril/maio de 1982

⁹⁷ Entrevista concedida por Damião de França, em janeiro de 1991.



A educação, enquanto processo, ocupa um lugar central na construção de uma noção coletiva de cidadania. Essa cidadania coletiva demarca a ruptura com posturas tradicionais, baseadas em particularismos e promessas aos demandantes de bens públicos. Por isso mesmo, ela constitui novos sujeitos portadores de identidades positivas, em reação e rejeição a identidades estereotipadas e introjetadas na consciência coletiva.

Em relação à dimensão *da prática política*, o exercício da prática cotidiana leva ao aumento de experiência, onde a vivência no passado e no presente assume importância na construção do futuro. Assim, experiências vivenciadas no passado, opressão, negação de direitos, ciclos de mobilização etc, são resgatadas na memória coletiva do grupo social, de forma a oferecer elementos para a leitura do presente. Conforme Thompson (1979), a fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada. Sobretudo, aprende-se a não ter medo e superar tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível; aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em espaços e momentos adequados; aprende-se a calar e a se resignar, quando as circunstâncias são, por demais, adversas. Aprende-se, ainda, a criar códigos específicos para solidificar mensagens e bandeiras de luta, como músicas e folhetins, a elaborar discursos e práticas, conforme situações e problemas vivenciados. Sobretudo, aprende-se a não abrir mão de determinados princípios que balizam certas posturas e interesses tidos como seus e legítimos.

Compreender o universo do trabalhador rural implica uma aprendizagem do seu mundo cotidiano, do significado dos gestos e as formas de solidariedade entre estes. Quando organizados e fortalecidos coletivamente, as possibilidades e alternativas de lutas são as mais diversas possíveis (resistência na terra, organização das mulheres, ocupação de terras, participação na política etc).



Nesse sentido, são elaboradas estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, face aos agentes com os quais o grupo social se defronta. Com isso, há uma identificação dos processos de ocultamento das diferenças sociais e os distintos interesses de classe. Assim, essa dimensão educativa das lutas sociais dos trabalhadores ajuda a observarmos que certas atitudes, consideradas conservadoras por analistas pretenciosamente revolucionários, nada mais são do que parte do processo pedagógico vivenciado pelos trabalhadores e entidades de apoio às lutas.

Dessa forma, a *dimensão educativa*, a consciência gerada na participação em lutas e movimentos sociais leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida dos subalternos da sociedade, tanto no passado como no presente. Tal conhecimento torna possível a identificação do ambiente construído como dimensão importante do cotidiano dos participantes, ou seja, do espaço gerado e apropriado pelos oprimidos na luta cotidiana. Reuniões, Dias de Estudo, Encontros e seminários são momentos importantes para a construção de uma visão que dimensiona a historicidade dos problemas.

Junto à dimensão cultural, a dimensão espaço-temporal possibilita a articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado. Assim, as categorias tempo e espaço são importantes no imaginário popular. No meio rural, as datas, as festas religiosas, os espaços comunitários “da roça”, a própria unidade doméstica são representações fortes na mentalidade das populações do campo. Espaço e tempo têm essa propriedade, à medida que são constituintes do universo de referência do cotidiano vivido. O cotidiano do mundo vivido é entendido aqui como um conceito que abrange os objetos simbólicos que produzimos enquanto falamos e agimos. Diz respeito a três aspectos da realidade social e a sua produção cultural: a) *cultura* (base dos saberes e conhecimentos do qual os participantes da interação extraem as suas interpretações e representações); b) *sociedade* (na qual se estruturam as ordens legítimas, através das quais os representantes de um contexto social definem seus laços de reciprocidade e solidariedade nos grupos, classes sociais); c)



política (que configura as competências que tornam um sujeito capaz de falar e agir, podendo participar de processos de lutas libertárias e afirmar a sua própria personalidade).

Nesse diálogo com membros da equipe técnica do SAR, trabalhadores rurais e alguns autores, chamaram a atenção para a questão pedagógica, na qual identificamos como orientações, procedimentos e instrumentos utilizados no processo de formação e aprendizagem dos trabalhadores. Há, entretanto, principalmente a partir dos anos 80, princípios de uma metodologia construída coletivamente, a partir de ações estratégicas, não tendo vez uma atuação com base exclusivamente em líderes⁹⁸. Quando se trata de expressão e autonomia dos grupos populares, trata-se, pois, de formas renovadas de educação popular. Havia uma preocupação com a auto-gestão dos grupos, com a continuidade da formação de novos dirigentes sindicais e novas lideranças. Nessa perspectiva, a prática pedagógica não trata só de um processo de aprendizagem individual, de politização dos protagonistas das lutas sociais, de desenvolvimento da consciência individual. A mudança mais importante que entidades sindicais, movimentos e lutas sociais podem operar é no plano coletivo. As práticas reivindicatórias são indicadoras de demandas e necessidades de mudanças, podendo reorientar as políticas e os governantes, em busca de legitimidade.

Num plano mais amplo, tais práticas influem, de certa forma, nas transformações das estruturas das máquinas burocráticas estatais e dos próprios movimentos organizados e entidades sindicais. Através de pressões e resistências, produzem-se efeitos que podem demarcar alterações nas relações entre os agentes envolvidos. Toda relação de caráter educativo tem na reciprocidade o seu efeito, tanto para os que criam demandas, quanto para os agentes governamentais e outros envolvidos.

⁹⁸ Podemos verificar na nossa pesquisa que essa Entidade sempre teve como uma de suas prioridades a formação de lideranças, para garantir uma melhor sistematização das ações desenvolvidas pelos trabalhadores. O que mudou entre os períodos 1950/1978 e 1979/1990 e que, neste último, passou-se a fazer um trabalho de formação apenas com os líderes e grupos dos movimentos sociais, conforme as especificidades. A formação deixou de ser generalizada.



Até aqui vimos que os movimentos e lutas sociais são, em si mesmos, processos de aprendizagem, no sentido de que é na experiência da luta enquanto práxis social, que os seus protagonistas se educam, educando. Entretanto, a demarcação de um processo educativo dessa dimensão não é uma tarefa fácil, embora contemplem metas e objetivos a serem perseguidos e conquistados, conteúdos e procedimentos a serem trabalhados, formas de ação e estratégias a serem experimentadas. Mas, se as lutas sociais acolhem um processo educativo auto-construído, o educativo surge de diferentes fontes e formas de saber.

Encontramos também na idéia de outros autores, a experiência como fator fundamental de aprendizagem dos movimentos de trabalhadores rurais e suas lutas sociais.

Grzybowski, por exemplo, considera que as próprias fragilidades, discursos, tensões desencontros motivados por diferentes orientações político-ideológicas e as próprias derrotas sofridas podem ser fatores de aprendizagem, já



Trabalhadores de São Rafael se mobilizam para denunciar a situação dos trabalhadores locais

que pontuam a história das lutas e dos próprios movimentos, mudando-os. O SAR, como uma entidade de assessoria e apoio às lutas dos trabalhadores rurais inclui-se nesse processo dinâmico enquanto uma entidade da Igreja Católica. Na verdade, conflitos e tensões são inerentes ao processo de aprendizagem, já que eles suscitam problemas a serem superados, o que implica a mobilização, pelos atores envolvidos, de energias e recursos cognitivos e morais para construir alternativas de superação.



Cada enfrentamento, cada resistência particular nas várias localidades partia de lideranças capazes de conduzir as lutas. Mas a resistência é coletiva. No entanto, algumas lideranças ficam encarregadas de fazer as mediações necessárias durante a luta. A trajetória de vida de algumas lideranças é reconhecidamente de grande experiência. Estas, quase sempre, com algumas exceções, migraram para outras regiões, trabalharam na capital do Estado ou foram para o Rio de Janeiro, São Paulo e voltaram de novo para o campo. Foi verificado na pesquisa que as grandes lideranças desse processo político educativo já tinham morado em outros estados. Possivelmente, a vivência desses trabalhadores em outras realidades acentuava o contraste entre a vida no campo e na cidade, facilitando para esses, uma compreensão maior da sua condição de explorado e oprimido. Alguns desses trabalhadores rurais foram cozinheiros, inspetor de colégio, pedreiro em grandes construções, vendedor ambulante entre outros. O fato de ter morado na cidade, numa realidade distinta da rural, não significa dizer que os mesmos já conseguem apreender a sua condição de oprimido de forma consciente e crítica.

No entanto, quando esses começam a participar das ações de um grupo, vivencia o diálogo entre diferentes visões de uma situação-problema, se destacam mais que outros que nunca saíram da localidade onde mora.

Temos um parâmetro para analisar o processo de educação do SAR, decorrente da sua inserção nas lutas dos trabalhadores oprimidos e explorados do campo. A realização das ações em um processo dialógico entre os diversos atores envolvidos, produzem novos conhecimentos sobre as causas pelas quais se luta ou se deve lutar. Esse empreendimento implica num intenso trabalho da equipe, dos grupos, assessores de outras instituições políticas e religiosas, tendo em vista o processo educativo e a elaboração cultural de demandas a serem conquistadas. O aprendizado é constituído a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona o sindicato, um órgão público, quais os procedimentos para se ter acesso, quem administra ou que



agentes administram tal bem público. Tal relação com a face do Privado e do Público é conflituosa, com avanços e recuos.

As ações educativas do SAR produziram significados no que diz respeito à organização das lutas, à formação dos sindicatos, à formação de lideranças e, sobretudo, criou possibilidades para que esses personagens saíssem do anonimato político. Podemos verificar que a pedagogia desse Serviço pastoral teve um papel relevante e reconhecido. Agiu como uma escola de formação de lideranças e de formação política de diversas categorias de trabalhadores do campo. Nesse processo, os movimentos sociais, em conjunto com o SAR, não deixaram de ter o seu papel pedagógico na formação de lideranças e na educação das camadas populares. Em frentes diversas cumpriram papeis educativos próximos.

Esse processo político-pedagógico não se deu apenas através de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como foi agregando e mobilizando as lutas pela sobrevivência, pela reforma agrária, organização sindical, melhor condições de vida e trabalho dos assalariados da cana, por escolas, habitação digna, crédito para os trabalhadores rurais. No nosso entender, essas ações revelam uma teoria e um fazer pedagógico centralizado nas lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Como diz Arroyo (2003), *a luta pela vida educa por ser o direito mais radical do ser humano*.

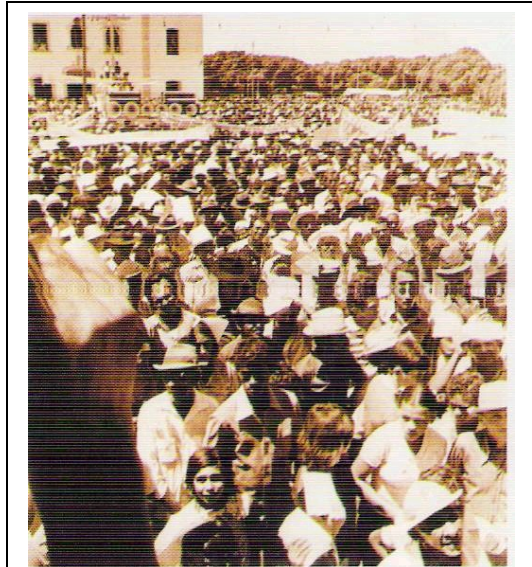
3.2. A colheita de alguns frutos

O processo político pedagógico do SAR, conforme a sua filosofia de trabalho, sofreu alterações durante toda a década de 80. Conforme os documentos analisados, sua metodologia se movimentava de acordo com a vida, com a realidade dos trabalhadores rurais. Estava presente, nas suas ações, a



indignação contra as atitudes de exclusão, violência, discriminação, o que tirava a vida dos trabalhadores rurais.

Podemos verificar que, nas ações dessa Entidade estava implícita uma utopia possível, a esperança de um mundo melhor para os trabalhadores rurais. Nos documentos, nas reuniões, mobilizações, grandes concentrações, manifestava-se a mística da busca de um Reino de Deus aqui na terra. Esse processo político-educativo, interno e externo a este Serviço da Igreja, não foi linear, mas havia uma determinação da equipe técnica em assumir valores e princípios de solidariedade nos processos de libertação das várias formas de opressão dos sujeitos



Mobilização dos trabalhadores no município de Açú contra a

individuais e coletivos. O fundamento de todo esse trabalho tem raízes no humanismo. Enquanto órgão da Igreja, trabalhava com os instrumentos próprios dessa instituição, mas era questionador também das relações de poder interno à Igreja, forçando, muitas vezes, o Clero a tomar posições mais significativas frente à situação de miséria, de exclusão, em que se encontravam milhões de famílias do campo.

Ao longo da história desse Serviço, podemos verificar que num espaço de contradições dentro da Igreja Católica, ele contribuiu para o despertar de consciências mais críticas e politizadas. Graças a um processo educativo construído a partir dos interesses dos grupos e movimentos sociais, dos conflitos e das lutas dos trabalhadores rurais, o SAR foi trabalhando a conscientização na perspectiva da transição de uma consciência ingênua para uma consciência crítica. Embora as idéias de Paulo Freire não aparecessem de forma explícita no



pensar da sua prática, havia elementos de sua pedagogia que se mesclavam no processo educativo desse Serviço da Igreja Católica.

Os sujeitos sociais em formação

Como vimos anteriormente, as experiências de educação popular, no campo não-formal, como é o caso dessa Instituição da Igreja Católica, demonstraram grande sensibilidade para captar a presença dos sujeitos. A literatura sobre educação popular, desde seu início nos anos 60, destaca a centralidade na ação educativa. Sujeitos em movimento, em ação, que vão sendo formados num processo onde diversos olhares se entrecruzam, ou seja, a educação como um processo de humanização, pedagogias em movimento.

Paulo Freire construiu sua reflexão e prática educativa, referida sempre aos movimentos de jovens, de trabalhadores e camponeses dos anos 60 e 70, os movimentos culturais e de libertação dos povos da África e da América Latina. O mais importante na pedagogia da prática da liberdade e do oprimido não é que ela desvia o foco da atenção pedagógica deste para aquele método, mas dos objetos e métodos, dos conteúdos e das instituições para os sujeitos. Freire não inventa metodologias para educar os adultos camponeses ou trabalhadores, nem os oprimidos e os excluídos. Mas nos reeduca na sensibilidade pedagógica, para captar os oprimidos e excluídos como sujeitos de educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura: sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados, em formação.

Não nos propõe como educá-los, mas como se educam; nem como ensinar-lhes, mas como aprendem; nem como socializá-los, mas como se



socializam, como se formam enquanto sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos, políticos que são. Como se capta que os camponeses são sujeitos pedagógicos? Estando atento a seus movimentos sociais e culturais, a suas práticas de liberdade e de recuperação da humanidade roubada, como Paulo Freire diz.

No processo das ações educativas do SAR, a formação se dava através de uma contínua avaliação das atividades. Nesse processo educativo, a consciência crítica se dava à medida que os envolvidos nas ações se convenciam da importância de uma luta em que os mesmos estavam inseridos. Assim passaram a não aceitar as condições de submissão, pobreza, expulsão dos trabalhadores da terra, fome, sindicatos atrelados aos proprietários de terra, como uma coisa natural. Passavam a ter uma noção de que o problema estava na lógica da sociedade e das classes dominantes que a mantêm. Mas que havia também no oprimido, um opressor em potencial. Alguns acontecimentos desse tipo aconteceram no movimento sindical, onde se desenvolvia todo um processo de formação de lideranças para assumirem as diretorias dessas entidades. Uma vez eleitos, os dirigentes passavam a ter comportamentos semelhantes aos opressores dos trabalhadores, como por exemplo: a centralização das informações; desvio de dinheiro dos associados; acordos com os proprietários de terra etc.

Um outro aspecto que merece uma análise mais aprofundada é sobre os tipos de lideranças que foram formadas nesse processo educativo: A presença do SAR possibilitava dar outros passos importantes na luta pela libertação? O tipo de líderes formados trabalhava numa perspectiva dialógica nas comunidades ou reproduziam práticas dominadoras junto aos trabalhadores. Verificamos, em algumas entrevistas, que os trabalhadores se colocavam já conscientes de alguns problemas cruciais do campo, mas, grande parte dos mesmos que participavam das reuniões e outros eventos, não queriam se engajar nas lutas. Provavelmente se acomodavam quando sua demanda era atendida, ou



o seu projeto de vida era outro. Chama a atenção o fato de que parte das lideranças nem sempre representavam as demandas dos grupos e movimentos. Nesse sentido, muitas ações não caminhavam pelo fato de trabalhadores não se sentirem representados nas reuniões, seminários e encontros realizados pelo SAR.

Um dos grandes desafios do trabalho refere-se ao fato de que nem sempre as ações possibilitavam a transição de uma consciência ingênua para uma consciência crítica. Como falamos no 3º capítulo, as lutas economicistas estavam ligadas a determinados tipos de lideranças que se formaram no processo das lutas. Uma das questões mais discutidas nos Dias de Estudo da Equipe Técnica refere-se ao momento em que se dá a ampliação da consciência para as questões mais globais, mais complexas. Algumas lideranças avançaram nesse sentido; outras continuaram nas lutas, mas se limitavam às reivindicações mais localizadas. É claro que as consciências individuais nem sempre correspondem à dos sujeitos coletivos. Quando alguns desses trabalhadores perceberam que o projeto de vida dos mesmos não correspondia ao projeto de vida dos movimentos em que participavam, limitavam-se a contribuir apenas em algumas ações.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AMMANN, Safira bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1981, 176 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, 334 p.

ANDRADE, Ilza A. Leão de (org), *et all*. **Igreja e Política no RN: momentos de uma trajetória**. Natal: co-edição Comunicação; Sebo Vermelho. 2000. 197 p.

ARAÚJO, Severina G. de. **Assentamentos Rurais. Trajetória dos trabalhadores Assentados e Cultura Política**. Natal/RN:, EDUFRN, 2005. 272 p.

_____. **Terra e Poder: a luta dos trabalhadores rurais no município de Touros**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado)

ARQUIDIOCESE DE NATAL. **XVI Assembléia Pastoral**. Plano Pastoral de Conjunto. Natal-RN, 1979.

_____. **XXIX Assembléia Pastoral. Diretrizes Pastorais da Arquidiocese**. Natal-RN, 1979.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para Educadores**. 3. ed. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 1998. 137 p.

BARBOSA, Josival Lemos. **Pastoral popular e pedagogia da libertação**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda/IBASE, 1988, 80 p.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular (a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil)**. São Paulo: Editora Ática, 1982. p. 304.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora VOZES, 1973. 247 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 43ª ed. São Paulo: Editora brasiliense, 2004, 116 p.

- CAMARGO, Cândido P. Ferreira de. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1971. 218 p.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 691 p.
- CARTILHA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA. **O bem comum**. Natal-RN: SAR, 1974.
- CASTORIADIS, Cornelius. **La experiencia del movimiento obrero**. Vol. I, Barcelona: Ed. Tusquets, 1979.
- CORREIA, Cícero Gomes. **A emergência de novas práticas sindicais rurais no RN** (datilografado) 1995, 104 p.
- CRUZ, Dalcy da Silva. **A redenção necessária. Igreja Católica e Sindicalismo Rural (1960-1964)** Campina Grande-SP: 1982 (Dissertação de Mestrado). 137 p.
- CRUZ, Dalcy da Silva, ANDRADE, Ilza A. Leão. **O Despertar no Campo: aspectos da História de luta do trabalhador rural do Rio Grande do Norte 1950/1983**. Rio de Janeiro: Grupo de Movimentos Sociais no Campo, PIPSA/CPDA/UFRRJ, 1984.
- CADERNOS do CEDI. **Sindicalismo no Campo. Perspectivas e desafios**, n. 14, Rio de Janeiro, 1989.
- CARVALHO, Abdias de. **A Igreja e os problemas da terra. Reforma Agrária**. ABRA. (X) 2, março/abril, 1980.
- CENTRU. **Relatório do processo de avaliação do Centru**. Natal-RN: Centru, 1985. 70 p.
- CHAUÌ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. 179 p.
- _____. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.
- CNBB – Regional Nordeste II. **Relatório da Assembléia Regional da Pastoral Rural – migrações forçadas e suas causas**. Olinda/PE: [s.n.] 1980.
- CONSELHO Pastoral Regional. XVI Assembléia. **Indicações Pastorais frente ao compromisso político-partidário**. Olinda/PE: [s.n.] 1981.
- CERIS. **Relatório final da avaliação final CERIS-SAR (1976-1980)**. Natal-RN: Ceris-SAR-MISEREOR, 1980.

DISPARADA. **Boletim Oficial do Programa de Educação Política**. Natal-RN: SAR, Nº 0 (Experimental), 1979.

_____. **Boletim Oficial do Programa de Educação Política**. Natal-RN: SAR, Nº 01, 1979.

_____. **Boletim Oficial do Programa de Educação Política**. Natal-RN: SAR, Nº 5, 1980.

_____. **Boletim Oficial do Programa de Educação Política**. Natal-RN: SAR, Nº 10, 1982.

DUARTE, Ticiano. **Anotações do meu caderno**. Natal-RN, Sebo Vermelho, 2000.

FERREIRA, Brasília Carlos. **A classe como sujeito**. Cadernos de Textos nº 2 do Mestrado em Ciências Sociais, CCHLA. Natal.

FERRARI, Alceu. **Igreja e Desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968, 340 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. 123 p.

_____. **Ação cultural para liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976. 149 p.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1974. 150 p.

_____. **Conscientização: Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro Editora, 2001, 102 p.

_____. **Educação e Mudança**. 14ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 79 p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 168 p.

_____. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 158 p.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo, a campanha de pé no chão**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982, 190 p.

- _____. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2000, 297 p.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Questões de Nossa Época).
- GRIZYBOWSK, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais do Campo**. Rio de Janeiro: VOZES/FASE, 1987.
- GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. 297 p.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. **O que é pedagogia**. 2ª São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, 71 p.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KRISCHKE, Paulo, MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L & PM: CEDEC, 1986, 207 p.
- LESBAUPIN, Ivo. **Igreja, Movimentos Populares, Política no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola. 1983, 79 p.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, 300 p.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: HUCUTEC, 1989.
- MEDEIROS, L. Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NOVAES, Regina R. **Nordeste, Estado e Sindicalismo : o PAPP em questão**. Rio de Janeiro: CEDI, 1994. 102 p.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia editorial, 1997, p. 238.
- O'DONNELL, Guillermo. **Sobre o corporativismo e a questão do Estado**. Cadernos Departamento de Ciência Política. FFHC, UFMG, nº 3, março, 1976.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1980, p. 208.

_____. (org), *et all.*: **Igreja e questão agrária**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1985, 279 p.

_____. **Educação popular e educação de adultos. Contribuição a história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973, 368 p.

PAIVA, Irene Alves de. **Os aprendizados da Prática Coletiva** : assentados e militantes do MST. São Paulo: USP, 2003. (Tese de Doutorado).

PAGE, Joseph A. **A Revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil, 1955-1964**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972, 315 p.

PIAGET, Jean. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1973.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1979-1980**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1988.

SCHERER-Waren, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SERVIÇO DE ASSISTENCIA RURAL – SAR. **Relatório de atividades – 1979 / Plano de ação – 1980**. [Natal] : [s.n], [1979].

_____. **Relatório de atividades – 1980 / Plano de ação – 1981**. [Natal] : [s.n], [1980].

_____. **Relatório de atividades – 1981 / Plano de ação – 1982**. [Natal] : [s.n], [1981].

_____. **Relatório de atividades – 1982 / Plano de ação – 1983**. [Natal] : [s.n], [1982].

_____. **Relatório de atividades – 1983 / Plano de ação – 1984**. [Natal] : [s.n], [1983].

_____. **Relatório de atividades – 1984 / Plano de ação – 1985**. [Natal] : [s.n], [1984].

_____. **Relatório de atividades – 1986 / Plano de ação – 1987**. [Natal] : [s.n], [1986].

_____. **Relatório de atividades – 1988 / Plano de ação – 1989/1990**. [Natal] : [s.n], [1988].

_____. **Relatório de atividades – 1989 / Plano de ação – 1985.** [Natal] : [s.n], [1989].

_____. **Síntese histórica. Revisão 73 – Plano de trabalho 74.** Natal-RN: 1973.

SGRECIA, Alexandre. **ACR: Animação dos Cristãos no meio Rural.** Texto apresentado na IX Reunião do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais no Campo – PIPSA, Belo Horizonte, 1982.

SILVA, Paulo R. Palhano. **Novo momento na luta pela terra: quando o patrão sai de cena.** Natal: UFRN, 1995. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Carlos E. Lins da. **A comunicação populista de Aluízio Alves. Rio Grande do Norte, 1960-1980** (datilografado), 90 p.

SOUZA, Luiz Alberto de. **Classes populares e Igreja nos caminhos da história.** Petrópolis. RJ: Editora Vozes, 1982, 311 p.

SOUZA, José Nicolau. **As lideranças comunitárias nos movimentos de educação popular em áreas rurais: uma “questão” desvendada.** 1988 (Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

SOUZA, Luiz A. Gomes de. **Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História.** Petrópolis: Editora Vozes, 1982. 311 p.

THOMPSON, Edward P. **Tradicion, Revuelta y Consciência de Classe.** Barcelona. Editorial Critica, 1984.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para Transformar: educação popular, Igreja Católica e política no movimento de educação de base.** Petrópolis: Vozes, 1984. 534 p.

WEBER, Max. **Ciência e política, duas vocações.** 2ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1958, 124 p.

_____. **Conceitos básicos de sociologia.** São Paulo: Editora Moraes, 1987, 113 p.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, 180 p.

